

DANIEL COSTA DA SILVA

**IMPLICAÇÕES DO PENSAMENTO BENVENISTIANO
PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA**

PORTO ALEGRE – RS
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DANIEL COSTA DA SILVA

**IMPLICAÇÕES DO PENSAMENTO BENVENISTIANO
PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA**

Dissertação de Mestrado em Teorias do
Texto e do Discurso, apresentada como
requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores
Orientador

PORTO ALEGRE
2015

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Daniel Costa da
IMPLICAÇÕES DO PENSAMENTO BENVENISTIANO PARA A
ESCRITA DA HISTÓRIA / Daniel Costa da Silva. -- 2015.
115 f.

Orientador: Valdir do Nascimento Flores.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Benveniste, Émile. 2. Enunciação histórica. 3.
Semiologia. 4. Subjetividade. 5. Escrita. I. Flores,
Valdir do Nascimento , orient. II. Título.

Para a Professora Marlene Teixeira
(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, quero agradecer:

À minha família, que me cerca de carinho e cuidados: em primeiro lugar, ao pequeno Davi (esta “coisa séria”, ou melhor, esta “criatura linda”, “meu amigão”, sobrinho/afilhado “mais lindo do mundo”); ao Bisô; à “vovó” Helena e ao “vovô” João; à “mamãe” Daia e ao “papai” Rodrigo, à “dinda” Bruna e ao Sérgio; ao “dindo” Denis (primo-irmão).

Ao querido professor Valdir do Nascimento Flores (neste trabalho, também conhecido como “meu orientador”) que tem o dom de estar em dois lugares ao mesmo tempo: lá no alto – inatingível, como um Sol, em um Olimpo reservado a poucos, iluminando toda uma legião de seguidores, indicando o caminho para todo um grupo enunciativo, acima de tudo, um exemplo a ser seguido – e aqui ao lado, incentivando, sempre de maneira carinhosa, seus orientandos, apoiando seus alunos, estendendo a mão.

Às professoras que generosamente aceitaram o convite para compor a banca examinadora deste trabalho: profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS), profa. Dra. Luiza Milano (UFRGS), profa. Dra. Silvana Silva (UNIPAMPA).

Às minhas MESTRAS, profa. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e profa. Maria José Bocorny Finatto; professoras de quem sou e sempre serei discípulo (afinal essa relação MESTRAS/discípulo o tempo não pode apagar tal como faz com a relação Professora/aluno-orientando-bolsita, que é temporária).

Aos professores do PPG em Letras da UFRGS, em especial, às professoras Cleci Regina Bevilacqua e Magali Endruweit.

Aos professores do PPG em História da UFRGS, em especial, ao professor Temístocles Cezar e à professora Mara Cristina de Matos Rodrigues.

Aos colegas do Mestrado: Adélia, Aline, Bruna, Carolina, Daiane, Eda, Elisa, Fábio, Lia, Paula Ávila, Renata, Simone, Sônia.

À colega e parceira de aventuras tradutórias, Professora Heloísa Monteiro Rosário.

Às colegas de todas as datas: Paula Marcolin, Isabel, Clara Sabina.

Aos companheiros do “Baixo-Clero Termisulense”: Edna, Elisandro, Sue, Glades, Carol.

Às amigas (queridas) que me abandonaram: Daniella, Rafaela e Taciane.

A todos outros amigos que não citarei por falta de tempo/memória.

A todos os funcionários da Biblioteca da PUC-RS.

À CAPES, pelo suporte financeiro durante o Mestrado.

Meditei hoje, num intervalo de sentir, na forma de prosa de que uso. Em verdade, como escrevo? Tive, como muitos têm tido, a vontade pervertida de querer ter um sistema e uma norma. É certo que escrevi antes da norma e do sistema; nisso, porém, não sou diferente dos outros. Analisando-me à tarde, descubro que meu sistema de estilo assenta em dois princípios, e imediatamente, e à boa maneira dos bons clássicos, erijo esses dois princípios em fundamentos gerais de todo estilo: dizer o que se sente exatamente como se sente — claramente, se é claro; obscuramente, se é obscuro; confusamente, se é confuso —; compreender que a gramática é um instrumento, e não uma lei. (...) A gramática, definindo o uso, faz divisões legítimas e falsas. Divide, por exemplo, os verbos em transitivos e intransitivos; porém, o homem de saber dizer tem muitas vezes que converter um verbo transitivo em intransitivo para fotografar o que sente, e não para, como o comum dos animais, o ver às escuras. Se quiser dizer que existo, direi “Sou”. Se quiser dizer que existo como alma separada, direi “Sou eu”. Mas se quiser dizer que existo como entidade que a si mesma se dirige e forma, que exerce junto da mesma a função divina de se criar, como hei de empregar o verbo “ser” senão convertendo-o subitamente em transitivo? E, então, triunfalmente, anti-gramaticalmente supremo, direi “Sou-me”. Terei dito uma filosofia em duas palavras pequenas. Que preferível não é isto a não dizer nada em quarenta frases? Que mais se pode exigir da filosofia e da dicção? Obedeça à gramática quem não sabe pensar o que sente. Sirva-se dela quem sabe mandar nas suas expressões. Conta-se de Sigismundo, Rei de Roma, que, tendo, num discurso público, cometido um erro de gramática, respondeu a quem lho apontou, “Sou Rei de Roma, e acima da gramática”. E a história narra que ficou sendo conhecido nela como Sigismundo “super-grammaticam”. Maravilhoso símbolo! Cada homem que sabe dizer o que diz é, em seu modo, Rei de Roma.

Fernando Pessoa
Livro do Desassossego

RESUMO

Nossa pesquisa trata das implicações do pensamento benvenistiano para o estudo da Teoria da História. Refletimos, assim, sobre quais noções em Émile Benveniste se mostram ligadas a uma “ciência geral do homem”; e quais possíveis contribuições que a teoria de Benveniste pode oferecer para o campo da Teoria da História. Em um primeiro momento, observamos a maneira pela qual Benveniste desenvolveu a distinção entre “Enunciação histórica” e “Enunciação de discurso”. Observamos como a distinção entre esses dois conceitos poderia ser útil na análise dos discursos históricos. Percebemos que a distinção, entre os planos da história e do discurso, para ser realmente útil, precisaria ser situada dentro do momento teórico da distinção feita por Benveniste entre pessoa e não-pessoa; uma vez que o domínio da não-pessoa parece ser realmente o domínio próprio da narrativa histórica, em que se busca usar enunciações não subjetivas. Em uma segunda etapa do trabalho, observamos a distinção proposta por Benveniste entre o semântico e o semiótico. Colocamos essa distinção em relação com a questão em torno das noções de sistema e de estrutura. Assim, nessa segunda fase do trabalho, nós não ficamos circunscritos apenas à teoria de Benveniste. Tentamos também entender qual era a posição de Benveniste em relação à voga estruturalista que marcou a linguística de sua época. Acreditamos que Benveniste nunca se permitiu ser um estruturalista *stricto sensu*. E nos parece que, com a elaboração da distinção semiótico/semântico, Benveniste quis também fugir de uma concepção de língua como simples estrutura. A partir disso, levantamos a hipótese de que, na História, não há modo semiótico; há apenas o modo semântico. Para terminar, em um terceiro momento, fizemos algumas ponderações sobre a busca pelo sentido na língua e a busca pelo sentido na História; ponderamos sobre a possibilidade de se falar em uma *semiologia da História*. Além disso, destacamos as questões terminológicas envolvidas na relação entre “realidade” e linguagem. Feito isso, conseguimos concluir que fazer História é um ato de autor em que a subjetividade do sujeito fica aí implicada.

Palavras-chave: Benveniste, Émile. Enunciação histórica. Semiologia. Subjetividade.

RÉSUMÉ

Notre recherche traite des implications de la pensée benvenistienne pour l'étude de la Théorie de l'Histoire. Nous réfléchissons ainsi sur quelles notions d'Émile Benveniste sont liées à une « science générale de l'homme » ; et quelles sont les possibles contributions que la théorie de Benveniste peut offrir pour le domaine de la Théorie de l'Histoire. Dans un premier moment, nous observons la manière dont Benveniste a développé la distinction entre « l'énonciation historique » et « l'énonciation de discours ». Nous observons comment la distinction entre ces deux concepts pourrait être utile dans l'analyse des discours historiques. Nous avons perçu que la distinction, entre les plans de l'histoire et du discours, pour être vraiment utile, elle devrait être située dans le moment théorique de la distinction faite par Benveniste entre personne et non-personne ; une fois que le domaine de la non-personne semble être vraiment le domaine propre du récit historique, où l'on cherche à utiliser des énonciations non subjectives. Dans une deuxième étape du travail, nous observons la distinction proposée par Benveniste entre le sémantique et le sémiotique. Nous mettons cette distinction en relation avec la question autour des notions de système et de structure. Ainsi, dans cette deuxième phase du travail, nous ne sommes pas restés limités seulement à la théorie de Benveniste. Nous essayons aussi de comprendre quelle était la position de Benveniste par rapport à la vogue structuraliste qui a marqué la linguistique de son époque. Nous croyons que Benveniste ne s'est permis jamais d'être un structuraliste *stricto sensu*. Et il nous semble que, avec l'élaboration de la distinction sémiotique/sémantique, Benveniste a aussi voulu échapper à une conception de langue comme une simple structure. À partir de là, nous soulevons l'hypothèse que, dans l'histoire, il n'y a pas de mode sémiotique ; il n'y a que le mode sémantique. Pour terminer, dans un troisième moment, nous avons fait quelques considérations sur la recherche du sens dans la langue et la recherche du sens dans l'histoire ; nous avons réfléchi aussi sur la possibilité de parler d'une *sémiologie de l'Histoire*. En outre, nous mettons en évidence les questions terminologiques impliquées dans la relation entre la « réalité » et le langage. Cela fait, nous avons pu conclure que faire histoire est un acte d'auteur où la subjectivité du sujet y reste impliquée.

Mots-clés : Benveniste, Émile. Énonciation historique. Sémiologie. Subjectivité.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Émile Benveniste e a História	10
Organização do trabalho	14

PRIMEIRA PARTE

Émile Benveniste: enunciadador de uma teoria prática	17
1. A DISTINÇÃO ENTRE <i>ENUNCIACÃO DE DISCURSO</i> E <i>ENUNCIACÃO HISTÓRICA</i>	21
1.1 A gênese da distinção pessoa/não-pessoa: em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”	23
1.2 A retomada da distinção pessoa/não-pessoa: em “A natureza dos pronomes”	26
1.3 A oposição subjetivo/não-subjetivo: em “Da subjetividade na linguagem”	34
1.4 A distinção discurso/história: em “As relações de tempo no verbo francês”	43
1.5 A distinção discurso/história: como método de análise da construção da não subjetividade de um texto histórico	48

SEGUNDA PARTE

Émile Benveniste: estruturalista <i>ma non troppo</i>	56
2. A DISTINÇÃO ENTRE SEMIÓTICO E SEMÂNTICO	66
2.1 Contrapondo leituras: a noção de estrutura em diferentes contextos	69
2.1.1 A estrutura em situações práticas de Edmund Leach (1910-1989)	69
2.1.2 A antiestrutura de Victor Turner (1920-1983)	70
2.1.3 A estrutura diacrônica de Reinhart Koselleck (1923-2006)	71
2.1.4 A Estrutura performativa de Marshall Sahlins (1930-)	72
2.2 A distinção entre <i>semiótico</i> e <i>semântico</i> revisitada	74

TERCEIRA PARTE

Émile Benveniste: anunciador de uma poética da linguística	80
3. A POSSIBILIDADE UMA <i>SEMIOLOGIA DA HISTÓRIA</i>	83
3.1 O dado linguístico e o fato histórico	86
3.2 Contrapondo leituras: a História dos Conceitos e a Terminologia	90
3.3 A distinção entre sujeito empírico e sujeito da enunciação	99

CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
----------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	111
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

Pretendemos, em nossa pesquisa, ver que implicações, daquilo que se poderia chamar de “pensamento benvenistiano”, há para o estudo da Teoria da História, área cuja ênfase recai sobre a problemática da produção do conhecimento histórico, em suas dimensões teórico-metodológicas e historiográficas. Nosso trabalho pretende oferecer, assim, para os estudiosos da teoria de Émile Benveniste, uma reflexão sobre o – desde já – suposto diálogo deste autor com o campo da História e, para os historiadores, uma reflexão a respeito das possíveis contribuições linguísticas para a historiografia. A partir desse objetivo, gostaríamos de refletir sobre as seguintes questões: quais noções em Benveniste se mostram ligadas a uma “ciência geral do homem”, estando, por isso, não apenas circunscritas à Linguística? Quais são as possíveis contribuições que a teoria de Émile Benveniste pode oferecer para o campo da Teoria da História?

Apesar de ter a ambição de responder minimamente essas questões, esta dissertação não pretende apresentar qualquer conclusão a respeito da teoria de Émile Benveniste. Se, por um lado, podemos reconhecer que não faltam elementos, na obra do autor, para que se escreva algo conclusivo sobre ele; por outro lado, devemos dizer que é justamente essa grande quantidade de elementos a serem considerados que transformam esta dissertação em um texto de “abertura” e não de “fechamento” da teoria benvenistiana. E se o comum e o mais sensato é escrever sobre aquilo que se *sabe* de Benveniste, este estudo surge na contramão do bom senso, pois se trata muito mais de uma confissão de um *não saber*. Em geral, nossa abordagem, em torno da teoria benvenistiana, parte de nossas dúvidas. Por isso, podemos dizer que nossa dissertação caminha pelo terreno das dúvidas e não pelo terreno das certezas.

Ler Émile Benveniste é muito difícil. É como montar um imenso quebra-cabeça, tentando adivinhar onde uma peça pode encaixar em outra peça. Em virtude dessa dificuldade, a leitura da obra de Benveniste requer uma atenção redobrada; requer um cuidado para, por exemplo, não tomar uma citação fora de contexto; o que, em muitos casos, pode comprometer todo entendimento em torno do pensamento do autor.

É possível dizer que a complexidade do pensamento benvenistiano pode ser resumida na frase que, de certa forma, aponta para toda uma gama de discussões e para a abertura em direção a uma ciência geral do homem: “bem antes de servir para comunicar, a

linguagem serve para *viver*”. (PLG II: 222¹). A poderosa genialidade (ou seria o genial poder) que Émile Benveniste conseguiu materializar ao escrever essa frase permite apenas vislumbrar a amplitude de seu pensamento. E se é difícil calcular a grandiosidade contida nessa frase, algo ao menos fica claro: dizer que a linguagem serve apenas para comunicar é dizer pouco, realmente pouco, talvez quase nada, em relação à linguagem.

A professora Marlene Teixeira, que toma emprestada essa sentença de Benveniste para intitular seu texto², coloca, nesse sentido, que “sob o estudo miúdo e pormenorizado do sistema de pronomes, encontram-se colocadas questões de interesse mais amplo, que ultrapassam a dimensão da descrição propriamente linguística e, portanto, têm a dizer à abordagem do discurso no campo aplicado”. (TEIXEIRA, 2012a, p. 444).

Nossa dissertação não surge para suprir qualquer lacuna – visto que as questões, que aqui são minimamente tratadas, possuem uma vasta literatura a respeito –, porém, ela parte desta consideração de que há uma amplitude de pensamento em Benveniste ainda não explorada. Nosso intuito, então, é simplesmente o de sistematizar, da maneira mais detalhada possível, alguns pontos presentes na teoria de Émile Benveniste que podem ter implicações no estudo da Teoria da História.

Por fim, apenas um lembrete: este trabalho possui um ponto de vista claro, o do linguista; e não o ponto de vista de um historiador. Não seria necessário acrescentar, mas lembremos também, que tudo o que vem a seguir está contagiado e contaminado por muitas leituras sobre Émile Benveniste.

Émile Benveniste e a História

É sabido que o pensamento benvenistiano não passou alheio ao campo da História. A título de exemplo, citamos o historiador Jacques Le Goff, que escreve, em seu livro *História e memória*, o seguinte:

Émile Benveniste (...) estabelece uma importante distinção entre: a) tempo *físico*, “contínuo, uniforme, infinito, linear, divisível à vontade”; b) tempo *cronológico* ou “tempo de acontecimentos” que, socializado, é o tempo do calendário; c)

¹ As edições brasileiras de *Problemas de Linguística Geral* de Émile Benveniste serão, aqui, referidas conforme o seguinte sistema: sigla da obra (PLG), indicação do volume (I ou II) e indicação da página.

² TEIXEIRA, Marlene. “A linguagem serve para viver”: contribuição de Benveniste para análises no campo aplicado. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 15, n. 444-2, p. 439-456, jul./dez, 2012a.

tempo *linguístico*, que “tem o próprio centro no presente da instância da palavra”, o tempo do locutor. (LE GOFF, 1990, p. 209).

Na citação acima, vemos Le Goff apresentando a divisão que Benveniste faz – no artigo “A linguagem e a experiência humana”, de 1965 – entre as distintas noções de tempo. No caso, trata-se apenas de uma citação, sem a incorporação de aparato teórico benvenistiano por Le Goff. Ainda como mero exemplo, citamos o historiador Michel de Certeau, em seu livro *A escrita da História*, no capítulo em que trata da fala de uma pessoa possuída, com a intenção de saber se existe um “discurso do outro” na possessão. Conforme Certeau:

Designando-se, alternadamente, por nomes diferentes, a possuída escapa do contrato linguístico e retira à linguagem seu poder de ser, para o sujeito, a lei do seu dizer.

Não é surpreendente que esta movimentação tenha o seu ponto de emergência e maior intensidade na articulação do “eu” com o nome próprio, se é verdade que o “eu” é, na linguagem, o “signo único, porém móvel” (como “tu”, mas diferente do “ele”) que está “ligado ao *exercício* da linguagem e declara o locutor como tal”. “Os indicadores *eu e tu* não existem senão enquanto atualizados na instância do discurso onde marcam por cada uma de suas próprias instâncias, o processo de apropriação pelo locutor”. É a este signo “vazio”, que se torna “cheio” desde que um locutor o assuma, que remetem, inicialmente, os deslocamentos diabólicos da possuída. Neste lugar linguístico de apropriação se focalizam os combates e os artificios que se referem à possessão da linguagem (possessão ≠ desapossamento) e, portanto, à identidade de quem fala. (CERTEAU, 1982, p. 256).

No trecho acima, vemos Certeau citando Benveniste³ e tomando emprestado seu conceito de apropriação da língua. É difícil entender qual é a conclusão de Certeau neste caso. Porém, mais difícil ainda é conseguir ver esse “lugar linguístico de apropriação” como sendo a arena onde entra em combate, consigo mesma, uma pessoa que diabolicamente se encontra possuída.

Além de toda uma infinidade de leituras que Émile Benveniste possa ter tido por estudiosos de várias áreas, parece que ele teve uma leitura bastante crítica, uma vez que foi associado ao “estruturalismo saussuriano”⁴, que passa a ser discutido, dentro dos estudos da História, sobretudo, através da obra do antropólogo Claude Lévi-Strauss⁵.

³ Em nota, Certeau coloca que a citação de Benveniste é retirada do texto “Da subjetividade na linguagem”; porém, na verdade, o trecho citado é do artigo “A natureza dos pronomes” (PLG I: 281).

⁴ As aspas em “estruturalismo saussuriano” se devem justamente ao fato de que hoje, mais do nunca, se reconhece, que o conceito de *estrutura* somente pode ser entendido como uma formulação pós-saussuriana. Aliás, o próprio Benveniste já salientava, em 1962, no texto *Estrutura em linguística*, que “Saussure jamais empregou, em qualquer sentido, a palavra *estrutura*. Aos seus olhos a noção essencial é a de *sistema*”. (PLG I: 98).

⁵ Trata-se, em especial, da obra *Antropologia Estrutural*, de 1958.

Assim, além de estar inserido na discussão sobre a noção de estrutura – que atravessa várias Ciências Humanas de modo semelhante, mas não igual – o pensamento benvenistiano também será “conduzido” para dentro do campo da História através da obra do filósofo Paul Ricœur, que, em seus textos, não raro cita Benveniste. Ricœur, como se sabe, é um autor bastante lido pelos historiadores, uma vez que sua hermenêutica tenta repensar a objetividade do conhecimento científico e histórico; sobretudo, após o embaraço trazido pelo relativismo linguístico, que, no contexto do debate historiográfico, é conhecido como “virada linguística”. Um dos principais expoentes dessa “virada linguística” é o historiador americano Hayden White, que coloca abaixo o muro que separa a narrativa histórica da narrativa literária. A seguir, lemos o que poderia ser um resumo de sua tese principal:

De um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestadamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 1994, p. 98).

Salientamos que nossa tentativa de ver as implicações do pensamento benvenistiano para o estudo da Teoria da História não pode, de forma alguma, ser entendida como uma tentativa de conduzir (ou, até mesmo, se fosse o caso, de *reconduzir*) a teoria de Benveniste para dentro do campo da história. Tomamos a teoria benvenistiana como uma teoria expressamente linguística. E que fique salientado também que nosso estudo é sobre apenas *uma* teoria – a de Benveniste – e não sobre todas as teorias linguísticas possíveis e existentes.

Gostaríamos de colocar ainda que seria possível abordar a relação entre Émile Benveniste e a História – com maior profundidade, talvez – levando em conta não apenas os textos benvenistianos mais “teóricos”, mas também outros textos mais “práticos”, como, por exemplo, aqueles situados na *sexta parte* dos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*. É exatamente nesta parte, intitulada “Léxico e Cultura”, que, por exemplo, está o texto⁶ em que Benveniste “homenageia” o historiador Lucien Febvre. As palavras iniciais de Benveniste não deixam dúvida quanto ao apreço que o linguista tinha pelo historiador:

Num estudo muito conhecido, Lucien Febvre esboçou brilhantemente a história

⁶ Trata-se do texto de Émile Benveniste intitulado “Civilização – contribuição à história da palavra”, de 1954, publicado em *Hommage à Lucien Febvre*, retomado em *Problemas de Linguística Geral I*.

de um dos termos mais importantes do nosso léxico moderno, a palavra *civilização* (...). Lamentou também as dificuldades que se encontram para datar exatamente o aparecimento da palavra em francês. (PLG I: 371).

Se nossa pesquisa não parece ser original, principalmente se considerarmos o ponto de vista historiográfico, que muito já foi enriquecido por diferentes abordagens linguísticas e filosóficas; se nossa pesquisa não se apresenta tendo um caráter pretensiosamente exaustivo; tudo isso se deve ao fato de que o trabalho pretende ter uma única qualidade: a de ser realizável. O objetivo do trabalho é, pois, o de realizar um percurso pela teoria de Émile Benveniste, visando, para usar as palavras do linguista Henri Meschonnic, “procurar o que é fecundo em Benveniste, e (...) o que permite pensar a linguagem, não reproduzindo Benveniste, mas, sim, a partir dele”. (MESCHONNIC, 1997, p. 311) [tradução nossa].

Se esse percurso – visando buscar o que há de fecundo no pensamento benvenistiano em relação aos estudos da História – parece ser uma simples sistematização, acreditamos que, uma vez feita tal sistematização, ela possa ser considerada como “um passo para frente”, no sentido de ser útil para que reconheçamos, na obra de Benveniste, propostas que não se limitam ao linguístico; e no sentido de ser útil também (ainda que este não seja o foco principal do trabalho) para que historiadores tomem cada vez mais consciência dos procedimentos de que se valem quando lidam com um conceito histórico. Aliás, para Benveniste, um conceito é – e sempre será – algo que nasce e se explica através da linguagem e da língua. A respeito disso, no artigo “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, de 1968, ele coloca que:

A língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama a sociedade. É graças a este poder de transmutação da experiência em signos e de redução categorial que a língua pode tomar como objeto qualquer ordem de dados e até a sua própria natureza. Há uma metalinguagem, não há metassociedade. (PLG II: 99-100).

Porém, seria preciso conjugar esse tipo de posicionamento, que confere à língua uma posição de destaque, com outros que se recusam a reduzir os estudos historiográficos a estudos linguísticos. Um dos fundadores e o principal teórico da chamada História dos Conceitos, o historiador alemão Reinhart Koselleck, por exemplo, considera “teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica”. (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Estamos convencidos, então, de que é possível relacionar os estudos de Benveniste com o campo da História das mais variadas maneiras possíveis. Acreditamos que muitos debates ainda possam ser revisitados, e que, ao serem revisitados, possam ser especialmente úteis para linguistas, pois, como diz Benveniste, no Prefácio de *Problemas de Linguística Geral I*: “A linguística progride na razão direta da complexidade que reconhece nas coisas; as etapas do seu desenvolvimento são as dessa tomada de consciência”.

Organização do trabalho

Pretendemos nos deter em alguns aspectos da obra de Émile Benveniste, discutindo algumas noções oferecidas pelo autor. Porém, o intuito aqui não é apenas ver como Benveniste constrói essas noções, mas também tentar relacioná-las com questões discutidas no âmbito da teoria da História.

Assim, para começar, acreditamos ser importante ver como Benveniste elabora a noção de “Enunciação histórica”, em contrapartida à noção de “Enunciação de discurso”. Com isso, pretendemos observar como essa distinção, entre essas duas noções, pode ser útil na análise dos discursos históricos. Essas noções foram apresentadas por Benveniste no artigo “As relações de tempo no verbo francês”, de 1959 (capítulo 19 do PLG I). Em seguida, pretendemos nos deter na distinção entre semiótico e semântico para ver que tipo de implicações tem para a teoria da História essa distinção entre “duas linguísticas”. Para finalizar, será a vez de tecer algumas ponderações sobre a tese do autor de que a língua interpreta tudo e a si mesmo. Com isso, queremos relacionar a busca pelo sentido na língua e na História; ponderando se é possível falar de uma “Semiologia da História”.

Neste trabalho, iremos nos focar, em especial, na teoria de Émile Benveniste que se relaciona com uma linguística geral; o que significa dizer que nosso corpus de estudo se compõe, basicamente, de um conjunto bastante heterogêneo de artigos, escritos ao longo de quarenta anos, publicados, sobretudo, nos livros *Problemas de Linguística Geral*, volumes *I* e *II* (as edições brasileiras datam, respectivamente, de 1995 e 1989). Acreditamos que nossa dissertação está bem situada na área da Linguística, porém, minimamente pode ambicionar se situar no campo da Teoria da História. Talvez o mais correto – e, ao mesmo tempo, o mais perigoso – fosse dizer que nosso trabalho se situa

justamente na interface entre essas duas áreas. Gostaríamos de crer, enfim, que nosso estudo terá implicações tanto em futuros trabalhos sobre a obra de Émile Benveniste – contribuindo para que linguistas possam se situar melhor em relação à amplitude do pensamento do autor –, quanto em pesquisas relacionadas à teoria e escrita da História.

PRIMEIRA PARTE

Émile Benveniste: enunciador de uma teoria prática

Benveniste ne saurait être aujourd'hui un linguiste de l'énonciation parce qu'il fut d'abord un linguiste énonciateur (et peut-être même d'abord un énonciateur avant d'être un linguiste). (Ltr13, 2012, p. 22)⁷.

Émile Benveniste, antes de *propor* uma teoria, *praticava* sua própria teoria. Perceber isso não é algo simples, nem livre de questionamentos.

Desde já, é preciso lembrar que, antes de ser um linguista generalista, dedicado às questões enunciativas, Benveniste foi uma autoridade no âmbito da gramática comparada. A notoriedade alcançada por ele neste âmbito, antes mesmo da metade do século XX, se dá em virtude da publicação de dois estudos sobre o indo-europeu – *Origines de la formation des noms en indo-européen*, de 1935, e *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*, de 1948. A publicação, em 1969, dos dois volumes de *O Vocabulário das Instituições Indo-europeias* apenas confirma a autoridade de Benveniste nessa área.

Além disso, no âmbito da gramática comparada, Benveniste foi, acima de tudo, um estudioso da língua iraniana e de suas variações dialetais. Gilbert Lazard, em um grande estudo biobibliográfico que assina ao lado de Françoise Bader e Michel Lejeune⁸, salienta que, dos 18 livros de Benveniste (contando-se as duas edições de *Problemas de Linguística Geral*, que, como se sabe, são recolhas de artigos publicados anteriormente), 12 foram dedicados a estudos sobre o iraniano; e que dos seus 291 artigos, pelo menos uma centena também teve o mesmo foco, isto é, o Irã e seus dialetos, das mais variadas épocas.

A título de curiosidade, poderíamos lembrar também que os manuscritos de Benveniste estão localizados, na BnF (Biblioteca nacional da França), na seção intitulada de “PAP OR”, ou seja, de “papéis de orientistas”; o que significa dizer que, por mais que ele tenha escrito sobre linguística geral, por mais que seu reconhecimento, principalmente internacional, tenha ocorrido em virtude de sua “teoria da enunciação”, Benveniste jamais

⁷ “Benveniste não poderia ser hoje um linguista da enunciação, porque ele foi, em primeiro lugar, um linguista enunciador (e talvez até mesmo, em primeiro lugar, um enunciador antes de ser um linguista)”. (Ltr13, 2012, p. 22) [tradução nossa].

⁸ LEJEUNE, Michel; BADER, Françoise; LAZARD, Gilbert. Émile Benveniste (1902-1976). In: **École pratique des hautes études**. 4e section, Sciences historiques et philologiques. Annuaire 1977-1978, 1978, p. 50-77.

deixou de ser reconhecido como um estudioso de línguas orientais; e foi sempre, em especial, reconhecido como um grande iranista.

Para que possamos, então, dizer que antes de *propor* uma teoria, Benveniste *praticava* sua própria teoria, é preciso ver como sua obra foi lida por alguns de seus estudiosos. Flores (2013) coloca que a teoria enunciativa benvenistiana não é um modelo acabado. Conforme o autor:

A expressão *teoria da enunciação* não é usada por Benveniste. (...) não há uma só ocorrência desse sintagma em seus artigos. (...) A chamada *teoria da enunciação* de Benveniste é mais uma dedução feita, *a posteriori*, pelos leitores dos artigos que estão reunidos em PLG I e PLG II do que propriamente um propósito explícito de Benveniste. (FLORES, 2013, p. 28).

A partir dessa constatação, Flores conclui dizendo que “não se pode imputar a Benveniste a atitude deliberada de fazer uma *teoria*, a da *enunciação*. Benveniste não parece ter intencionado escrever (...) uma teoria acabada, tal como se vê hoje em outros autores.” (FLORES, 2013, p. 28).

Ainda assim, tomar a teoria de Benveniste acima de tudo como uma “prática” é um movimento difícil. Por isso, trazemos aqui também, em nosso auxílio, as palavras de Normand (2009, p. 161), em seu texto “Émile Benveniste: qual semântica”: “Não há em Benveniste revolução enunciativa; a busca dos traços da subjetividade nas formas linguísticas está presente desde o início e se teoriza pouco a pouco entre hesitações e afirmações”. Normand, no mesmo texto, pouco mais adiante, abre justamente uma seção intitulada “teorizar os resultados”, quando, então, coloca que “os estudos (de Benveniste) posteriores a 1964 (...) se contentam em retomar os resultados das análises precedentes e de desenvolvê-los em uma perspectiva filosófica”. (NORMAND, 2009, p. 164). Um exemplo dessa retomada de resultados para, depois, teorizá-los pode ser visto no momento em que Benveniste propõe a distinção semiótico/semântico. Ele formula explicitamente esse par de conceitos em dois textos escritos exatamente no período posterior a 1964, como já salientava Normand. Estes dois textos são: “A forma e o sentido na linguagem” (1966/1967) e “Semiologia da língua” (1969). Porém, como bem lembra Flores:

Os termos *semiótico* e *semântico* não constam em *Os níveis da análise linguística*, mas é nesse artigo que Benveniste esboça, pela primeira vez de forma mais explícita, as complexas relações entre a forma e o sentido que são, por sua vez, a base do raciocínio em torno dos modos *semiótico* e *semântico*. (FLORES, 2013, p. 127).

E após citar a nota 28 do texto “Semiologia da língua”, em que Benveniste admite que esta distinção era “a finalização da análise apresentada anteriormente”, Flores conclui que “é o próprio Benveniste quem situa o texto os ‘Níveis da análise linguística’, de 1962/1964, como a origem da reflexão desenvolvida em ‘Semiologia da língua’, em 1969”. (FLORES, 2013, p. 128). Esse exemplo mostra que Benveniste, em um primeiro momento, sequer estava preocupado em formular novos conceitos. Queria apenas apresentar seu raciocínio de modo claro.

Acreditamos interessante trazer aqui também a ideia proposta por Irène Fenoglio, em vários de seus artigos dedicados a estudar os manuscritos de Benveniste, de que ele possuía uma “escrita ruminante”. Conforme Fenoglio:

Não é raro, no conjunto dos dossiês manuscritos de Benveniste observados, ver o conteúdo de uma nota retomado em vários fólios: um engajamento ruminativo na escritura. Nesse sentido, Benveniste se expõe no seu fazer e, sem o saber, expõe a ideia que defende, a de que o pensamento não existe previamente ao discurso que o exprime: uma escritura hesitante, repetitiva, pensante, na qual a repetição é a marca ao mesmo tempo da hesitação e da insistência – hesitação para continuar a pesquisar a formulação mais adequada; insistência pois o pensamento abre seu caminho com as palavras. O procedimento é ao mesmo tempo cumulativo e progressivo. A “ruminação” permite guardar todos os elementos essenciais, retomá-los, fazê-los circular no papel; mas, progressivamente, o conjunto avança em direção a um fio discursivo decantado e ordenado. (FENOGLIO, 2009, p. 169).

Ao final deste artigo em que trata da “Conceitualização e textualização no manuscrito de ‘A linguagem e a experiência humana’ de Émile Benveniste”, Fenoglio se pergunta:

Benveniste sabia exatamente para onde ia desde o começo? Ou então sua ruminação da noção de experiência permitiu-lhe o achado, ou seja, o enunciado final? O acréscimo que podemos ler na margem me faz optar pela segunda possibilidade. (...). Até o fim, o linguista reflete o que vai transmitir e o que vai se inscrever em teoria. (FENOGLIO, 2009, p. 187-188).

Esse tipo de conclusão a que chega Fenoglio ajuda a explicar também o que está colocado em Flores – sobre a “grande flutuação conceitual e terminológica” que há nos textos de Benveniste – e que retomamos agora:

Vale ratificar: a designação *teoria da enunciação* para o trabalho de Benveniste sobre a enunciação não deve ser entendida no sentido de um modelo acabado, ou mesmo de um modelo em construção. (...). Disso decorre uma constatação: os textos nos quais Benveniste reflete sobre a enunciação não são comparáveis entre si. (...) Há dentro de cada texto, tomado em sua lógica particular, potencialidades teóricas e analíticas distintas. (...). Isso explicaria, ao menos em tese, a grande flutuação conceitual e terminológica que há entre os textos. (FLORES, 2013, p. 29).

Ruminando cada texto de forma particular, *praticando sua teoria*; acreditamos que é desse modo que Benveniste constrói sua reflexão. E tomar a *teoria* de Benveniste, sobretudo, como uma *prática* parece ter sido sempre a postura que seus leitores não linguistas tiveram em relação a sua obra.

Obviamente que o público leitor de Benveniste nunca ficou restrito apenas aos linguistas. Não raro encontramos historiadores citando seus textos. Porém, são citados aparentemente mais os estudos apresentados, por exemplo, nos volumes do *Vocabulário das Instituições Indo-Europeias* do que propriamente os textos “teóricos” dos *Problemas de Linguística Geral*. Reconhecer, então, que esses leitores não linguistas sempre estiveram mais interessados pela *prática* de Benveniste significa reconhecer que a contribuição benvenistiana se deu mais nos resultados do que propriamente na incorporação de suas discussões teóricas. Aliás, o próprio Benveniste (mais talvez por uma espécie de humildade do que pela amplitude de seu pensamento) sempre se mostrou muito mais voltado para o campo linguístico.

E a grande valorização dada a um “Benveniste teórico”, no âmbito dos estudos linguísticos, acaba de certa forma desvalorizando os outros campos de seu “pensamento prático”. E talvez essa seja uma expressão feliz, pois Benveniste, acima de tudo, apresenta um “pensamento prático”.

Aqui, neste trabalho, em que justamente se quer sistematizar, da melhor forma possível, os aspectos presentes na obra de Benveniste⁹ que possam ter implicações no estudo da Teoria da História, a ambição talvez seja muito grande. Grande demais porque vamos nos debruçar sobre a “teoria” de Benveniste para ver que tipo de implicações teóricas ela pode ter no trabalho dos historiadores. Para ver que tipo de reflexões em Benveniste são tão amplas que chegariam a extrapolar o quadro da linguística, influenciando no que se pensa em outros campos do conhecimento. Nesta dissertação, portanto, adotamos uma postura teórica (e não prática); nossos argumentos vão neste sentido: trata-se de um estudo sobre a *teoria* de Émile Benveniste, seja ela considerada como acabada ou não.

Este nosso estudo, mesmo que insuficiente ou mal desenvolvido, possui uma postura clara e que, por isso, poderá ser questionada. O que queremos dizer é que, tomando

⁹ A obra de Benveniste, a qual nos referimos aqui, se limita basicamente a seus estudos teóricos no âmbito da linguística geral (sobretudo, aqueles publicados nos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*), uma vez que seu imenso trabalho no âmbito da gramática comparada não será contemplado nesta dissertação.

o caminho oposto, estudando simplesmente o “pensamento prático” de Benveniste, os argumentos aqui expostos talvez deixem de ser válidos.

E gostaríamos de explicar como nos filiamos à teoria de Benveniste. O mais correto, talvez, seja revelar uma posição teórica, isto é, explicitar os pressupostos teóricos que servirão de base para nosso estudo. Porém, se algo pode ser dito nesse sentido, salientamos que nosso intuito não é propriamente o de adotar um pressuposto teórico, mas a própria postura de Benveniste de modo geral. No prefácio de *Problemas de Linguística Geral I*, o autor coloca: “A linguística progride na razão direta da complexidade que reconhece nas coisas; as etapas do seu desenvolvimento são as dessa tomada de consciência” (PLG I, prefácio). Nada poderia resumir melhor a postura adotada por Benveniste do que isto: reconhecer a complexidade das coisas; eis a postura que norteia o linguista na quase totalidade de seus textos. Talvez só em seus textos mais didáticos (como, por exemplo, os artigos “‘Estrutura’ em linguística” e “Tendências recentes em linguística geral”), em que o “professor Benveniste” se coloca a frente do “linguista Benveniste”, essa postura não esteja presente. No restante de seus textos, o que vemos é sempre uma observação, um redirecionamento, uma nova perspectiva tornando mais complexo algo que antes era visto de modo simplista, ou que ainda nem era perceptível aos olhos de todos.

Reconhecer que a linguagem, sim, serve para comunicar, mas que ela está longe de servir apenas para isso. Reconhecer que a língua é, sim, um sistema de signos, mas que ela também não é apenas isso. Reconhecer, enfim, que tudo é bem mais complexo do que aparenta ser. Eis o lema benvenistiano a ser seguido; eis a postura a ser adotada, que supera qualquer pressuposto teórico.

1) A DISTINÇÃO ENTRE *ENUNCIÇÃO DE DISCURSO* E *ENUNCIÇÃO HISTÓRICA*

Na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de “terceira pessoa”. (PLG I: 262).

Nossa tentativa, neste trabalho, é ver o que há em Émile Benveniste que possa ser de algum modo relacionado com o campo da teoria e da escrita da história. Assim, somos

levados a começar nosso estudo por um texto em que o autor parece estabelecer um diálogo com os historiadores. Trata-se do artigo “As relações de tempo no verbo francês”, de 1959, em que Benveniste elabora a noção de *enunciação histórica*, em contrapartida à noção de *enunciação de discurso*.

Sobre esse artigo, ao chamar atenção para a preocupação que devemos ter em relação à diacronia do pensamento de Benveniste – uma vez que “é certo que, em duas décadas, conceitos se alteram e se definem diferentemente” –, Flores (2013) faz duas importantes observações. Uma diz respeito ao fato de que, neste texto, “há vários usos da palavra *enunciação* que não se equivalem”. Flores defende, então, a seguinte tese:

A palavra *enunciação*, no sintagma *enunciação histórica*, seria muito mais bem compreendida se tomada no sentido de *enunciado*, ou seja, de produto da fala. O mesmo pode ser dito de *enunciação* em *enunciação de discurso*. (FLORES, 2013, p. 32).

Como se pode ver, trata-se de um sofisticado cuidado com a terminologia de Benveniste e que, obviamente, deve ser levado em consideração sempre que nos depararmos com a distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*. Isso porque essa primeira observação esclarece a própria natureza de tal distinção:

A diferença entre *história* e *discurso*, em 1959, é de natureza formal, é a marca do *enunciado* que é o traço diferenciador de uma e de outra. Não seria absurdo considerar, então, que em *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* Benveniste esteja falando de tipos de enunciados. Essas primeiras acepções de *enunciação* não se referem a um ato de enunciar, mas, sim, a enunciados observáveis. (FLORES, 2013, p. 32).

Vemos que, para Flores, neste texto de 1959, ainda que Benveniste fale em *enunciação*, devemos tomar sua reflexão, não como uma referência ao “ato de enunciar”, mas, sim, como uma análise de “marcas formais” de “enunciados observáveis”. Outra observação de Flores diz respeito a uma crítica que geralmente se faz, em especial, ao modo como Benveniste define o que seria a *enunciação histórica*.

Com a dicotomia discurso/história parece que Benveniste estaria considerando que apenas na *enunciação de discurso* haveria locutor e ouvinte e que a *enunciação histórica* seria um plano que, por *narrar-se a si mesmo*, não teria nem locutor, nem ouvinte, o que seria, no mínimo, um despropósito, já que, em 1970, a *enunciação* é vista como um ato, logo, sempre implicada por um locutor em relação a um alocutário. Em síntese, assim se apresentaria a crítica: se a *enunciação* é um ato, como atesta o texto de 1970, seria um contrassenso supor que haveria um uso da linguagem – a *enunciação histórica* – no qual *ninguém fala*. Não é meu objetivo aqui rebater as críticas feitas a Benveniste, no entanto, esse é um caso típico de engano de leitura da obra: os críticos equiparam um texto com outro; aplicam sobre um conceitos e noções presentes em outro, o que, no caso de Benveniste, apenas conduz a equívocos. (FLORES, 2013, p. 31-32).

Se, como bem coloca Flores, equiparar os textos de Benveniste seria um equívoco, o que queremos aqui é apenas compará-los; o que acreditamos não se tratar de um erro, mas, sim, de uma imposição; pois, como também coloca Flores (2013, p. 30): “Benveniste operou deslocamentos em seu trabalho. Perseguir tais deslocamentos é delinear a diacronia de um pensamento em formação”. Assim, para situarmos a distinção que Benveniste faz, no texto de 1959 (“As relações de tempo no verbo francês”), entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*, precisaremos percorrer (buscando exatamente delinear a diacronia do pensamento em formação de Benveniste) um percurso bastante longo. Precisaremos voltar ao ano de 1946, quando Benveniste publica o texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo”¹⁰, formulando a distinção pessoa/não-pessoa. A partir de Flores (2013)¹¹, vemos que essa distinção se configura como sendo o primeiro grande momento da teoria de Benveniste. Assim, além desse texto já citado de 1946, precisaremos retomar também os seguintes artigos, em que o autor desenvolve e aprofunda a distinção entre pessoa e não-pessoa: “A natureza dos pronomes” (1956) e “Da subjetividade na linguagem” (1958). Uma vez retomado esses textos, caberia ver onde se situa a distinção *enunciação histórica/enunciação de discurso* dentro dessa trajetória.

1.1) A gênese da distinção pessoa/não-pessoa: em “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946)

Ainda que possamos ver a distinção pessoa/não-pessoa como um grande momento dentro do pensamento de Émile Benveniste (uma vez que, a partir dela, há vários desdobramentos) é preciso dizer que tal distinção já está formulada – e bem exemplificada – em 1946, no texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo”. Neste texto, a tese de Benveniste é, de certo modo, simples. Tendo, como foco, a categoria de pessoa no verbo, o autor basicamente faz uma crítica da simetria que, em geral, se atribui a essa categoria.

¹⁰ Os dois artigos (“Estrutura das relações de pessoa no verbo” e “As relações de tempo no verbo francês”) foram publicados em um *Bulletin de la Société de linguistique* em seus respectivos anos. Esses textos, em 1966, se transformarão no capítulo 18 e no capítulo 19 do PLG I, respectivamente. São o primeiro e o segundo dos seis capítulos que compõem a quinta parte do livro intitulada “O homem na língua”.

¹¹ Conforme Flores (2013, p. 25-26): “a teoria enunciativa benvenistiana pode ser lida em, no mínimo, três grandes momentos, e o recurso a cada um deles apresenta possibilidades distintas de fazer teoria e análise dos fatos linguísticos: 1) O momento da distinção pessoa/ não-pessoa. (...) 2) O momento da distinção semiótico / semântico. (...) 3) O momento da formulação da ideia de *aparelho formal da enunciação*”.

Herdada da gramática grega, a noção de *pessoa* normalmente se distribui em primeira, segunda e terceira – relacionadas aos pronomes *eu*, *tu* e *ele*. Segundo Benveniste, “o caráter sumário e não-linguístico de uma categoria assim proposta deve ser denunciado”, uma vez que “essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica, nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas”. (PLG I: 248). Conforme o autor, portanto, “é preciso (...) procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia”. (PLG I: 248). Neste texto, Benveniste expõe toda a gênese da distinção pessoa/não-pessoa; é possível perceber de onde parte a ideia de Benveniste para formular tal distinção. Em primeiro lugar, Benveniste apresenta um estudo feito por Roman Jakobson sobre línguas paleo-siberianas:

Nas línguas paleo-siberianas, (...) as formas verbais do gilyak não distinguem em geral nem pessoa nem número, mas os modos “neutros” opõem a primeira à **não-primeira pessoa** do singular; outras línguas do mesmo grupo não distinguem também mais que duas pessoas. (PLG I: 249) [grifo nosso].

Aqui, parece que Benveniste guarda a ideia de uma não-primeira pessoa. Em seguida, é possível ver também que Benveniste se vale da gramática árabe (na qual a primeira pessoa é tomada como *aquele que fala*; a segunda como *aquele a quem nos dirigimos*; a terceira como *aquele que está ausente*): “nessas denominações, encontra-se implícita uma noção justa das relações entre as pessoas”. (PLG I: 250). Conforme Flores (2013, p. 90), “a justeza da gramática árabe diz respeito à ênfase na disparidade entre a terceira pessoa e as duas primeiras. Para Benveniste, *elas não são homogêneas* e é o que, de início, *é necessário focalizar*”.

Aparentemente, somando essas duas ideias, de “não-primeira pessoa” e de “aquele que está ausente”, é que Benveniste pode, a propósito da noção de não-pessoa, dizer:

É bem o “ausente” dos gramáticos árabes. Só apresenta o invariante inerente a toda forma de uma conjugação. A consequência deve formular-se com nitidez: a “terceira pessoa” não é uma “pessoa”; é inclusive a forma verbal que tem por função exprimir a “não-pessoa”. (PLG I: 250-251).

Flores (2013, p. 90) ao se perguntar sobre o que leva Benveniste a problematizar a legitimidade da forma *ele* como pessoa e a situá-la como não-pessoa, responde dizendo que a dita “terceira pessoa” não é propriamente uma “pessoa”, pois ela, “mesmo que comporte *uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa*, não faz isso com relação a

uma *pessoa específica*”.

Benveniste, então, passa a apresentar a natureza diferenciada da terceira pessoa em diversas línguas. Contamos, ao todo, treze exemplos de línguas diferentes: semítico, turco, ugro-fínico, georgiano, caucásio, dravídico, esquimó, línguas ameríndias, burushaski, lituano, sânscrito, grego moderno, inglês. Enfim, a partir dos exemplos de todas essas línguas, Benveniste quer mostrar “que as duas primeiras pessoas não estão no mesmo plano que a terceira”. (PLG I: 251-252). O autor destaca, sobretudo, que a terceira pessoa “é sempre tratada diferentemente e não como verdadeira ‘pessoa’ verbal e que a classificação uniforme em três pessoas paralelas não convém ao verbo dessas línguas”. (PLG I: 252).

Retomando o percurso feito por Benveniste até aqui, o autor, em um primeiro momento, denunciou a universalidade da classificação grega para as três pessoas; em seguida, apresentou a gênese da distinção pessoa/não-pessoa, partindo do estudo de Jakobson sobre as línguas paleo-siberianas e, sobretudo, da consideração da gramática árabe; e, por fim, fundamentou sua distinção a partir de exemplos de diversas línguas. A tese de Benveniste neste artigo está formulada nos seguintes termos: só é possível falar de pessoa em relação a *eu* e *tu*, uma vez que *ele* seria a forma não pessoal da flexão verbal.

Benveniste coloca, então, quais seriam as características das pessoas, destacando, assim, a diferença que há entre pessoa (*eu* e *tu*) e não-pessoa (*ele*):

- a) A primeira característica diz respeito à unicidade específica das duas primeiras pessoas: se, por um lado, *eu* e *tu* são sempre únicos, por outro, o *ele* “pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum”. (PLG I: 253);
- b) A segunda característica trata da inversibilidade entre as verdadeiras pessoas: assim, *eu* e *tu* são inversíveis entre si. O *ele* não pode ser invertido com os dois primeiros;
- c) A terceira característica trata da predicação verbal: “A ‘terceira pessoa’ é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente”. (PLG I: 253). Ou seja, aquilo que não diz respeito às pessoas *eu-tu* recebe, como predicado, a forma verbal da terceira pessoa.

Naquilo que pode ser entendido como a “conclusão” da “primeira parte” do artigo de 1946, Benveniste formula, a partir da distinção proposta entre pessoa e não-pessoa, dois tipos de relações. De um lado, temos o que Benveniste chama de *correlação de*

*peçoalidade*¹², a oposição entre as pessoas *eu/tu* e a não-pessoa *ele*; e, de outro lado, a *correlação de subjetividade*, que seria a oposição entre as pessoas *eu* e *tu*, ou seja, entre a pessoa subjetiva (*eu*) e pessoa não-subjetiva (*tu*).

Terminada essa “primeira parte” do texto, Benveniste se volta para a questão da pluralização. Segundo o autor:

Poderia parecer que todas as relações propostas entre as três formas do singular devessem permanecer paralelas se se transportassem para o plural (...). Entretanto, sabemos bem que, nos pronomes pessoais, a passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização. (PLG I: 255).

Não nos deteremos aqui nessa questão, pois já podemos entendê-la como sendo uma primeira consequência da distinção entre pessoa e não-pessoa. Apenas citamos o final do artigo, em que Benveniste propõe, a partir de sua tese da não similaridade entre as pessoas do verbo, uma revisão de como se interpretava a questão da pluralização. O autor conclui da seguinte maneira:

A distinção ordinária de singular e de plural deve ser se não substituída ao menos interpretada, na ordem da pessoa, por uma distinção entre *pessoa estrita* (= “singular”) e *pessoa amplificada* (= “plural”). Só a “terceira pessoa”, sendo não-pessoa, admite um verdadeiro plural. (PLG I: 259).

Eis um resumo do que vimos neste texto de 1946 (“Estrutura das relações de pessoa no verbo”): Benveniste, a partir, sobretudo, da gramática árabe, percebeu a não simetria entre as pessoas no verbo; propôs, então, que a “terceira pessoa” fosse entendida como “não-pessoa” e exemplificou essa proposta com diversas línguas; criou (além de “não-pessoa”) apenas mais dois neologismos (“correlação de peçoalidade” e “correlação de subjetividade”); e, por fim, tratou da questão da pluralização (o que aqui entendemos como um primeiro desdobramento da distinção formulada). Trata-se, assim, de um artigo “simples”, de fácil compreensão, mas que terá vários outros desdobramentos, como veremos a seguir.

1.2) A retomada da distinção pessoa/não-pessoa: em “A natureza dos pronomes” (1956)

¹² Adotamos aqui a tradução sugerida por Flores (2013, p. 91-92, nota de rodapé). Segundo o autor: “a versão brasileira traduz *corrélation de personnalité* por *correlação de personalidade*. Embora não se possa dizer que a tradução esteja errada, penso ser mais adequado criar em português um neologismo – *peçoalidade* – para evitar confusão com o termo técnico do campo da psicologia ‘personalidade’. Creio que Benveniste quer, com o termo *corrélation de personnalité*, enfatizar algo que é do campo do linguístico, da categoria de pessoa, e não do psicológico, da personalidade”.

Se, no texto de 1946 (“Estrutura das relações de pessoa no verbo”), o interesse de Émile Benveniste recai, sobretudo, sobre a não simetria entre as pessoas verbais, em 1956, com “A natureza dos pronomes”, ele se foca em mostrar que também não há simetria entre os pronomes. Este artigo de 1956 é o primeiro em que o autor retoma sua distinção entre pessoa e não-pessoa de modo mais detalhado. Ele havia apenas citado, em “Ativo e médio no verbo” de 1950, essa distinção, para demonstrar sua discordância em tratar a “não-pessoa” como “terceira pessoa”. (PLG I: 190). A ideia de escrever sobre a questão dos pronomes parece já estar presente no artigo de 1946, pois Benveniste inicia o texto da seguinte maneira:

O verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria da pessoa. O pronome, entretanto, tem tantos outros caracteres que lhe pertencem particularmente e comporta relações tão diferentes que exigiria um **estudo independente**. Utilizando, embora, oportunamente os pronomes, só consideraremos a pessoa verbal. (PLG I: 247) [grifo nosso].

Esse “estudo independente” surge, então, com “A natureza dos pronomes”, um texto curto de sete páginas, extraído de um livro dedicado ao 60º aniversário de Roman Jakobson, comemorado em 11 de outubro de 1956. E para iniciarmos a análise do artigo, é preciso, desde já, lembrar uma observação feita por Flores (2013, p. 92-93):

O título do artigo é enganador. O leitor poderá pensar que se trata tão-somente de um texto sobre pronomes. Nada disso se confirma após a leitura atenta. (...) O linguista opera aqui com uma distinção cujo alcance é muito maior e mais complexo: a oposição subjetivo/objetivo.

Benveniste apresenta, então, a questão principal de seu artigo “A natureza dos pronomes”, sem ainda falar nesta oposição entre subjetivo e objetivo. Na citação abaixo, vemos Benveniste pela primeira vez falando em dois modos de linguagem.

(...) mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as “instâncias do discurso”, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada (...) por um locutor. (PLG I: 277).

Se no artigo que vimos anteriormente (“Estrutura das relações de pessoa no verbo”, de 1946) houve apenas a constatação – e a exemplificação a partir de várias línguas – de que as pessoas não são simétricas, agora, Benveniste introduz um argumento que será de suma importância a partir daqui: os pronomes não são simétricos e “não constituem uma

classe unitária”, pois pertencem a **modos de linguagem** diferentes. De um lado, vemos que há os pronomes que pertencem à “**sintaxe da língua**”; de outro lado, os que são característicos da “**instância de discurso**”.

O destaque que damos aqui a esse argumento – de que os pronomes não são simétricos porque pertencem a modos de linguagem diferentes – é necessário, pois acreditamos que é o mesmo tipo de argumentação que permitirá a Benveniste falar, no texto de 1959 (“As relações de tempo no verbo francês”) em dois planos de enunciação, quando o autor distingue *discurso* e *história*. Lembremos que toda esta nossa longa retomada da distinção que Benveniste faz entre pessoa e não-pessoa é justamente para vermos o que leva Benveniste a distinguir dois planos de enunciação e para tentarmos localizar por onde andavam as formulações de Benveniste em 1959.

Na sequência do artigo “A natureza dos pronomes”, após apresentar a principal questão de seu texto, Benveniste retoma, em toda sua plenitude, a distinção proposta em 1946, entre pessoa/não-pessoa: “É preciso ver que a definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos *eu, tu, ele*, abole justamente a noção de ‘pessoa’. Esta é própria somente de *eu/tu*, e falta em *ele*”. (PLG I: 277-278).

Aqui, está dito novamente, com todas as letras, que a “noção de pessoa” falta em “ele”. E ao dizer isso, acreditamos que Benveniste poderia ter colocado, exatamente neste ponto, a nota referindo o texto de 1946, em que ele propõe que a “terceira pessoa” fosse vista como não-pessoa. Como é possível ver na sequência do texto, Benveniste sente necessidade de colocar essa nota, fazendo referência ao texto anterior, apenas ao final do artigo, quando ele diz: “O fato de que a ‘terceira pessoa’ é realmente uma ‘não-pessoa’ certos idiomas o mostram literalmente”. (PLG I: 283). Para não precisar repetir todos exemplos anteriores, que, como vimos, foram de várias línguas, Benveniste apenas diz, em nota: “ver nesse sentido (o texto de) 1946”. Fato é que Benveniste não precisaria colocar uma nota, nem no fim, nem no início do artigo, chamando a atenção do leitor para que perceba que se trata de um texto que dá prosseguimento ao artigo de 1946, pois a referência à ideia de não-pessoa é constante e explícita.

Logo após, então, ter dito que a “noção de pessoa” falta em *ele*, sendo própria apenas de *eu/tu*, Benveniste coloca que essa “diferença natural” pode ser demonstrada a partir da análise de *eu*. Coloca o autor:

Entre *eu* e um **nome** referente a uma noção lexical, há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pela estrutura morfológica e sintática das

línguas particulares. Há outras, que se prendem ao próprio *processus de enunciação* linguística, e que são de uma natureza mais geral e mais profunda. O enunciado que contém *eu* pertence a esse nível ou tipo de linguagem a que Charles Morris chama pragmático, e que inclui, com os signos, aqueles que os empregam. (PLG I: 278) [grifo nosso].

A citação acima serve apenas de introdução para os argumentos que vem a seguir. Destacamos somente que Benveniste, neste trecho, coloca, de um lado, o **eu** e, de outro lado, o **nome**, que se refere a uma “noção lexical”. E se no início do artigo a diferença entre eles se devia ao fato de pertencerem a **modos de linguagem** diferentes, agora, o que deve ser levado em conta é o *processus de enunciação*, que seria, no caso, uma variante da mesma noção e não propriamente uma noção nova.

Como primeiro argumento, para comprovar que o *eu* pertence muito mais a esse modo de linguagem ligado à instância de discurso – ou, em outras palavras, a esse nível “pragmático” que inclui, nos signos, aqueles que os empregam – Benveniste propõe que nos detenhamos na distinção entre oral e escrito. Segundo o autor, a condição de emprego do *eu* já é distintiva, pois o *eu* ocorre muito mais em textos falados do que em textos escritos¹³. Segundo Benveniste, seria possível imaginar um longo texto escrito, “um tratado científico, por exemplo – em que *eu* e *tu* não aparecem nem uma única vez; inversamente seria difícil conceber um curto texto falado em que não fossem empregados”. (PLG I: 278).

Após esse argumento, Benveniste destaca o que chama de “propriedade fundamental, e (...) manifesta, de *eu* e *tu* na organização referencial dos signos linguísticos”. Para o autor:

Cada instância de emprego de um **nome** refere-se a uma noção constante e “objetiva”, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de **eu** não constituem uma classe de referência, uma vez que não há “objeto” definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal. (PLG I: 278) [grifo nosso].

Novamente chamamos atenção aqui para o fato de que Benveniste contrapõe o *eu* (que “corresponde cada vez a um ser único”) ao *nome* (que se refere a “uma noção constante e ‘objetiva’”). E Flores (2013) resume muito bem todo esse argumento de Benveniste, que destaca a diferença de natureza referencial que existe entre o *eu* e o *nome*, ao dizer que:

¹³ Interessante notar que Émile Benveniste usa, na verdade, em vez de “texto escrito”, a expressão “texto linguístico”. Até o surgimento do livro *As últimas aulas*, parece que existe certo receio (ou, no mínimo, um demasiado cuidado) de Benveniste para falar em escrita.

(...) a “realidade” – e Benveniste utiliza a palavra entre aspas, exatamente, para se distanciar do sentido comum que normalmente lhe é atribuído – à qual se refere *eu* ou *tu* não é a realidade referencial, do mundo físico, concreto, mas a “realidade de discurso”: “*Eu* só pode definir-se em termos de ‘locução’, não em termos de objetos” (PLG I: 278). Ou, ainda: “*Eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade” (PLG I: 278). (FLORES, 2013, p. 93-94).

Ainda não demos a ênfase necessária, mas, talvez já seja possível perceber, a partir das passagens que citamos de Benveniste até aqui, que a grande noção que o autor introduz no artigo “A natureza dos pronomes” é a de **instância de discurso**. Ela já está posta desde o início, quando é característica essencial de um dos dois modos de linguagem.

E apenas para recordar o que está colocado no início, o outro modo, aquele que não está ligado à “instância de discurso”, seria o da “sintaxe da língua”. Lembremos, sobretudo, que inicialmente não há qualquer comentário ou explicação a respeito do que faria parte disso que Benveniste chama de “sintaxe da língua”. Até o momento, percebemos que os nomes, que se referem a noções lexicais, fazem parte disto que não pertence justamente a “instância de discurso”. Se, por um lado, parece que Benveniste já descobriu um termo chave para caracterizar e definir esse modo de linguagem, esse plano da enunciação próprio das pessoas, isto é, dos pronomes *eu/tu*, e este termo é “instância de discurso”, por outro lado, parece que Benveniste não tem um termo que possa ser essencial e que abarque todo esse outro plano da enunciação, que se refere a noções constantes, “objetivas”, idênticas na representação que despertam.

Com a noção de “instância de discurso” em mãos, Benveniste a coloca no centro de vários de seus argumentos no decorrer do artigo. Para citarmos onde isso ocorre, apenas localizaremos as passagens em que essa noção aparece, sem maiores comentários (lembrando que, em grande parte do artigo, Benveniste se empenha em explicar e caracterizar apenas o modo de linguagem ligado às pessoas, ou seja, aos pronomes *eu/tu*). Não chegamos ainda no domínio da “terceira pessoa”, que aparecerá pouco mais adiante.

Começamos mostrando o destaque que Benveniste dá à noção de instância de discurso: “É preciso, assim, sublinhar este ponto: *eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí”. (PLG I: 278-279); em seguida, a mesma ideia será posta em uma definição mais formal de *eu*: “*eu* é o ‘indivíduo que enuncia a presente

instância de discurso que contém a instância linguística *eu*”¹⁴ e em uma definição, quase que idêntica, de *tu*: “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*”. (PLG I: 279); logo na sequência, a noção ganha novo destaque quando Benveniste introduz a questão dos “indicadores” (pronomes demonstrativos – como *este, isto, etc.* – e advérbios – como *aqui, agora, etc.*):

Essa referência constante e necessária à **instância de discurso** constitui o traço que une a *eu/tu* uma série de “indicadores” (...). Poremos em evidência a sua relação com *eu* definindo-os: *aqui* e *agora* delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente **instância de discurso** que contém *eu*. (PLG I: 279) [grifo nosso].

Na sequência, a noção reaparece mais uma vez para que Benveniste possa criticar a definição clássica da dêixis. A crítica se dá nos seguintes termos:

Não adianta nada definir esses termos e os demonstrativos em geral pela *dêixis*, como se costuma fazer, se não se acrescenta que a *dêixis* é contemporânea da **instância de discurso** que contém o indicador de pessoa; dessa referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular que é a unidade de **instância de discurso** à qual se refere. (PLG I: 279-280) [grifo nosso].

E, enfim, vemos Benveniste usando a noção de “instância de discurso” quando, de certa forma, resume seu argumento e nos apresenta o que é realmente essencial: “O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente instância de discurso*”. (PLG I: 280) [grifo nosso].

Após dizer, então, em tom de conclusão, o que é essencial, Benveniste, já na frase seguinte, começa a falar do outro modo de linguagem, do modo que não se relaciona com a instância de discurso. E como os elementos que definem esse modo são bem mais escassos ao longo do artigo, acreditamos que tal trecho mereça ser citado na íntegra. Diz Benveniste:

De fato, desde que não se visa mais, pela própria expressão, essa relação do indicador à instância única que o manifesta, a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância de discurso, mas aos **objetos “reais”**, aos **tempos e lugares “históricos”**. Daí as correlações como *eu : ele – aqui : lá – agora : então – hoje : no mesmo dia – ontem : na véspera – amanhã : no dia seguinte – na próxima semana : na semana seguinte – há três dias : três dias antes, etc.* A própria língua revela a diferença profunda entre esses dois planos. (PLG I: 280) [grifo nosso].

Os elementos são escassos realmente. Do trecho acima, podemos salientar

¹⁴ Definição, aliás, que é uma reiteração do que já havia sido dito anteriormente, pois como se pode ver no trecho que citamos de Flores mais acima, Benveniste diz que: “*Eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’”.

algumas poucas novas informações, que não são tão novas assim, pois novamente ganha destaque a diferença de natureza referencial que existe entre esses dois planos: de um lado, o plano dos termos que se referem à instância de discurso; de outro, o dos termos que se referem a **objetos “reais”, a tempos e lugares “históricos”**. Como já foi dito, as aspas aqui cumprem um papel fundamental, pois quando Benveniste fala em “realidade”, em “real”, ele não está se referindo ao mundo físico.

Na sequência do artigo, ao tratar novamente do modo que se relaciona com a instância de discurso, Benveniste apresenta o que chama de fato ao mesmo tempo original e fundamental: “o fato de que essas formas ‘pronominais não remetam à ‘realidade’ nem a posições ‘objetivas’ no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim o seu próprio emprego”. (PLG I: 280). Enunciação aqui parece estar substituindo justamente a noção de “instância de discurso”.

Benveniste, então, introduz duas novas noções que posteriormente irão ganhar destaque entre os leitores de sua obra: signo vazio e signo pleno¹⁵:

A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de **signos “vazios”**, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam **“plenos”** assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. (PLG I: 280) [grifo nosso].

O problema de que fala Benveniste neste trecho é o da comunicação intersubjetiva. Para o autor, os signos “vazios” têm o papel de “fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso” (PLG I: 280). Aqui, vemos que a distinção pessoa/não-pessoa começa a adquirir grandes proporções. Se antes, bastava perceber que *eu* e *tu* são pessoas e que *ele* é a não-pessoa, agora é preciso ver quais são as reais consequências dessa distinção.

Não sem razão, Benveniste começa a falar em comunicação intersubjetiva e em conversão da linguagem em discurso. Vemos Benveniste agora apresentando ideias que serão desenvolvidas em artigos posteriores. Por exemplo, o autor coloca que: “é identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’”. (PLG I: 280-281). Como veremos a seguir, uma das principais ideias do artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, é muito semelhante a essa colocação: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como

¹⁵ O termo “signo vazio” aparece, por exemplo, definido no *Dicionário de Linguística da Enunciação*, de FLORES *et al* (2009), assim como também já aparecia referido no *Lexique d’Émile Benveniste*, organizado por COQUET & DERYCKE (1971 e 1972).

sujeito”. (PLG I: 286). Outro exemplo, de ideia que será retomada posteriormente, pode ser visto a seguir:

Se cada locutor, para exprimir o sentimento que tem da sua subjetividade irreduzível, dispusesse de um “indicativo” distinto (no sentido em que cada estação radiofônica emissora possui o seu “indicativo” próprio), haveria praticamente tantas línguas quantos indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível. A linguagem previne esse perigo instituindo um signo único, mas móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio discurso. Esse signo está, pois, ligado ao *exercício* da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira. O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. (PLG I: 281).

Ao falar em “linguagem como sistema de signos” e “linguagem assumida como exercício pelo indivíduo” já podemos ver o segundo momento da teoria benvenistiana, que será o da distinção entre semiótico e semântico. Especificamente sobre essa distinção, falaremos mais adiante na dissertação.

Benveniste dá tanta ênfase à atualização das formas linguísticas por parte do locutor que se sente obrigado a fazer a seguinte reflexão: “Será sempre assim? Se a linguagem em exercício se produz por necessidade em instâncias discretas, essa necessidade a destinará também a só consistir de instâncias ‘pessoais’?”. (PLG I: 282). A resposta a essas perguntas é o que lhe permite falar do domínio da terceira pessoa:

Sabemos empiricamente que não. Há enunciados de discurso, que a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos, mas a uma situação “objetiva”. É o domínio daquilo a que chamamos a “terceira pessoa”. (PLG I: 282).

Na sequência, Benveniste nos diz que os pronomes de terceira pessoa “são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza”. (PLG I: 282). O autor nos diz que formas como *ele*, *isso*, *o*, etc. só servem de substitutos abreviativos. E além dos pronomes, Benveniste cita ainda outro exemplo que cumpriria também uma função de “representação”. Segundo o autor, “essa função (...) pode ser cumprida por elementos de outras classes; conforme o caso, em francês, por certos verbos”. (PLG I: 282). O exemplo trazido pelo autor, então, é de uma frase com um verbo no imperfeito (“essa criança escreve melhor agora do que *fazia* no ano passado”). Porém, esse exemplo causa estranheza por dois motivos: em primeiro lugar, é estranho Benveniste falar em “certos verbos”, quando, aparentemente, o mais correto seria dizer “certos tempos verbais”, pois são os tempos verbais que cumprem diferentes funções; em segundo lugar, o

autor cita um verbo no imperfeito, que – como se pode ver no capítulo “As relações de tempo no verbo francês” que retomaremos mais adiante – é um tempo admitido nos dois planos de enunciação, tanto na “enunciação histórica” quanto na “enunciação de discurso”.

Após esse exemplo um pouco estranho, eis que chegamos ao final do artigo “A natureza dos pronomes” e no trecho em que o autor remete, em nota, ao texto anterior de 1946. Não contente com a quantidade de exemplos de língua apresentada no texto anterior, Benveniste cita mais uma língua, o yuma, da Califórnia. O autor apresenta, então, as propriedades distintivas da “terceira pessoa”:

O que é preciso considerar como distintiva da “terceira pessoa” é a propriedade 1º de se combinar com qualquer referência de objeto; 2º de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3º de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4º de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aqui*, *agora*, etc. (PLG I: 283).

Recapitulando o que vimos no artigo “A natureza dos pronomes”: Benveniste retoma a distinção pessoa/não-pessoa elaborada no texto de 1946; vê essa distinção funcionando em dois modos de linguagem distintos: um modo ligado à “sintaxe da língua”, outro modo ligado à “instância de discurso”. O artigo dá a entender que há, sim, uma parte da linguagem objetiva e outra subjetiva. O contraponto entre pessoa/não-pessoa é sempre constante. Benveniste, de certo modo, descobre o lugar do “eu” e o lugar do “ele” na linguagem. Para isso aponta, aliás, a conclusão de Flores (2013), que trazemos aqui, encerrando a análise do artigo:

A partir de sua reflexão sobre os pronomes, ele (Benveniste) fala de algo muito mais geral: da posição que cada um é obrigado a ocupar na linguagem. Em outras palavras: a linguagem impõe às línguas que “reservem” lugares de pessoa e não pessoa, sem o que não seria possível falar. (FLORES, 2013, p. 94).

1.3) A oposição subjetivo/não-subjetivo: em “Da subjetividade na linguagem” (1958)

Conforme Flores (2013, p. 97), “*Da subjetividade na linguagem* é um texto especial (...). Vários motivos autorizam essa avaliação: o fato de ter sido publicado em um periódico de psicologia atesta sua vocação interdisciplinar (...)”. A essa observação – de que o texto foi “publicado em um periódico de psicologia” – é possível acrescentar algumas considerações. Faremos uma (talvez longa) introdução para apresentar esse “texto especial”; acreditamos ser necessário.

No livro *Problemas de linguística geral*, volume I, encontramos, além do artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, outros três textos publicados no *Journal de psychologie*. São eles: “Ativo e médio no verbo”, de 1950; “A noção de ‘ritmo’ na sua expressão linguística”, de 1951; “Tendências recentes em linguística geral”, de 1954. E, somado a esses quatro textos, temos ainda o artigo “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana”, de 1956, publicado na primeira edição da revista *La psychanalyse*, completando os cinco artigos do PLG I publicados em periódicos de Psicologia.

Vemos, então, que “Da subjetividade na linguagem” é, pela ordem cronológica, o último dos textos publicados. A respeito especificamente dos quatro artigos de Benveniste publicados no *Journal de psychologie*, gostaríamos, aqui, de apontar algumas diferenças que talvez nos ajudem a perceber melhor o lugar e a importância que ocupa “Da subjetividade na linguagem” no conjunto desses textos.

Uma das principais diferenças é que, nos dois primeiros textos, de 1950 e de 1951, Benveniste tem apenas um “leve” diálogo com a Psicologia; o que vai mudar a partir de 1954, com o artigo “Tendências recentes em linguística geral”, em que o autor passa a ter o que poderíamos chamar de “forte” diálogo. Em 1950, Benveniste inicia o texto “Ativo e médio no verbo” da seguinte maneira:

A distinção entre ativo e passivo pode fornecer um exemplo de uma categoria verbal própria para desencaminhar os nossos hábitos de **pensamento**: parece necessária – e muitas línguas a ignoram (...). Nas nossas próprias línguas, nas quais essa distinção parece impor-se como uma determinação fundamental do **pensamento**, ela é tão pouco essencial ao sistema verbal indo-europeu que a vemos formar-se no decurso de uma história que não é tão antiga. (PLG I: 183) [grifo nosso].

Vemos que Benveniste, logo de início, relaciona o tema a ser tratado com o “pensamento”; no restante do artigo, ele nem sequer retoma essa palavra. Parece, então, que, falando inicialmente em “pensamento”, o autor introduz o assunto como podendo ser de interesse dos leitores do *Journal de psychologie*. Como se sabe, trata-se de um texto que aborda um tema, sob todos os aspectos, linguístico, a questão do “Ativo e médio no verbo”.

Este mesmo movimento, de introduzir o assunto tentando despertar o interesse dos leitores da revista por um tema predominantemente linguístico, podemos perceber também no segundo artigo publicado no *Journal de psychologie*, “A noção de ‘ritmo’ na sua

expressão linguística”, de 1951. Desta vez, Benveniste, no início do texto, fala explicitamente em psicologia, como se pode ver a seguir:

Poderia ser a tarefa de uma **psicologia** dos movimentos e dos gestos estudar paralelamente os termos que os denotam e os **psiquismos** por eles comandados, o sentido inerente aos termos e as representações frequentemente muito diferentes que suscitam. A noção de “ritmo” é das que interessam a uma ampla porção das atividades humanas. Serviria até para caracterizar distintivamente os comportamentos humanos, individuais e coletivos, na medida em que tomamos consciência das durações e das sucessões que os regulam e também quando, além da ordem humana, projetamos um ritmo nas coisas e nos acontecimentos. Essa vasta unificação do homem e da natureza sob uma consideração de “tempo”, de intervalos e de repetições semelhantes, teve como condição o próprio emprego da palavra, a generalização, no vocabulário do pensamento ocidental moderno, do termo ritmo que, através do latim, nos vem do grego. (PLG I: 361) [grifo nosso].

No trecho acima, percebemos o desejo de Benveniste de que os leitores da revista possam se interessar pelo assunto. E com a frase “A noção de ‘ritmo’ é das que interessam a uma ampla porção das atividades humanas”, o autor é bem claro nesse propósito. Porém, novamente, como já havia ocorrido no artigo anterior, Benveniste não voltará a falar em Psicologia ou em pensamento no restante do artigo. Como se sabe, neste texto, o autor demonstra toda sua erudição tratando da noção de ritmo a partir de textos gregos, em um artigo que não é de fácil leitura nem para linguistas.

Por apresentarem inícios semelhantes, que servem mais para despertar o interesse dos leitores da revista, classificamos esses dois primeiros textos como tendo um “leve” diálogo com a Psicologia. São textos publicados no *Journal de psychologie*, mas que tratam de temas específicos da Linguística, por mais que Benveniste se esforce em dizer que são assuntos de interesse de “uma ampla porção das atividades humanas”.

Em 1954, com o artigo “Tendências recentes em linguística geral”, a postura de Benveniste é totalmente diferente. O texto parece ter sido escrito com o intuito de contemplar os leitores do *Journal*. E não seria absurdo pensar que realmente o artigo tenha sido encomendado por um editor da revista. Em primeiro lugar, vemos que agora Benveniste não escreve mais sobre um tema específico; ao contrário, o autor busca apresentar, de forma bastante didática, vários autores e várias escolas linguísticas; enfim, ele apresenta quais seriam as tendências linguísticas da época.

Em segundo lugar, Benveniste cita uma edição anterior do próprio *Journal*, o que demonstra não apenas um conhecimento em relação à revista, mas também um possível desejo de contemplar seus leitores:

Quanto ao mais, a compilação publicada em 1933 pelo *Journal de psychologie* sob o título de *Psychologie du langage* já apresentava uma renovação espantosa das ideias teóricas e das afirmações doutrinárias. Liam-se ali as primeiras explicações de princípios que assim como os da “fonologia” penetraram depois em larga escala no ensino. (PLG I: 4).

Em terceiro lugar e por último, Benveniste parece convocar os psicólogos para que se alinhem, com sociólogos e linguistas, nas mesmas pesquisas sobre os “complexos processos de significação”:

É do progresso na análise dos símbolos que se poderia esperar principalmente uma compreensão melhor dos complexos processos da significação na língua e provavelmente também fora da língua. E uma vez que esse funcionamento é inconsciente, como é inconsciente a estrutura dos comportamentos, **psicólogos**, sociólogos e linguistas associariam com vantagem os seus esforços nessa pesquisa. (PLG I: 13 e 14) [grifo nosso].

Essa mudança de postura entre os dois primeiros textos e o artigo de 1954, “Tendências recentes em linguística geral”, nos parece muito visível; fato que nos leva a propor que o artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, seja lido dentro dessa mesma perspectiva de “forte” diálogo com a Psicologia. Obviamente que não basta dizer isso e será preciso mostrar onde é possível perceber esse diálogo ocorrendo no texto.

Apesar de não ser um artigo longo (tem 10 páginas), podemos, para entendermos melhor o texto “Da subjetividade na linguagem”, dividi-lo em duas partes. A primeira parte compreenderia basicamente três páginas (284-287) em que o autor tenta responder a seguinte questão, que abre o texto: “se a linguagem é, como se diz, instrumento de comunicação, a que deve ela essa propriedade?”. (PLG I: 284). Nessa primeira parte, vemos Benveniste trabalhando com noções de homem, locutor, sujeito, ego, eu, pessoa. Como se percebe, essas noções vão desde algo mais antropológico até algo mais linguístico.

Se, em 1954, com “Tendências recentes em linguística geral”, Benveniste convocava os psicólogos, incitando-os a participarem de pesquisas conjuntas, agora o autor os provoca de maneira especial. Pois entendemos a tese do artigo de 1958 como uma provocação aos psicólogos. A tese pode ser resumida na seguinte frase: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. (PLG I: 286). Disso resulta que não é mais no pensamento ou na sociedade que o homem se constrói; agora é na linguagem, única e exclusivamente, que isso ocorre. Logo, não se pode mais falar que exista um sujeito anterior à linguagem.

A tese de Benveniste de que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” é repetida de várias maneiras em seu artigo. Por exemplo, ao tratar da “subjetividade”, o autor novamente chama atenção para o papel fundamental da linguagem:

(...) essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico de “pessoa”. (PLG I: 286).

A bastante citada (e controversa) frase “é ‘ego’ quem *diz* ‘ego’¹⁶” serve, sobretudo, para mostrar o destaque que Benveniste quer dar ao *dizer*. Antes do dizer não há nada; não há sujeito. Não há pensamento fora da linguagem. Eu é quem *diz* eu.

Esse destaque dado ao dizer já estava anunciado em 1956, no artigo “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana”, quando, ao estudar a técnica analítica, Benveniste diz que:

O analista opera sobre o que o sujeito lhe diz. Considera-o nos discursos que este lhe dirige, examina-o no seu comportamento locutório, “fabulador”, e através desses discursos se configura lentamente para ele outro discurso que ele terá o encargo de explicitar, o do complexo sepultado no inconsciente. Da descoberta desse complexo depende o sucesso da cura, que testemunha, por sua vez, que a indução estava correta. Assim, do paciente ao analista e do analista ao paciente o processo inteiro opera-se por intermédio da linguagem. (PLG I: 82).

Nessa “primeira parte” do artigo, quando o autor elenca os motivos pelos quais a linguagem não pode ser considerada meramente como um instrumento, encontramos algumas das mais brilhantes frases de Benveniste e, por isso mesmo, frases que são constantemente citadas:

Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. (...) A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. (...). Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. (...). É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem. E a linguagem ensina a própria definição do homem. (PLG I: 285).

Ser um instrumento de comunicação, na verdade, segundo Benveniste, é apenas uma consequência pragmática daquilo que o autor coloca como sendo a condição fundamental existente na linguagem, que é a polaridade entre as pessoas. Daí Benveniste dizer que “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” e,

¹⁶ A controvérsia se dá, sobretudo, por uma possível tradução equivocada da frase de Émile Benveniste para o português (“est ‘ego’ qui *dit* ‘ego’”), que corrigimos para aquilo que entendemos como o mais correto.

pouco mais a frente, concluir que “*eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*”. (PLG I: 286).

Essa frase parece ser outra provocação aos psicólogos, pois não se pode falar em “ego”, sem se falar também em “eco”. Eu/tu (ego/eco) é a polaridade fundamental que não significa nem igualdade nem simetria. Transcendentes, complementares e reversíveis; o par eu/tu é único; o que torna, segundo as palavras de Benveniste “única a condição do homem na linguagem”. (PLG I: 287).

Isso leva Benveniste a indicar um possível erro dos psicólogos: o de reduzir a um só termo essa polaridade fundamental (no caso, este termo único seria o “ego”). Conforme Benveniste:

Caem assim as velhas antinomias do “eu” e do “outro”, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do “próximo”, ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade. (PLG I: 287).

Concluída esta “primeira parte” do artigo, Benveniste se coloca, em seguida, outra pergunta, talvez já imaginando que esta seria uma pergunta feita por seus leitores psicólogos, principalmente os mais desconfiados: “Terá de ser linguístico esse fundamento?”. E quase que despreziosamente Benveniste ainda se pergunta: “Onde estão os títulos da linguagem para fundar a subjetividade?”. A resposta não poderia ser mais curta e definitiva: “a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes”. (PLG I: 287). Ou seja, a subjetividade está em todas as partes da linguagem. Ele acrescenta ainda que a linguagem “é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem”. (PLG I: 287).

Para comprovar seus argumentos, Benveniste diz que citará alguns exemplos, apenas os “mais aparentes”. A partir daqui o autor retoma aquilo que estava colocado em seus artigos anteriores. A categoria de pessoa e sua proposta de não-pessoa novamente ganham destaque em sua argumentação, pois afirma que “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem”. (PLG I: 288). E ao lado na noção de pessoa, aparece a da temporalidade, como se pode ver a seguir:

É fácil ver que o domínio da subjetividade se amplia ainda e deve chamar a si a expressão da temporalidade. Seja qual for o tipo de língua, comprova-se em toda parte certa organização linguística da noção de tempo. Pouco importa que essa noção se marque na flexão de um verbo ou por meio de palavras de outras classes (partículas, advérbios, variações lexicais, etc.); é problema de estrutura formal. (...) a temporalidade humana com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem. (PLG I: 289).

E após definir que a linguagem é a própria “possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão” (PLG I: 289), Benveniste faz uma colocação, no mínimo, inusitada ao dizer que: “a instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria da pessoa”. (PLG I: 290). A pergunta que cabe aqui é a seguinte: o que exatamente Benveniste quer dizer com esse “fora da linguagem”? Dificilmente alguém chegará a uma resposta definitiva a essa pergunta. Porém, esse “fora” nos parece ser uma nova provocação aos psicólogos; pois lembremos o que estava dito em 1954, em “Tendências recentes em linguística geral”, em uma passagem já citada:

É do progresso na análise dos símbolos que se poderia esperar principalmente uma compreensão melhor dos complexos processos da significação na língua e provavelmente também **fora da língua**. E uma vez que esse funcionamento é inconsciente, como é inconsciente a estrutura dos comportamentos, psicólogos, sociólogos e linguistas associariam com vantagem os seus esforços nessa pesquisa. (PLG I: 13-14) [grifo nosso].

Se antes Benveniste convocava os psicólogos, falava em inconsciente, agora o autor não deixa dúvidas em relação à primazia que se deva dar à linguagem. Poderíamos pensar esse “fora da língua” como sendo no inconsciente, ou até mesmo na sociedade, já que, antes, o autor convocava também os sociólogos. Lembremos que é a própria postura de Benveniste em relação a essa questão que muda, passando de uma atitude de simpatia – de querer dividir esforços em uma pesquisa conjunta – para uma atitude que estamos chamando de provocadora, em que a primazia a ser dada à linguagem fica evidente.

Antes, ainda no texto de 1954, ao apresentar várias possibilidades de estudos linguísticos, Benveniste colocava como possível uma linguística que contemplasse tanto o social quanto o psicológico, não ficando restrita à língua. Ele dizia que “uma outra linguística poderia estabelecer-se sobre os termos deste trinômio: **língua, cultura, personalidade**”. (PLG I: 17) [grifo nosso].

Em 1958, com “Da subjetividade na linguagem”, fica claro que Benveniste não se filiaria a essa possível linguística constituída a partir deste trinômio, pois, para ele, tudo se

estabelece com base somente na língua¹⁷. Retomando a tese central do artigo: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*”. Vemos, assim, que o homem (o ser social do mundo); o sujeito (do psiquismo, seja ele do pensamento ou do inconsciente) e a pessoa (linguística); todos se constituem na e pela linguagem. A primazia dada à linguagem, no artigo de 1958, é constante e fundamental.

Eis que chegamos ao final do texto e nos deparamos com uma nova situação inusitada. Se antes, como vimos no artigo “A natureza dos pronomes”, de 1956, havia a oposição objetivo/subjetivo, até aqui, no artigo de 1958, Benveniste parece estender a subjetividade a toda linguagem; pois sua resposta é a de que “a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes”. (PLG I: 287).

Assim, há dois movimentos aqui que precisam ser bem percebidos. O primeiro movimento, que pode ser entendido como inusitado, é uma espécie de recuo de Benveniste,

¹⁷ Acreditamos que seja necessário explicarmos melhor a afirmação de que “Benveniste não se filiaria a essa possível linguística constituída a partir deste trinômio”, pois não raro encontramos textos em que os autores – tomando a frase de Benveniste fora de contexto – afirmam que ele considerava esse tipo de estudo como sendo a *sua* linguística; ou, até mesmo, afirmam que ele estaria *propondo* uma linguística que se estabeleceria com base neste trinômio: língua, cultura, personalidade. Na verdade, trata-se somente de uma possibilidade de linguística; e nada nos leva a concluir que esta seria a linguística adotada por ele. Contextualizando melhor e localizando onde essa colocação de Benveniste aparece, vemos que ele fala sobre esse trinômio ao final do artigo “Tendências recentes em linguística geral”. Benveniste se encaminha para a conclusão do texto, constatando que a língua não possui somente uma estrutura, mas várias; e que cada uma dessas várias estruturas “possibilitaria uma linguística completa”. (PLG I: 17). Uma primeira linguística teria, como fundamento, o “simples estudo dessa propriedade constitutiva da linguagem (de estabelecer-se em dois planos, significante e significado) e das relações de regularidade ou de desarmonia que acarreta (...)”. (PLG I: 17). A segunda linguística apresentada seria exatamente esta que “poderia estabelecer-se sobre os termos deste trinômio: língua, cultura, personalidade”. Benveniste introduz a possibilidade dessa linguística dizendo que “a linguagem é também (...), no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e, ao mesmo tempo, o instrumento dessa interação”. (PLG I: 17). Vemos que, até mesmo aqui, a linguagem ganha destaque, pois é ela que serve de interação entre a vida mental e a vida cultural. Benveniste prossegue sugerindo outras possibilidades de estudos linguísticos. Assim, uma terceira linguística seria aquela que consideraria a linguagem como “contida dentro de um corpo de emissões sonoras articuladas”. Ele ainda coloca que essas emissões sonoras seriam a “matéria de um estudo estritamente objetivo”. (PLG I: 17). Não é preciso lembrar que Benveniste jamais se filiou a uma linguística dedicada apenas a parte sonora da língua. O autor ainda comenta sobre uma quarta possibilidade de linguística – contrária à perspectiva anterior –, cujo objeto seria a “pesquisa e a elucidação desse mecanismo latente”, isto é, “de uma infraestrutura escondida”. (PLG I: 18). Uma quinta linguística seria aquela que consideraria a linguagem como um “conjunto de ‘figuras’ produzidas pelas relações intrínsecas de elementos constantes”. (PLG I: 18). Essa linguística seria, então, a “teoria das combinações possíveis entre esses elementos e das leis universais que as governam”. (PLG I: 18). Por fim, uma sexta linguística, que seria o “estudo da linguagem enquanto ramo de uma **semiótica geral** que cobriria ao mesmo tempo a vida mental e a vida social”. (PLG I: 18) [grifo nosso]. Vemos, a partir dessa última possibilidade de linguística, que se existe um estudo que abarque realmente tanto a vida mental quanto a social, este precisaria ser, na verdade, uma “semiótica geral” (noção que, caso fosse colocada em termos propriamente benvenistianos, seria a de uma “semiologia geral”). Após apresentar todas essas possibilidades, Benveniste conclui dizendo: “Essa enumeração não é exaustiva e não pode sê-lo. Surgirão, talvez, outras concepções. Queremos apenas mostrar que, por trás das discussões (...) que acabamos de expor, existe com frequência (...) uma opção preliminar que determina a posição do objeto e a natureza do método”. (PLG I: 18). Reiteramos, então, que essas “linguísticas” apresentadas por Benveniste são apenas possibilidades de estudos; e nada, no texto, indica que alguma dessas concepções seja a que Benveniste adota.

para quem, como vimos, a subjetividade estaria em todas as partes da linguagem, ao dizer que é possível ver ainda, na linguagem, uma clara diferença entre enunciação “subjetiva” e enunciação “não subjetiva”.

(...) aqui a diferença entre a **enunciação “subjetiva”** e a **enunciação “não subjetiva”** aparece em plena luz, desde que se tenha percebido a natureza da oposição entre as “pessoas” do verbo. É preciso ter no espírito que a “terceira pessoa” é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. (PLG I: 292) [grifo nosso].

O segundo movimento vem em forma de uma ressalva, pois Benveniste, logo após ter dito que “a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa”, chama atenção para um detalhe:

Entretanto (a terceira pessoa) existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa”. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”. (PLG I: 292).

Ou seja, mesmo que se aproxime o domínio da terceira pessoa de algo “não-subjetivo”, ou que se fale que esse domínio “*não* remete a nenhuma pessoa”, ainda assim é preciso ter em mente que o valor da forma “ele” parte sempre de um discurso enunciado por “eu”. Nesse segundo movimento, Benveniste novamente estende a subjetividade a toda linguagem, pois não há discurso que não seja enunciado por um “eu”.

Para encerrar o artigo, Benveniste faz uma última provocação aos psicólogos:

Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na **psicologia**, aparecerão sob uma luz diferente se as restabeçermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística. (PLG I: 293) [grifo nosso].

Resumindo o que vimos no artigo: Benveniste começa defendendo a tese de que a linguagem não pode ser considerada simplesmente como um instrumento de comunicação, pois isso seria uma consequência pragmática. O autor ressalta a importância da polaridade entre “eu/tu”. Não fala mais na oposição entre “subjetivo”/“objetivo”, mas coloca ainda (inusitadamente) que se pode ver uma clara distinção entre “subjetivo”/“não-subjetivo”, de acordo com a natureza das pessoas do verbo, fazendo a ressalva de que o “ele” tira seu valor de um discurso enunciado por “eu”.

Um leitor mais atento talvez chame atenção para o fato de que, no texto de 1946 (“Estrutura das relações de pessoa no verbo”), era o pronome “tu” que era tratado como “pessoa não-subjetiva”, quando Benveniste define a correlação de subjetividade. Se

estamos seguindo de modo correto esse deslocamento conceitual, podemos dizer que nos dois primeiros textos, de 1946 e de 1956, “eu” seria a “pessoa subjetiva”; “tu”, a “pessoa não-subjetiva”; e “ele”, a “não-pessoa” (ou uma “pessoa objetivada”, se é que se pode dizer isso); momento em que Benveniste trabalha com a distinção subjetivo/objetivo. Agora, em 1958, as pessoas (eu-tu) estão ligadas a “enunciações subjetivas” e a não-pessoa (ele) se vincula a “enunciações não-subjetivas”. Flores (2013) diz que, em 1958, com “Da subjetividade na linguagem”, “a categoria de pessoa é evocada como indicador de subjetividade (...), vinculada a uma discussão muito mais ampla daquela que se faz originalmente em (...)1946” (FLORES, 2013, p. 104). Tomando uma demasiada liberdade ao tratar dos termos de Benveniste, poderíamos dizer, em paralelo à conclusão de Flores, que a categoria da não-pessoa seria um indicador de não-subjetividade. Isso ao menos parece ser importante e talvez fique mais claro a seguir, quando iremos voltar para a análise da distinção entre *enuniação histórica* e *enuniação de discurso*.

1.4) A distinção discurso/história: em “As relações de tempo no verbo francês” (1959)

Finalmente chegamos ao artigo “As relações de tempo no verbo francês”, do qual partimos. Como dissemos no início, nesse artigo, Émile Benveniste parece estabelecer um diálogo com o campo da História, ao elaborar a noção de *enuniação histórica*, em contrapartida à noção de *enuniação de discurso*.

Nesse artigo, Benveniste argumenta que o tempo não é o único critério “que decidirá a posição ou mesmo a possibilidade de uma forma dada no seio do sistema verbal”. (PLG I: 260). Ao considerar a relação entre formas simples e formas compostas, o autor argumenta ainda que “o aspecto também não fornece um princípio unívoco da correlação de um tipo de formas ao outro”. (PLG I: 261). O objetivo maior do artigo, então, segundo o autor, é o de “procurar, numa visão sincrônica do sistema verbal em francês moderno, as relações que organizam as diversas formas temporais” (PLG I: 261). E para dirimir uma possível dúvida, que pode surgir desde já, trazemos aqui o que diz Michel Arrivé, em seu artigo “*Histoire, discours: retour sur quelques difficultés de lecture*”, de 1997. A dúvida seria se esta distinção entre os planos da história e do discurso se aplicaria apenas ao sistema verbal da língua francesa, uma vez que Benveniste inicia dizendo que “os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema

único”. (Aliás, o título do artigo também aponta para essa particularidade referente à língua francesa). Arrivé (1997) – tentando resolver essa questão da amplitude da distinção entre os conceitos de história e de discurso – se pergunta: “teria validade somente para o francês (...) ? Ou teria, ao contrário, um alcance mais geral, até mesmo universal?”. (ARRIVÉ, 1997, p. 3) [tradução nossa]. Deixando de lado toda brilhante argumentação que Arrivé faz para sanar essa dúvida, destacamos apenas sua conclusão, que é a seguinte: “ao contrário das aparências, a distinção entre *história* e *discurso*, longe de ser válida somente para o francês, tem um alcance universal”. (ARRIVÉ, 1997, p. 7) [tradução nossa]. Partimos, então, da premissa de que, a despeito de Benveniste tratar apenas dos verbos em francês, a distinção proposta por ele é, sim, de caráter universal e se aplica a toda e qualquer língua¹⁸.

Um dos propósitos de Benveniste, em “As relações de tempo no verbo francês”, é o de “mostrar aqui que a organização dos tempos depende de princípios menos evidentes e mais complexos”. (PLG I: 261). Benveniste já havia considerado, no capítulo “A natureza dos pronomes”, de 1956, o domínio da “terceira pessoa” como sendo aquele domínio que se relaciona com o “histórico”, ao dizer que:

De fato, desde que não se visa mais, pela própria expressão, essa relação do indicador à instância única que o manifesta, a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância de discurso, mas aos **objetos “reais”**, aos **tempos e lugares “históricos”**. (PLG I: 280) [grifo nosso].

Benveniste, agora, em 1959, tornando a questão um pouco mais complexa, nomeia esses dois planos de enunciação. No trecho abaixo, vemos a principal ideia desenvolvida por Benveniste no texto e o lugar onde o autor distingue o plano da história e o plano do discurso:

Os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema único; distribuem-se em *dois sistemas* distintos e complementares. Cada um deles compreende apenas uma parte dos tempos do verbo; todos dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor. Esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes, que distinguiremos como o da *história* e o do *discurso*. (PLG I: 261-262).

¹⁸ Acreditamos que seja necessário colocar um alerta (e uma retificação) sobre essa afirmação a respeito do “caráter universal” da proposta de Émile Benveniste, aplicável a “toda e qualquer língua”, pois muito provavelmente o próprio Benveniste não concordaria com isso. Sua posição seria talvez esta que vemos em “Tendências recentes em Linguística Geral”, de 1954: “Não se cede mais tão facilmente como antes à tentação de erigir como **propriedades universais** da linguagem as particularidades de uma língua ou de um tipo linguístico”. (PLG I: 6) [grifo nosso].

Em “As relações de tempo no verbo francês”, Benveniste vê uma função na língua, que ele denomina de “intenção histórica”. Podemos entender essa função como sendo a de narrar os acontecimentos passados. A língua coloca à disposição de seus falantes um modo de narrar, uma temporalidade específica (que é a “enunciação histórica”). Benveniste diz explicitamente que pretende assinalar a temporalidade específica que a intenção histórica possui, como se pode ver na sequência:

Para que possam ser registrados como se tendo produzido, esses fatos devem pertencer ao passado. Sem dúvida, seria melhor dizer: desde que são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica estão caracterizados como passados. A intenção histórica constitui realmente uma das grandes funções da língua: imprime-lhe a sua temporalidade específica, cujas marcas formais devemos agora assinalar. (PLG I: 262).

Ao querer caracterizar esse “plano histórico da enunciação”, Benveniste apresenta algumas ideias que podem ser entendidas como polêmicas e sujeitas a críticas¹⁹. E são polêmicas apenas porque agora não há uma ressalva, tal como havia no texto “Da subjetividade na linguagem”; uma ressalva que dizia que o “ele” tira seu valor de um enunciado proferido por “eu”.

A enunciação *histórica* (...) caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. Esses três termos, *narrativa*, *acontecimento*, *passado*, devem ser igualmente sublinhados. Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. (PLG I: 262).

Dizer que não há “nenhuma intervenção do locutor na narrativa” pode ser entendido como uma liberdade que toma Benveniste para definir o plano da narrativa histórica. O mesmo ocorre quando diz que:

Na verdade, não há mais, então, nem mesmo narrador. Os acontecimentos são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos. O tempo fundamental é o aoristo, que é o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador. (PLG I: 267).

Tais colocações precisam ser bem localizadas, pois se inserem somente dentro dessa distinção entre enunciação histórica e enunciação de discurso, restrita a esse texto de 1959 e que estariam, se erradamente equipararmos os textos de Benveniste, contrariando sua premissa básica (isto é, a de que o homem está na língua), que aparece, por exemplo, em 1970, no artigo “O aparelho formal da enunciação”, quando diz que “o ato individual

¹⁹ Já havíamos destacado, mais acima, a observação de Flores (2013) sobre a crítica que, em geral, se faz ao modo como Émile Benveniste define *enunciação histórica*.

de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação”. (PLG I: 84). Logo, não se poderia pensar em uma enunciação sem a presença de um locutor ou da pessoa do narrador.

Neste artigo de 1959, Benveniste está interessado na questão dos tempos verbais. De certo modo, ele está preocupado em mostrar a diferença que há, na língua francesa, entre o *passé simple* (passado simples) e o *passé composé* (passado composto), tempos que poderiam ser entendidos como redundantes, pois essas duas formas expressariam a mesma relação temporal com o passado; ou simplesmente, dentro de uma interpretação tradicional, essas formas apenas refletiriam a diferença entre língua falada e língua escrita.

Assim, para mostrar como verdadeiramente se comporta o sistema verbal francês, Benveniste se vale de trechos de algumas obras. Conforme o autor são “três amostras de narrativa, tomadas ao acaso; as duas primeiras são do mesmo historiador, mas de gêneros diferentes; a outra é tomada à literatura de ficção”. (PLG I: 263). Os exemplos que Benveniste traz são dois trechos de um mesmo livro do historiador Gustave Glotz (*Histoire grecque*, de 1925) e um trecho de uma novela de Honoré de Balzac (*Gambara*, de 1837). Benveniste não faz propriamente uma análise desses textos; eles servem, simplesmente, de exemplo para que o autor destaque o emprego do passado simples em detrimento do passado composto, sobretudo, neste tipo de narrativa com “intenções históricas”.

Sobre o modo de narrar adequado aos historiadores, Benveniste nos diz que:

Não há nenhuma razão para que mudem (os tempos verbais) enquanto durar a narrativa histórica, e não há, aliás, nenhuma razão para que esta se detenha, uma vez que se pode imaginar todo o passado do mundo como uma narrativa contínua e que se construiria inteiramente sobre essa tripla relação temporal: aoristo, imperfeito, mais-que-perfeito. É preciso e é suficiente que o autor permaneça fiel ao seu propósito de historiador e que proscruva tudo o que é estranho à narrativa dos acontecimentos (discursos, reflexões, comparações). (PLG I: 266-267).

Benveniste obviamente não é ingênuo a ponto de achar que historiadores, ao possuírem uma “intenção histórica”, se manteriam sempre no plano da “enunciação histórica”. Um historiador pode, segundo Benveniste “mudar de tom, multiplicar os pontos de vista, e adotar outros tempos mas, então, deixa o plano da narrativa histórica”. (PLG I: 269). Arrivé (1997), a propósito disso, defende Benveniste das críticas que diziam que o autor teria dividido a língua, de modo estanque, entre dois planos bem distintos e delimitados. Arrivé chama atenção para o tipo de relação que há entre esses dois planos, destacando principalmente a instantaneidade em que ocorrem as mudanças de um plano de enunciação para outro. Comprovando o argumento de Arrivé, poderíamos aqui citar o

próprio texto de Benveniste: “Na prática, passa-se de um ao outro **instantaneamente**. (...) O próprio da linguagem consiste em permitir essas **transferências instantâneas**”. (PLG I: 267) [grifo nosso]. Com certa ironia, Arrivé chega a dizer que “se for possível, nessa questão, formular uma crítica a Benveniste, foi a de ter tratado esse problema tão importante em apenas uma linha, e que pode passar despercebida por um leitor apressado”. (ARRIVÉ, 1997, p. 2) [tradução nossa].

Benveniste propõe, então, que se faça um simples teste: substituir, nas amostras de narrativa citadas por ele, os aoristos por perfeitos, ou seja, substituir o *passé simple* (passado simples) pelo *passé composé* (passado composto). Segundo Benveniste, “o resultado seria tal que nenhum autor se resolveria a apresentar a história numa perspectiva semelhante”. (PLG I: 269).

Quase ao final do artigo, podemos ver Benveniste apresentando uma espécie de tese em torno dessa questão; tese que justifica o emprego de um tempo e não de outro. Conforme o autor, “*il fit* (*ele fez*, no passado simples) objetiviza o acontecimento destacando-o do presente; *il a fait* (*ele fez*, no passado composto), ao contrário, põe o acontecimento passado em ligação com o nosso presente”. (PLG I: 275).

Benveniste parece, então, dialogar com historiadores, pois está convencido de que “todo aquele que sabe escrever e empreende a narrativa de acontecimentos passados emprega espontaneamente o aoristo como tempo fundamental, quer evoque esses acontecimentos como historiador quer os crie como romancista” (PLG I: 269). Os exemplos de textos trazidos por Benveniste já apontavam para isto, porém, é importante salientar aqui que ele não faz uma distinção entre narrar acontecimentos históricos e criar uma ficção na condição de romancista. O próprio Benveniste destaca, na nota 224 do texto, que a “enunciação histórica dos acontecimentos” não pode ser confundida com sua “verdade objetiva”, já que ela independe disso; o que vale é o objetivo “histórico” de quem escreve. (PLG I: 263).

Por isso, talvez, este artigo de Benveniste tenha adquirido – conforme Michel Arrivé em seu texto já citado de 1997 – uma grande importância dentro dos estudos literários, quando a distinção entre discurso/história é rebatizada para discurso/narrativa (*discours/récit*). E até que ponto uma semelhante distinção, entre esses dois planos, ganharia também importância no âmbito dos estudos históricos é justamente o que estamos tentando analisar aqui.

Queremos crer que a distinção entre esses dois planos de enunciação (do discurso e da história), a partir de uma leitura mais aprofundada, possa se tornar um método de análise útil na percepção de como se constrói a narrativa de um texto histórico; principalmente quando se relaciona esses dois planos com a distinção entre pessoa e não-pessoa (que, neste capítulo da dissertação, estudamos desde sua gênese).

Anteriormente dissemos que a não-pessoa poderia ser tomada como um indicador de não-subjetividade. É chegado o momento de que isso se torne, talvez, um pouco mais claro, pois se a categoria de pessoa está prevista para que o locutor possa se apropriar da língua, a partir da leitura do artigo “As relações de tempo no verbo francês” o que se percebe é que há também um espaço para que o locutor se torne menos subjetivo (ou, quem sabe, não-subjetivo). Há, em especial, quando se trabalha com a distinção entre história e discurso, um modo de narrativa que pode ser entendido como mais “objetivo”. Este modo está relacionado com o que Benveniste chama de domínio da não-pessoa.

Assim, tomando como base tudo o que foi visto da teoria de Émile Benveniste até aqui, acreditamos que já seja possível assinalar algumas marcas formais que tornam a descrição do passado mais objetiva. Não apenas uma temporalidade específica que, na língua francesa, é bem visível, capaz de “objetivar o acontecimento”, mas também outros tipos de marcas que, de certo modo, “objetivam o passado” e que podem ser percebidas também em português. Não seriam *marcas de subjetivação*, que, em geral, se percebe mais facilmente, mas, ao contrário, *marcas de objetivação* do texto.

1.5) A distinção discurso/história: como método de análise da construção da não-subjetividade de um texto histórico

Uma questão importante precisa ficar, desde já, bem esclarecida: seja qual for a marca de objetivação de uma narrativa histórica que se esteja analisando, não se trata, de forma alguma, de uma escolha por parte de quem narra. Não se trata de optar por este ou aquele modo de narrar, ainda que possamos ver o próprio Benveniste falando em escolha. O que deve ser percebido no trecho abaixo é que, na verdade, esta escolha seria feita pelo próprio modo de enunciação, seja pelo discurso, seja pela narrativa histórica:

Pela escolha dos tempos do verbo, o discurso distingue-se nitidamente da narrativa histórica. O discurso emprega livremente todas as formas pessoais do

verbo, tanto eu/tu como ele. Explícita ou não, a relação de pessoa está presente em toda parte. (PLG I: 268).

Assim, não se trata de um modo de narrar, no sentido de algo que devemos seguir para sermos mais ou menos subjetivos. Se Michel Arrivé chamou atenção para a *instantaneidade* de que se passa de um plano de narrativa ao outro, gostaríamos aqui de destacar a *espontaneidade* que há no emprego tanto do plano da história, quanto do plano do discurso, citando novamente um trecho de Benveniste: “todo aquele que sabe escrever e empreende a narrativa de acontecimentos passados emprega **espontaneamente** o aoristo como tempo fundamental”. (PLG I: 269) [grifo nosso].

Se há um tipo de escolha, esta escolha ocorre *antes*, por exemplo, da própria seleção dos tempos verbais. Ocorre, na verdade, quando optamos por escrever um texto histórico, quando nossa intenção for a de escrever uma narrativa histórica; então, *naturalmente*, nossa escrita privilegiará as formas de “terceira pessoa”. Benveniste chega a falar em uma imposição – no caso, por parte da língua – a quem adentrar no plano da narrativa histórica. Conforme as palavras do autor, “o plano histórico da enunciação se reconhece porque **impõe** uma delimitação particular às duas categorias verbais do tempo e da pessoa tomadas em conjunto”. (PLG I: 262) [grifo nosso].

Logo após essa colocação, Benveniste diz algo que merece um destaque não apenas porque resume tudo o que vinha sendo dito até então, em “As relações de tempo no verbo francês”, mas também porque é praticamente uma tese a respeito da narrativa histórica: “Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de ‘terceira pessoa’”. (PLG I: 262).

Primeira observação que se pode fazer em relação a essa frase é a seguinte: é exatamente neste ponto que Benveniste coloca uma nota referindo à distinção pessoa/não-pessoa, presente em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, de 1946. Diferentemente do que ocorre no artigo “A natureza dos pronomes”, quando a nota aparece somente ao final, agora ela já surge praticamente no início do texto. E ao referir o texto anterior, Benveniste deixa claro que aqui a “terceira pessoa” deve ser entendida necessariamente como “não-pessoa”. Então, uma vez que já conhecemos a distinção feita pelo autor entre pessoa e não-pessoa, poderíamos reformular a frase de Benveniste e reescrevê-la de modo que fique ainda mais de acordo com sua tese: *na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de não-pessoa.*

Pretendemos, agora, a partir dessa tese de Benveniste, apontar duas outras possíveis marcas que também, de certo modo, objetivam o passado e que se configuram como sendo “formas de não-pessoa”: 1) a **generalização**; 2) a **despessoalização**. No primeiro caso, há uma “infinidade de sujeitos”; no segundo caso, não há ninguém; não há “nenhum”. E aqui estamos fazendo uma clara referência à passagem em que Benveniste destaca as características da pessoa, apresentando sua diferença em relação à não-pessoa: “uma característica das pessoas ‘eu’ e ‘tu’ é a sua unicidade específica (...). ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum”. (PLG I: 253).

Poderíamos recolher uma grande quantidade de textos históricos em que ocorre o que estamos chamando de **generalização** e de **despessoalização**. Porém, iremos nos contentar em tomar, como exemplo, as mesmas amostras de textos trazidas por Benveniste em seu artigo de 1959. A facilidade em se encontrar exemplos dessas marcas já pode ser notada, pois a primeira frase do primeiro texto trazido pelo autor já é um exemplo de **generalização**: “Para se tornarem os senhores do mercado mediterrâneo, os **gregos** desenvolveram uma audácia e uma perseverança incomparáveis”. (PLG I: 263) [grifo nosso]. Os “gregos”, em destaque na frase, cumprem o lugar de uma “infinidade de sujeitos”.

Poderíamos, então, a exemplo do que fez Benveniste, propor um pequeno teste: substituir esse “sujeito generalizado” por um “sujeito específico”. Em primeiro lugar, seria difícil imaginar esta frase sendo colocada no âmbito das pessoas “eu” e “tu”, pois ela certamente não manteria um caráter apropriado a uma narrativa histórica. Sobre isso, diz Benveniste:

Definiremos a narrativa histórica como o modo de enunciação que exclui toda forma linguística “autobiográfica”. O historiador não dirá jamais eu nem tu nem aqui nem agora, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa eu: tu. (PLG I: 262).

Uma frase em primeira pessoa – *Para me tornar o senhor do mercado mediterrâneo, eu desenvolvi uma audácia e uma perseverança incomparáveis* – só poderia aparecer em uma narrativa histórica se inserida em um discurso relatado, que Benveniste também aborda em seu texto e que de certa forma é onde pessoa e não-pessoa ficam imbricadas. Em todo caso, vamos considerar tal frase como absurda dentro de um texto histórico.

Um teste mais proveitoso talvez seja o de substituir simplesmente “os gregos” por “o grego”; transformando, assim, como queríamos, um “sujeito generalizado” em um

possível “sujeito específico”: *Para se tornar o senhor do mercado mediterrâneo, o grego desenvolveu uma audácia e uma perseverança incomparáveis.*

Esta frase, apenas recopiada no singular, talvez deixe mais claro o quanto uma marca de generalização é bem recebida – e quase que requerida – em um texto histórico. Pois assim como está, no singular, ainda que aceitável, parece ser uma frase em que falta algo; no mínimo, é possível pensar que falta a referência de quem seria este “grego”; talvez um importante personagem histórico; um rei ou um general grego, por exemplo.

Por isso que a simples generalização da frase já a torna perfeitamente aceitável e totalmente compatível com um texto histórico. E quando falamos generalização obviamente não estamos apenas sugerindo que se recoloque a frase no plural. Generalização não significa e não pode ser confundida com pluralização. É possível generalizar a frase com pequenas modificações, como nos seguintes exemplos: *Para se tornar o senhor do mercado mediterrâneo, o povo grego (ou o grego daquela época) desenvolveu uma audácia e uma perseverança incomparáveis.* Tanto “os gregos”, quanto “o povo grego” ou “o grego daquela época” estão em conformidade com a marca de generalização. Novamente passamos a ver uma “infinitude de gregos”.

A segunda marca de objetivação do passado, que gostaríamos de apontar, caminha em uma direção oposta da primeira. Trata-se da **despessoalização**. Como dissemos anteriormente, nesse caso, já não há mais sujeitos; não há ninguém. E novamente vamos nos contentar em citar apenas uma frase de um dos textos trazidos por Benveniste: “Quando *voltou*, a luta dos partidos *estava* mais viva que nunca”. (PLG I: 265).

Nesta frase, Benveniste destaca, em itálico, apenas os verbos, cujos tempos estão em conformidade com a narrativa histórica, pois o primeiro está no *passé simple* (*quand il revint...*) e o segundo no imperfeito (*était*). Gostaríamos de destacar a despessoalização que aparece na frase. O autor da narrativa fala na “luta dos partidos”, ou seja, os partidos é que estavam lutando; não eram sujeitos específicos que lutavam. Nós sabemos que partidos não lutam entre si, e que são as pessoas, que compõem determinados partidos, que lutam. Porém, nada mais comum do que encontrarmos essa marca de despessoalização em textos históricos. Poderíamos dizer que não há uma narrativa mais apropriada à história do que a despessoalizada. Parece que quanto mais despessoalizado for um enunciado, mais de acordo ele estará com a narrativa histórica.

Quem generaliza ou despessoaliza, na concepção que estamos considerando aqui, não procede assim para contemplar uma questão de estilo, ou para ser mais ou menos

verdadeiro com o passado. Faz isso de forma espontânea, como já destacamos acima, pois reflete um modo que é próprio de narrativa de acontecimentos históricos.

Se, a respeito de sua proposta de teste – de substituir o passado simples pelo passado composto nas amostras de textos – Benveniste consegue projetar que “a estatística ressaltaria a raridade das narrativas históricas redigidas inteiramente no perfeito, e mostraria o quanto o perfeito é pouco adequado para comboiar a relação objetiva dos acontecimentos” (PLG I: 269), acreditamos que também podemos projetar que seria difícil narrar os acontecimentos passados sem se colocar no domínio da não-pessoa. Uma narrativa histórica ligada às pessoas *eu-tu* seria, como já foi dito por Benveniste, uma forma linguística “autobiográfica”. Assim como uma narrativa ligada a um “ele”, isto é, a uma pessoa especificada, seria simplesmente uma forma biográfica.

Assim, acreditamos que Benveniste esteja absolutamente correto quando diz que um historiador, quando quer se manter fiel a sua função de narrar os acontecimentos passados, tem o intuito de ser objetivo ou, se for o caso, ser o menos subjetivo possível. Nada impede que um historiador comente um episódio histórico; porém, um comentário sempre será mais subjetivo do que a descrição de um evento. Sabe-se, pelo menos desde a publicação, em 1949, de *Apologia da História* de Marc Bloch, que o historiador não deve julgar a história, mas, sim, compreendê-la.

Como bem coloca Benveniste, quando se tem uma “intenção histórica”, ou seja, quando se quer que tal fato seja entendido como um “acontecimento histórico”, o plano da enunciação ao qual se vai valer o locutor é o da narrativa histórica, ou simplesmente o plano da história (em contrapartida ao plano do discurso).

A partir da leitura do artigo de Benveniste de 1959 (“As relações de tempo no verbo francês”), conseguimos perceber que a língua também oferece ao locutor maneiras de se tornar menos subjetivo. Interessante lembrar que é no próprio texto “Da subjetividade na linguagem” – do qual é comum captarmos somente a ideia de que Benveniste estende a subjetividade a toda linguagem – que o autor fala na oposição entre subjetivo e não-subjetivo. Poderíamos pensar em uma espécie de gradualidade, em que se parte de algo “explicitamente subjetivo”, passando pelo “subjetivo” e pelo “não-subjetivo”, até chegar a algo “objetivo”. Perceber marcas de subjetividade em textos históricos não é algo novo. Porém, ao procurarmos pelas marcas de objetivação dos textos, de certa forma, estamos indo na direção aposta do que comumente se faz. Afinal, se a linguagem é tão profundamente marcada pela subjetividade, buscar uma “marca de subjetividade” seria

(exagerando um pouco) apontar para toda linguagem. Benveniste responde, acreditamos que de modo bastante apropriado, onde está o fundamento da subjetividade. Dizer que o discurso histórico é subjetivo também não é nenhuma novidade. Porém, dizer que o fundamento dessa subjetividade é linguístico, isso é algo que devemos creditar a Benveniste.

Para concluirmos este capítulo da dissertação, devemos enfatizar que os planos da história e do discurso, para serem bem entendidos, precisam ser localizados dentro da distinção feita por Benveniste entre pessoa e não-pessoa. No artigo de 1959, o autor coloca que “não intervindo o narrador, a terceira pessoa não se opõe a nenhuma outra; é na verdade uma ausência de pessoa”. (PLG I: 268). E essa colocação faz ecoar o que estava dito no texto de 1946: “O elemento variável e propriamente ‘pessoal’ dessas denominações falta aqui. É bem o ‘ausente’ dos gramáticos árabes”. (PLG I: 250). Assim, quando estudamos de perto os planos da história e do discurso, fica ainda mais clara a necessidade de se considerar a “terceira pessoa” como “não-pessoa”, pois a unicidade que caracteriza as pessoas *eu/tu* – e que eventualmente poderia caracterizar uma “terceira pessoa” *ele*, falta totalmente no domínio da não-pessoa, que, conforme Benveniste, é o domínio próprio da narrativa histórica.

Porém, antes de darmos como encerrado este capítulo da dissertação, precisamos retomar uma observação feita por Flores (2013) – citada no início – que dizia que, neste texto de 1959, ainda que Benveniste use a noção de “enunciação”, a distinção entre *história* e *discurso* deveria ser tomada unicamente como “marcas formais” de “enunciados observáveis”, sem qualquer referência ao “ato de enunciar”. Lembremos, então, a observação de Flores:

A diferença entre *história* e *discurso*, em 1959, é de natureza formal, é a marca do *enunciado* que é o traço diferenciador de uma e de outra. Não seria absurdo considerar, então, que em *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* Benveniste esteja falando de tipos de enunciados. Essas primeiras acepções de *enunciação* não se referem a um ato de enunciar, mas, sim, a enunciados observáveis. (FLORES, 2013, p. 32).

Não há dúvidas, realmente, em relação ao fato de que essa distinção, entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*, seja percebida a partir de marcas formais. Isso está explícito no artigo “As relações de tempo no verbo francês”, quando Benveniste coloca que: “A intenção histórica constitui realmente uma das grandes funções da língua:

imprime-lhe a sua temporalidade específica, cujas **marcas formais** devemos agora assinalar”. (PLG I: 262) [grifo nosso].

Talvez, exagerando um pouco na aproximação que fazemos entre o domínio da não-pessoa e o domínio da narrativa histórica, somos levados a crer que o “ato de enunciar” também deva ser considerado. E essa nossa percepção, talvez, seja fruto do que coloca Benveniste em seu artigo “A natureza dos pronomes”, de 1956. Em um trecho – já citado – vemos que:

Entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical, há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pela estrutura morfológica e sintática das línguas particulares. Há outras, que se prendem ao próprio *processus* de enunciação linguística, e que são de uma natureza mais geral e mais profunda. (PLG I: 278).

Acreditamos que a distinção que Benveniste faz entre pessoa e não-pessoa serviu para que ele pudesse distinguir dois planos de enunciação; por isso, seria preciso ver que não há apenas diferenças formais, porém outras, que se relacionam ao “próprio *processus* de enunciação linguística”. E essa percepção talvez esteja presente também em “As relações de tempo no verbo francês”, quando Benveniste coloca que: “Explícita ou não, a relação de pessoa está presente em toda parte”. (PLG I: 268).

Qual relevância e que tipo de implicações a distinção de Benveniste entre discurso e história pode ter na escrita da história é difícil de medir. Porém, estamos convencidos de que essa distinção serve, no mínimo, para reconhecermos uma maior complexidade na narrativa histórica. Foi esse nosso objetivo até aqui. Pode-se dizer que o historiador “narra tramas”, “reedita o passado”, “compreende a vida”, “escreve a partir de vestígios”; enfim, pode-se dizer uma infinidade de coisas a respeito daquilo que o historiador faz; porém, algo que não se pode furtar de dizer é que, antes e acima de tudo, o historiador usa a linguagem. É na linguagem que começa seu problema; e é pela linguagem que seu problema se resolve.

SEGUNDA PARTE

Émile Benveniste: estruturalista *ma non troppo*

Si l'on veut caractériser sans ambiguïté le lien épistémologique qui unit la démarche de Benveniste au structuralisme, il est sans doute plus exact de parler d'une pensée du système que d'une pensée de la structure. Sans se défendre ouvertement d'être « structuraliste », Benveniste tient à circonscrire exactement la pensée de la structure. (DESSONS, 2006, p. 39).²⁰

Émile Benveniste foi estruturalista antes do auge do Estruturalismo, que ocorre por volta de 1960. Quando o Estruturalismo estava em seu auge, Benveniste já não era um estruturalista. Defender essa posição parece ser tão sem sentido que, com certeza, muitos questionamentos surgirão a partir disso.

Não vamos aqui nos deter na história do Estruturalismo. Lembremos apenas que uma “linguística estrutural” se colocava como central dentro dos estudos de diferentes campos das “ciências do homem” através, sobretudo, da contribuição do antropólogo Claude Lévi-Strauss. O historiador François Dosse marca como o “triunfo intelectual do paradigma” (do Estruturalismo) a aula inaugural de Lévi-Strauss no *Collège de France* em 5 de janeiro de 1960. (DOSSE, 1993, p. 215). Lembremos também que um dos interlocutores de Lévi-Strauss, em relação ao debate sobre o Estruturalismo e sobre a noção de estrutura, foi o historiador Fernand Braudel, professor da cadeira de História da Civilização Moderna, no *Collège de France*, de 1950 até 1972. Braudel pode ser considerado, no contexto francês, o maior nome da História nessa época. O historiador François Hartog pontua uma coincidência, que pode ser entendida como o início dessa interlocução: “No mesmo ano, 1949, verifica-se o duplo lançamento: a obra de Lévi-Strauss, *Les Structures élémentaires de la parenté*; e a de Fernand Braudel *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*”. (HARTOG, 2011, p. 188). Em 1949, ano em que publica em forma de livro sua tese *As Estruturas Elementares do Parentesco*, o então desconhecido antropólogo Lévi-Strauss publica também, em uma

²⁰ “Se quisermos caracterizar sem ambiguidade o elo epistemológico que une a abordagem de Benveniste ao estruturalismo, talvez seja mais exato falar de um pensamento do sistema do que de um pensamento da estrutura. Sem se defender abertamente de ser ‘estruturalista’, Benveniste se fixa em circunscrever exatamente o pensamento da estrutura”. (DESSONS, 2006, p. 39) [tradução nossa].

revista, o artigo intitulado “História e etnologia”. Este artigo ganhará maior fama em 1958, pois se transformará no capítulo I de seu livro *Antropologia estrutural*.

Se Hartog marca o início da interlocução, a historiadora Júlia Matos aponta para quando se deu o ápice do debate entre Braudel e Lévi-Strauss:

Em 1958, após a publicação da “Antropologia estrutural”, de Claude Lévi-Strauss, estudiosos começaram a interrogar sobre o sentido e empregos do termo “estrutura” e principalmente sobre a validade da história, como ciência social. No capítulo “Antropologia estrutural”, o autor recusou à história seu direito de se autodefinir enquanto ciência social. A partir desse texto, estabelecia-se o debate. Em resposta, Fernand Braudel elaborou um manifesto, intitulado “História e ciências sociais: a longa duração”, no qual mostrou que a história se interessava fundamentalmente pela tarefa de individuar as estruturas. Dessa forma, no desenvolvimento de sua demonstração, também precisou o sentido que os historiadores davam à própria palavra estrutura. (MATOS, 2010, p. 121).

A partir daqui, Matos cita o próprio texto/manifesto de Braudel, publicado também em 1958, na revista dos *Annales*, apropriadamente na seção intitulada “Debates e Combates”. Neste texto, Braudel busca definir o lugar da história no interior das ciências sociais e, em especial, o papel que a noção de estrutura exerce no interior da pesquisa historiográfica.

Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar. (BRAUDEL, 1992, p. 41).

Este texto/manifesto de Braudel responde algumas das questões que o texto de Lévi-Strauss apresentava. Porém, não nos interessa aqui destacar os argumentos em torno do debate, apenas perceber que a noção de estrutura estava em plena disputa em diferentes campos do saber.

E em relação à discussão que se colocava sobre o Estruturalismo na década de 1960, o historiador Hartog, ao pontuar outro momento do debate, relata que a posição tomada por alguns historiadores ocorreu com certo “atraso”, pois surge somente em 1971:

1971. A iniciativa pertence, dessa vez, aos historiadores, mesmo que se continue no registro da resposta à “provocação” da etnologia. A operação assume a forma de um número especial dos *Annales*, intitulado “*histoire et structure*”, que começa assim: “Entre a história e o estruturalismo, não haverá guerra”. Inclusive pelo fato de que – seria possível acrescentar – ela já ocorreu! (HARTOG, 2011, p. 198).

A questão que nos colocamos aqui, então, é a de saber onde poderíamos localizar Émile Benveniste em meio a essa verdadeira guerra conceitual entre Antropologia e História, mais precisamente, nesse debate em torno da noção de estrutura, cujos maiores expoentes, sobretudo a partir de 1958, parecem ser Braudel e Lévi-Strauss.

Se, por um lado, o entendimento de um Benveniste estruturalista pode ser fruto também de sua proximidade com Lévi-Strauss²¹; por outro lado, diferentemente de Lévi-Strauss, Benveniste nunca confessou abertamente em seus textos ser um adepto da Linguística Estrutural. Benveniste, na verdade, se mostrou crítico ao Estruturalismo. A dúvida que persiste é a de saber se, afinal, Benveniste foi ou não um estruturalista.

Cabe, então, a pergunta: Benveniste se considerava um estruturalista? Querendo ou não, ele se insere na discussão em torno da noção de estrutura, pois é fácil encontrar, em sua obra, momentos em que ele se vale e até discute o uso dessa noção. Ainda que alguns estudiosos de Benveniste digam categoricamente que ele foi um estruturalista, acreditamos que é necessário dedicar uma leitura atenta a seus textos para conseguir chegar a uma conclusão mais condizente com a verdade. Na condição de linguista *sui generis*, Benveniste não foi de todo um estruturalista. Porém, para que possamos dizer isso a respeito de Benveniste, é necessário fazer uma rápida visada sobre a trajetória de suas ideias, mostrando alguns de seus posicionamentos frente à “moda” estruturalista que pairava no ar.

Tomaremos por base os anos de 1939, de 1949, de 1958 e de 1968. Aproximadamente os quarenta anos que transformam Benveniste no maior linguista francês de sua época. Começaremos pela publicação de “Natureza do signo linguístico”, em 1939 – que, como o próprio Benveniste relata no prefácio do PLG I, “provocou vivas controvérsias e deu origem a uma longa série de artigos” – e iremos até a entrevista concedida a Pierre Daix, em 1968, que atesta uma repentina fama de Benveniste após a publicação do primeiro volume de *Problemas de Linguística Geral*. Talvez seja melhor iniciarmos por 1929, lembrando apenas que foi neste ano que, em Praga, ocorreu o primeiro Congresso Internacional de Eslavistas; congresso em que foram publicadas as Teses de 29, escritas, sobretudo, por Roman Jakobson, fato que oficializou a criação do Círculo Linguístico de Praga, fundado em 1926.

²¹ Lembremos dois episódios que atestam essa proximidade entre Benveniste e Lévi-Strauss: 1) o fato de que ambos fundaram, em 1961, juntamente com Pierre Gourou (professor de geografia no *Collège de France*), a revista de Antropologia *L’Homme*; 2) o fato de Benveniste ter feito parte da banca da tese de doutoramento de Lévi-Strauss em 1949.

Em 1939, dez anos depois deste primeiro Congresso, Benveniste, então, publica seu estudo sobre a “Natureza do Signo Linguístico” na revista *Acta Linguistica*. Mais do que uma análise do artigo, faremos, na verdade, um comentário a respeito de sua publicação; ou melhor, deixaremos que o próprio Benveniste faça esse comentário, pois no texto “‘Estrutura’ em linguística”, ele relata como foi possível o lançamento da revista *Acta Linguistica*.

Essa visão dos primeiros fonologistas, que se apoiavam em descrições precisas de sistemas fonológicos variados, havia ganhado, em poucos anos, adeptos em número suficiente, mesmo fora do Círculo Linguístico de Praga, para que se tornasse possível fundar em Copenhague, em 1939, uma revista, *Acta Linguistica*, que se intitulava *Revue internationale de linguistique structurale*. (PLG I: 103).

Benveniste, porém, se furta de comentar que ele próprio havia participado com um texto desta primeira edição da revista *Acta Linguistica*, em 1939. Mais do que colaborador, Benveniste, neste caso, pode ser considerado como um dos “adeptos” dessa “visão dos primeiros fonologistas”. Algo interessante a ser indagado é o que transforma “Natureza do signo linguístico” em um texto estruturalista, uma vez que foi publicado em uma “revista internacional de linguística estrutural”. Assim, acreditamos ser importante observar como Benveniste trabalha com a noção de estrutura, em especial, neste artigo.

A primeira ocorrência da palavra estrutura no texto “Natureza do Signo Linguístico” aparece no seguinte trecho:

O verdadeiro problema é muito mais profundo. Consiste em reencontrar a estrutura íntima do fenômeno do qual não se percebe senão a aparência exterior e em descrever a sua relação com o conjunto das manifestações de que depende. (PLG I: 55).

O problema que Benveniste trata aqui é o da arbitrariedade do signo linguístico; e parece que a expressão “estrutura íntima” pode ser substituída pela palavra “natureza”, que, aliás, estaria muito mais de acordo com o título do artigo, pois, de fato, Benveniste está em busca da natureza do problema e não necessariamente em busca da “estrutura íntima” do fenômeno. A noção de estrutura surge pela segunda vez no texto quando Benveniste coloca que:

O significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante. Essa consubstancialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo linguístico. (PLG I: 56).

Se antes “estrutura íntima” parece estar substituindo “natureza”, agora, a palavra “estrutural” parece ser totalmente descartável, pois, com sua ausência, não se perde nada do sentido da frase. Ao se excluir “estrutural”, ao contrário, a frase fica muito mais de acordo com as ideias de Saussure, que, como lembra Benveniste, jamais empregou o termo estrutura, e, até onde sabemos, jamais falou em “unidade estrutural do signo linguístico”.

Depois destes dois trechos em que a noção de estrutura ora é substituível ora é descartável, apenas nos dois últimos parágrafos do artigo é que Benveniste vai tratar do tema realmente.

Assim, quando Benveniste, na última página do texto, coloca que “quem diz sistema diz a organização e adequação das partes numa estrutura que transcende e explica os seus elementos” (PLG I: 59) – aproximando as noções de sistema e de estrutura –, a impressão que se tem é que tal colocação surge somente pela possível necessidade de se abordar a questão da “estrutura”; afinal, ele estava escrevendo, não podemos esquecer, para uma revista de linguística estrutural.

Na última frase do penúltimo parágrafo, mais do que para uma aproximação entre estrutura e sistema, Benveniste aponta para uma confusão, pois coloca que: “Se a língua é algo além de um conglomerado fortuito de noções erráticas e de sons emitidos ao acaso, é porque há uma necessidade imanente à sua estrutura como a toda estrutura”. (PLG I: 59).

Aqui, para ficarmos novamente de acordo com Saussure, seria preferível dizer que a língua não é um “conglomerado fortuito” porque ela forma um sistema, e não uma estrutura. Podemos dizer, então, que, em 1939, Benveniste se mostra um tanto “confuso” e não trabalha adequadamente com a noção de estrutura. Parece ter sido impelido, de alguma forma, a falar dessa noção; pois acreditamos que ele poderia ter escrito o texto sem sequer mencionar a palavra estrutura. O artigo “natureza do signo linguístico” acaba se tornando um texto “estrutural” na medida em que relaciona diretamente – tal como faz a linguística estrutural – a ideia de sistema com a de estrutura.

Em 1949, portanto, dez anos depois da publicação de seu artigo na revista *Acta Linguistica*, encontramos uma confissão de Benveniste sobre a questão do método estrutural. Se antes ele aparentava estar confuso, agora, ele se posiciona, até de modo surpreendente, pois isto não aparece em seus textos publicados. Essa confissão ocorre na intimidade de uma troca de correspondências.

O linguista japonês Kenji Tatsukawa²² revela uma troca de cartas entre Émile Benveniste e Louis Hjelmslev. Um dos assuntos abordados entre esses dois linguistas, em janeiro de 1949, por ocasião da publicação de *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*, no ano anterior, fica em torno da questão do método estrutural. Tatsukawa coloca, então, que:

Pelas cartas, constata-se que Hjelmslev e Benveniste estão completamente de acordo sobre a teoria e o método da linguística: “parabenizo, como você sabe, o método estrutural que você preconiza neste tipo de estudos” (Hjelmslev); “Para mim, assim como para você, o método estrutural é o método linguístico” (Benveniste). Seria preciso, no entanto, destacar que, pelo menos a partir dos anos 1950, vemos se manifestar a diferença que estava latente no pensamento linguístico destes dois linguistas: Hjelmslev, sendo profundamente imanentista, só se interessa pela estrutura da língua, enquanto Benveniste vai se interessar, cada vez mais, pelo “fora” da língua sob os termos discurso e enunciação. (TATSUKAWA, 1997, p. 139-140) [tradução nossa].

Aqueles que defendem a ideia de que Benveniste foi um estruturalista encontram aqui uma confissão do próprio autor dizendo que seu método era o método estrutural. Porém, vemos, no trecho acima, que Tatsukawa não apenas revela essa confissão de Benveniste, mas também destaca que, pelo menos a partir dos anos 1950, uma diferença começa a se manifestar entre os dois linguistas: Hjelmslev continuará se interessando apenas pela estrutura da língua; Benveniste, por sua vez, terá como interesse o “fora” da língua, no caso, o discurso e a enunciação. E estamos de acordo com esse destaque dado por Tatsukawa, pois, se em 1949, Benveniste confessa que seu método é o da linguística estrutural, a década de 1950 virá para marcar um afastamento de Benveniste em relação ao Estruturalismo.

Em 1958, mais exatamente em janeiro, acontece um evento em Paris marcante na história da discussão em torno da noção de estrutura. Trata-se de um colóquio organizado por Roger Bastide²³. Nesse colóquio, entre outros, Lévi-Strauss falará em nome da etnologia; Charles Morazé na condição de historiador; Merleau-Ponty pela filosofia; e Benveniste, como era de se esperar, dará seu testemunho enquanto linguista.

De acordo com Irène Fenoglio, em um levantamento dos arquivos referentes aos artigos presentes no PLG I, há, no envelope que se refere ao texto de 1962, “‘Estrutura’ em linguística”, além dos rascunhos do autor, uma correspondência datilografada e outra

²² Em um texto de 1997 intitulado “Sous le signe de Saussure: La correspondance L. Hjelmslev - E. Benveniste (1941-1949)”.

²³ Conforme: BASTIDE, Roger. Colloque sur le mot « Structure ». *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris, n. 2, p. 351-352, 1959.

manuscrita de Roger Bastide²⁴ que datam de 1957 e de 1958. Através dessas correspondências, Benveniste é convidado a participar da redação do verbete “estrutura” para o *Dictionnaire des Sciences Sociales*, que Bastide organizava na época.

Assim, vemos que o artigo “‘Estrutura’ em linguística”, publicado em 1962, é, na verdade, o resultado das discussões feitas nesse congresso de 1958 e das ideias que Benveniste tinha para a redação do verbete do dicionário. Consideramos este artigo como sendo um texto muito mais didático, escrito pelo “professor Benveniste” (como já dissemos anteriormente), do que propriamente um texto em que o “linguista Benveniste” se posiciona frente à questão do Estruturalismo. Por exemplo, quando ele fala do ângulo estruturalista, que seria o de “encarar a língua (...) como um sistema organizado por uma estrutura que é preciso desvendar e descrever” (PLG I: 102), parece que este ângulo também seria adotado por ele. No entanto, ao fazer um balanço sobre a questão, ele consegue tomar maior distância.

Retomando, após o desaparecimento de V. Brøndal, a direção das *Acta linguistica*, Louis Hjelmslev define novamente, em 1944, o domínio da linguística estrutural: “Compreende-se por linguística estrutural um conjunto de pesquisas que se apoiam numa hipótese segundo a qual é cientificamente legítimo descrever a linguagem como sendo essencialmente uma entidade autônoma de dependências internas ou, numa palavra, uma estrutura (...)”. Esses foram os inícios de estrutura e estrutural como termos técnicos. Hoje, o próprio desenvolvimento dos estudos linguísticos tende a cindir o “estruturalismo” em interpretações tão diversas que alguém que defenda essa doutrina não teme escrever que “sob o rótulo comum e enganador de estruturalismo se encontram escolas de inspiração e de tendências muito divergentes (...)”. (PLG I: 103-104).

Ao falar em “alguém que defenda essa doutrina”, Benveniste marca um afastamento em relação ao Estruturalismo. Este talvez seja o único lugar, no artigo “‘Estrutura’ em linguística”, onde se pode perceber um posicionamento mais claro de Benveniste.

Podemos dizer que, a despeito de Benveniste adotar ou não o ângulo estruturalista, o que ele estava de acordo era com a posição em prol do “estruturalismo” quando colocado diante do “atomismo”. No trecho abaixo, Benveniste cita Trubetzkoy, parecendo concordar com ele:

Daí estar o desenvolvimento da fonologia de acordo com o das ciências da natureza: “A fonologia atual caracteriza-se, sobretudo, pelo seu estruturalismo e seu universalismo sistemático. A época em que vivemos caracteriza-se pela tendência de todas as disciplinas científicas para substituir o atomismo pelo

²⁴ Conforme levantamento de Irène Fenoglio, as correspondências de Roger Bastide podem ser encontradas em Pap. Or. Caixa 44, envelope 110, fólios 69 até 81.

estruturalismo e o individualismo pelo universalismo (...). Essa tendência pode observar-se em física, em química, em biologia, em psicologia, em ciência econômica, etc. A fonologia atual não está, pois, isolada. Faz parte de um movimento científico mais amplo”. Trata-se, pois, propondo-se a língua como sistema, de analisar-lhe a *estrutura*. (PLG I: 102).

Ao concluir o artigo “‘Estrutura’ em linguística” falando da doutrina estruturalista, ele parece novamente estar de acordo que essa doutrina “ensina a predominância do sistema sobre os elementos, visa a destacar a estrutura do sistema através das relações dos elementos (...) e mostra o caráter orgânico das mudanças às quais a língua é submetida”. (PLG I: 104).

Esse posicionamento em favor do estruturalismo e contra o atomismo aparece em outros textos como, por exemplo, em 1954, em “Tendências recentes em linguística geral”, quando Benveniste diz que:

A novidade do enfoque saussuriano (...) consistiu em tomar consciência de que a linguagem em si mesma não comporta nenhuma outra dimensão histórica, de que é sincronia e estrutura, e de que só funciona em virtude da sua natureza simbólica. Não é tanto a consideração histórica que se condena aí, mas uma forma de “atomizar” a língua e de mecanizar a história. O tempo não é o fator da evolução, mas tão-somente o seu quadro. A razão da mudança que atinge esse elemento da língua está, de um lado, na natureza dos elementos que a compõem em um determinado momento, de outro lado nas relações de estrutura entre esses elementos. A simples comprovação da mudança e a fórmula de correspondência que a resume possibilitam uma análise comparada de dois estados sucessivos e dos diferentes arranjos que os caracterizam. Restabelece-se então a diacronia na sua legitimidade, enquanto sucessão de sincronias. Isso ressalta, já, a importância primordial da noção de sistema e da solidariedade restaurada entre todos os elementos de uma língua. (PLG I: 5).

Benveniste termina o trecho acima destacando a noção de “sistema” e a “solidariedade restaurada entre todos os elementos de uma língua”, que podemos entender como sendo a noção de “estrutura”. O que significa dizer que podemos ver aproximadas novamente essas duas noções. E parece que fica evidente que Benveniste, no caso, concorda com a colocação de que a língua é “sistema e estrutura”.

Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (um dos mais importantes textos de Benveniste, lido por ele, em 23 de novembro de 1962, na sessão pública anual da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*²⁵), vemos novamente o autor falando na oposição entre “atomismo” e “estruturalismo”:

25 Conforme: Ordre du jour. In: **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, ano 106, N. 2, 1962, p. 347. Disponível em: www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/crai_0065-0536_1962_num_106_2_18336. Consultado em: 12 de junho de 2015.

A noção positivista do *fato* linguístico é substituída pela de *relação*. Ao invés de considerar-se cada elemento em si e de procurar-se a sua “causa” num estado mais antigo, encara-se cada elemento como parte de um conjunto sincrônico; o “atomismo” dá lugar ao “estruturalismo”. (PLG I: 23).

A partir da leitura do pequeno trecho acima, acreditamos que podemos perceber melhor como Benveniste trata dessa questão. Ele coloca tanto “atomismo” quanto “estruturalismo” entre aspas; isso parece representar que, quando ele fala em “estruturalismo”, não se trata de uma filiação a uma escola, mas, sim, apenas de um modo de ver a questão. Entre uma visão “atomista” e outra “estruturalista”, Benveniste se coloca em favor daquela que privilegia a *relação*; porém, ele não adota o Estruturalismo enquanto uma escola.

Para encerrarmos nossa trajetória em torno das ideias de Benveniste a respeito da noção de estrutura, vamos nos deter, enfim, na entrevista concedida por Benveniste a Pierre Daix, em 1968 (capítulo 1 do PLG II).

Ao fazer uma revisão mais ampla, uma espécie de balanço maior em torno da voga estruturalista nos últimos quarenta anos, Benveniste marca um distanciamento.

Para um linguista que está habituado a praticar o trabalho linguístico e que teve muito cedo, este é o meu caso, preocupações estruturalistas, é um espetáculo surpreendente a voga desta doutrina, mal compreendida, descoberta tardiamente e em um momento em que o estruturalismo em linguística era já para alguns algo de ultrapassado. (...). Neste ano de 1968, a noção de estruturalismo linguístico tem exatamente quarenta anos. É muito para uma doutrina em uma ciência que vai muito depressa. (PLG II: 16).

Além de vermos uma confissão de Benveniste, ao dizer que, em um primeiro momento, teve “preocupações estruturalistas”, no trecho acima vemos, sobretudo, um distanciamento de Benveniste em relação ao Estruturalismo. Podemos concluir, então, que, nos anos 1960, quando o estruturalismo está em voga, ele já está distante desta doutrina que alguns já colocavam como ultrapassada.

Em outro trecho da entrevista, podemos ver que Benveniste considera que o Estruturalismo começa a ruir quando seus princípios ganham uma amplitude maior, quando não mais ficam circunscritos aos fatos linguísticos. O que parece paradoxal, mas que é, na verdade, facilmente compreensível.

Quando eles (os princípios da consideração estrutural) são estendidos a noções sociais, isto toma um aspecto muito mais maciço. Em lugar de *a* e *é*, fala-se de homens e de mulheres, ou de reis e de criados. Imediatamente os dados tomam uma amplitude, e ao mesmo tempo uma acessibilidade que os fatos linguísticos considerados neles mesmos, no seu nível, não permitem. É isto que, talvez, explique que estas noções tenham-se degradado a partir do momento em que a

qualificação estrutural foi aplicada a outras realidades diferentes das em que ela teve nascimento. (PLG II: 18).

Segundo o argumento de Benveniste, parece que no exato momento em que a noção de estrutura – oriunda da linguística estrutural – se expandiu para outros campos – quando a noção de estrutura tentou dar conta de noções sociais –, ela se degradou; o que significa dizer que ela já não mais serviu de explicação científica para essas outras realidades.

Podemos agora resumir este nosso pequeno passeio em torno dos posicionamentos de Benveniste em relação à noção de estrutura: em 1939, Benveniste pode ser considerado um “adepto” da linguística estrutural, ainda que tenha trabalhado timidamente com a noção de estrutura no texto “natureza do signo linguístico”. Em 1949, acreditamos que mais do que concordar com Hjelmslev, ele não quer entrar em desacordo após ter recebido uma carta elogiosa pela publicação de seu livro. Desacordo, aliás, que virá a partir da década de 1950, quando Benveniste cada vez mais se distancia de uma linguística estrutural.

A partir de 1958, quando Benveniste, então, começa a traçar a história do termo “estrutura”, ele já toma distância em relação ao Estruturalismo. E se ele assume uma posição em favor de uma consideração “estrutural”, em detrimento de uma consideração “atomista”, é mais no sentido de um modo de perceber a língua do que propriamente uma filiação a uma escola linguística. E, em 1968, fica ainda mais claro o afastamento de Benveniste em relação à voga estruturalista.

Na segunda entrevista que aparece no PLG II (capítulo 2 do livro), concedida, desta vez, a Guy Dumur, também em 1968, vemos Benveniste fazendo uma dura crítica ao Estruturalismo. Segundo o autor: “Estritamente falando, o estruturalismo é um sistema formal. Ele não diz absolutamente nada sobre o que denominamos a significação”. (PLG II: 34). E o final dessa segunda entrevista pode servir como uma boa conclusão a essa nossa tentativa de ver qual o posicionamento de Benveniste frente ao ambiente linguístico de sua época.

O senhor vê – e que esta seja nossa conclusão – que muitas coisas se colocam ou se deslocam hoje na perspectiva da língua. Estas mudanças nos levam a uma readaptação contínua; porque estas são mudanças em profundidade de onde nascerão talvez novas ciências. (PLG II: 40).

Do trecho acima, gostaríamos de destacar um detalhe que parece ser importante para pensarmos como Benveniste encarava tudo isso. Ao lermos a frase “estas mudanças nos levam a uma readaptação contínua”, podemos pensar que Benveniste se adaptou às

diferentes formas de pesquisas linguísticas ao longo dos mais de quarenta anos de sua trajetória. O que devemos recordar, então, é que, se suas folhas balançavam ao sabor do vento, se é possível dizer que ele se adaptava, a seu modo, às diferentes pesquisas linguísticas, suas raízes estavam bem firmadas na seguinte convicção, retirada de seu importante texto, já citado, “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, escrito em 1962: “os princípios são sempre mais interessantes que as escolas”. (PLG I: 25).

2) A DISTINÇÃO ENTRE *SEMIÓTICO E SEMÂNTICO*

Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, (...) combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva. (PLG I: 139).

Émile Benveniste formula, como já dissemos anteriormente, a distinção semântico/semiótico em dois textos da segunda metade da década de 1960: “A forma e o sentido na linguagem” (1966/1967) e “Semiologia da língua” (1969). Nesta segunda parte da dissertação, iremos, seguindo os passos de Flores (2013), nos deter no segundo momento da teoria de Benveniste, que é o momento da distinção semântico/semiótico. Porém, não se trata de explicar essas duas noções. Gostaríamos apenas de relacioná-las com a discussão em torno da questão das noções de sistema e de estrutura.

Em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste distingue semiótico e semântico da seguinte maneira:

Do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva (...). A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor. (PLG II: 229-230).

Gostaríamos de inserir essa distinção em um contexto mais amplo. Para isso, partimos de uma percepção que precisa ser colocada de forma clara. Acreditamos que Benveniste, ao propor essa distinção entre semiótico e semântico, buscava demonstrar também que é possível pensar que, na língua, *nem tudo é estruturado; nem tudo forma um*

sistema. E isso que não forma um sistema e que não pode ser colocado em uma estrutura tem a ver, sobretudo, com o sentido no âmbito do semântico. E antes mesmo de avançarmos um pouco mais em nossa argumentação, é preciso dizer que estamos, sim, colocando que a noção de estrutura – tal como se formulou no Estruturalismo – decorre, sobretudo, da de sistema.

Essa tentativa de mostrar que há algo que escapa à noção de sistemático e de estruturado parece ser uma postura compartilhada, em um determinado momento, por diferentes ramos das Ciências Humanas, como pretendemos exemplificar mais adiante.

Talvez, antes da publicação das *Últimas Aulas* de Benveniste (em 2012, na França e, em 2014, no Brasil) nossa colocação pudesse ser considerada polêmica e fruto de mera especulação. Agora, após a publicação desses manuscritos inéditos referentes a suas derradeiras lições no *Collège de France*, partimos do seguinte trecho para formular tal ideia:

São como o *semiótico* todos os sistemas que consistem em oposições em um conjunto fechado: as classificações, taxonomias, sinais etc. Classificando a língua nos sistemas, articulando-a pelo signo, Saussure – paradoxalmente – a classificou entre os sistemas não significantes, aqueles cujos elementos nada significam sozinhos (sons, cores, sinais) e somente existem em oposições, entidades opositivas, o que é o caso dos fonemas, essencialmente não significantes. A esse sistema se opõe na língua um outro sistema (**seria mesmo um sistema?**), este do querer-dizer que está ligado à *produção* e à enunciação das frases, o *semântico*. Percebemos, portanto, uma distinção entre dois mundos e duas linguísticas. (BENVENISTE, 2014, p. 191) [grifo nosso].

Salvo engano, com essa pergunta entre parênteses – “seria mesmo um sistema?” – é a primeira vez que Benveniste coloca em dúvida se o semântico seria ou não um verdadeiro sistema. Salvo engano também, parece que sempre se compartilhou a ideia de semântico como sistema. Lembremos, por exemplo, o que está colocado no *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES *et al*, 2009). Nesta obra, o verbete “semântico” é definido da seguinte maneira: “**sistema** linguístico resultante da atividade do locutor em relação à língua”. E as duas primeiras frases da “Nota explicativa” do verbete reforçam o entendimento de semântico como sistema, pois lemos que: “Nesse **sistema**, apresentado como um âmbito da língua, dão-se as relações intersubjetivas. Assim, entende-se que, com a proposição desse **sistema**, a Linguística ocupa-se das noções de sujeito e de referência” (FLORES *et al*, 2009, p. 205) [grifo nosso]. A questão agora é ver se poderíamos nos perguntar, mesmo antes de Benveniste em *Últimas Aulas*, se o semântico seria ou não verdadeiramente um sistema.

Para explicar o que venha a ser o semiótico, Benveniste, em suas *Últimas Aulas*, se estende; como se pode ver a seguir:

O mundo das formas de oposição e de distinção, o semiótico, que se aplica a inventários fechados, e se apoia em critérios de distintividade, mais ou menos elaborados. Deste mundo depende também a distinção que aparece em várias línguas ameríndias entre duas séries consonânticas para as categorias do diminutivo e do aumentativo (karok, wiyot, wishram), alternâncias consonânticas morfológicas. O mesmo ocorre para o intensivo do tarahumara. A distinção está nas próprias coisas. (BENVENISTE, 2014, p. 191-192).

Porém, para explicar o semântico, Benveniste é bem mais sucinto: “o outro mundo é o do *sentido produzido* pela enunciação: o semântico”. (BENVENISTE, 2014, p. 192). Vemos que, para Benveniste, basta simplesmente dizer isto: que com o semântico, entramos em outro mundo; logo, estamos diante de algo novo, não facilmente explicável. Parece que Benveniste se questionou, ao propor duas linguísticas, se não seria, então, a hora de criticar a visão totalizante da língua, como uma estrutura pronta, fechada e acabada.

Benveniste parece fazer explodir o conceito de linguística ao propor duas linguísticas; e é preciso ver a gravidade que há nessa proposta de Benveniste de dividir a linguística em duas: são dois modos de ver a língua que originam *duas linguísticas* distintas, inconciliáveis até certo ponto.

Em “A Forma e o Sentido na Linguagem”, a propósito do semiótico, Benveniste coloca que:

A natureza semiótica parece ser comum a todos os comportamentos que se institucionalizam na vida social, porque são entidades de dupla face, semelhantes ao signo linguístico. E esta faculdade semiótica comum compõe, para cada conjunto, um sistema que aliás, em sua maior parte, resta ainda por estudar. Tudo o que precede caracteriza a estrutura ou as relações do signo. (PLG II: 228).

Se tudo o que precede – e que diz respeito a “esta faculdade semiótica” – “caracteriza a estrutura”, então, parece que aquilo que vem agora já não mais caracteriza a estrutura. Com o semântico, entra-se no “domínio da língua em emprego e em ação”. (PLG II: 229). Ou, ainda, nas palavras de Benveniste:

Vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o mundo, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência. (PLG II: 229).

Além de percebermos o pensamento benvenistiano extrapolar os limites de algo estritamente linguístico, tendo um viés mais antropológico, percebemos também o destaque dado ao “funcionamento semântico da língua”, pois só ele é capaz de explicar o mundo.

Gostaríamos, então, de destacar essa diferença entre algo que é produzido e algo que é reconhecido. Benveniste sempre esteve interessado no sentido. Para ele, não se poderia desviar da consideração do sentido. Para ele, mesmo quando se quer falar só na forma, ainda assim se terá que falar em sentido.

2.1) Contrapondo leituras: a noção de estrutura em diferentes contextos

A seguir, iremos tentar resumir as ideias de alguns autores; todos parecem compartilhar o mesmo sentimento de escapar da noção de estrutura. Assim, observaremos como essa noção de estrutura (que atravessa vários contextos diferentes) se apresenta em alguns autores das Ciências Humanas, na segunda metade do século XX.

2.1.1) A estrutura em situações práticas de Edmund Leach (1910-1989)

O antropólogo britânico Edmund Leach – discípulo de Bronisław Malinowski e um entusiasta das contribuições de Claude Lévi-Strauss – argumenta, em seu livro tornado clássico *Sistemas Políticos na Alta Birmânia* (publicado originalmente em 1954), contra a noção de que as sociedades vivem em um “equilíbrio estável”; o autor propõe que seja feita uma diferenciação entre uma “estrutura enquanto modelo” e “estrutura em situações práticas”. Leach (1996) faz uma profunda crítica a seus colegas antropólogos, principalmente àqueles que tendem a favorecer as interpretações de “equilíbrio”, e que tratam com bastante insuficiência dos problemas em relação à descrição da mudança social. Segundo o autor, essa insuficiência em parte se explica pelos “próprios falsos pressupostos do antropólogo acerca da natureza desses dados”. (LEACH, 1996, p. 70). Sua crítica prossegue, afirmando que: “os antropólogos sociais ingleses (...) estão fortemente predispostos em favor de sociedades que apresentem sintomas de ‘integração funcional’,

‘solidariedade social’, ‘uniformidade cultural’, ‘equilíbrio estrutural’”. (LEACH, 1996, p. 70).

Leach propõe, então, que a “estrutura social em situações práticas (em contraste com o modelo abstrato do sociólogo) consiste num conjunto de ideias sobre a distribuição de poder entre pessoas e grupos de pessoas”. (LEACH, 1996, p. 68). É assim que vemos surgir a diferenciação proposta pelo autor entre “estrutura enquanto modelo” e “estrutura em situações práticas”. Para Leach, “conquanto modelos conceituais de sociedade sejam necessariamente modelos de sistemas de equilíbrio, as sociedades reais não podem jamais estar em equilíbrio”. (LEACH, 1996, p. 68). Percebemos, assim, que, em certo nível de “abstração”, é possível encontrar a “estrutura social”, que se diferencia de algo mais “concreto”, isto é, “as sociedades reais”, que “existem no tempo e no espaço”. (LEACH, 1996, p. 69).

Em relação ao estudo desenvolvido pelo autor sobre a estrutura social da população kachin, no nordeste da Birmânia, vemos que palavras como “integração”, “solidariedade”, “uniformidade”, “equilíbrio” não deveriam ser aplicadas. Segundo Leach:

No caso da mitologia kachin, não pode haver possibilidade de eliminar as contradições e incoerências. Elas são fundamentais. Onde existem versões rivais da mesma história, nenhuma versão é “mais correta” do que outra. Ao contrário, afirmo que as contradições são mais significativas do que as uniformidades. (LEACH, 1996, p. 308).

Assim, vemos que, para o autor, “não existe uma ‘versão autêntica’ de tradição kachin com a qual todos os kachins concordariam”. (LEACH, 1996, p. 309). Isso leva Leach a concluir que “a definição antropológica usual de mito é uma categoria inapropriada no que concerne aos kachins. As histórias sagradas (...) não têm uma característica especial que as diferencie das histórias sobre acontecimentos locais”. (LEACH, 1996, p. 319).

De Edmund Leach, queremos guardar, então, sobretudo, essa noção de “estrutura social em situações práticas”, que já aparece em um livro de 1954.

2.1.2) A antiestrutura de Victor Turner (1920-1983)

Em seu livro *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*, de 1974, o antropólogo britânico Victor Turner comenta que, se o modelo de nossa sociedade é de uma “estrutura de posições”, então, devemos encarar o período de margem ou “liminaridade” como uma

situação interestrutural. Sobre a questão principal de seu livro, o autor coloca que os ritos de passagem existem em todas as sociedades; e tais ritos designam transições entre estados; um “estado” seria “uma condição relativamente fixa ou estável”. O autor define a sociedade do seguinte modo:

(...) a vida social é um tipo de processo dialético que abrange a experiência sucessiva do alto e do baixo, de *communitas* e estrutura, homogeneidade e diferenciação, igualdade e desigualdade. A passagem de uma, situada mais baixa, para outra mais alta é feita através de um limbo de ausência de “status”. Em tal processo, os opostos por assim dizer constituem-se uns aos outros e são mutuamente indispensáveis. Ainda mais, como qualquer sociedade tribal é composta de múltiplas pessoas, grupos e categorias, cada uma das quais tem seu próprio ciclo de desenvolvimento, num determinado momento coexistem muitos encargos correspondentes a posições fixas, havendo muitas passagens entre as posições. Em outras palavras, a experiência da vida de cada indivíduo o faz estar exposto alternadamente à estrutura e à *communitas*, a estados e a transições. (TURNER, 1974, p. 20).

Victor Turner fala, então, de um “estado de transição”, em que remete a um estado de abertura e ambiguidade, a uma fase intermediária que difere da fase anterior e também da posterior, ao mesmo tempo em que se identifica parcialmente com ambas; essa liminaridade caracteriza o modo de relação social que Turner chama de *communitas*, que é uma manifestação da antiestrutura, pois se contrapõe ao modo estruturado e hierárquico de uma sociedade se relacionar.

Ainda que seus trabalhos sejam influenciados também por Bronisław Malinowski e pelo estrutural-funcionalismo britânico, é possível ver neles uma tendência a uma ruptura com a perspectiva estrutural passando para uma abordagem simbólico-interpretativa das sociedades, isto é, uma abordagem em que os símbolos são a forma de interpretação cultural de uma sociedade.

De Victor Turner, então, queremos destacar principalmente esse conceito que já aparece no subtítulo de seu livro de 1974: antiestrutura.

2.1.3) A estrutura diacrônica de Reinhart Koselleck (1923-2006)

Em seu artigo “Representação, evento e estrutura”, o historiador alemão Reinhart Koselleck coloca que:

É certo que a cronologia natural em si é destituída de significado histórico, motivo pelo qual Kant demandou que a cronologia se orientasse pela história e não o inverso, a história pela cronologia. Para que se constituísse uma cronologia histórica — também para os eventos — era necessário “estruturá-la”. Por isso se pôde falar, em princípio, de uma estrutura diacrônica, o que hoje pode soar

estranho. Há estruturas diacrônicas que são inerentes ao decurso de eventos. Toda história revela que seu ponto de partida, seus grandes momentos, suas peripécias, suas crises e seu fim são inteligíveis também para os atores participantes. (KOSELLECK, 2006a, p. 135).

Como se pode ver, semelhantemente ao que faz Braudel, que fala em “estruturas dinâmicas”, na citação acima, Koselleck prefere falar em “estruturas diacrônicas”. E quando nós falamos da distinção entre semiótico e semântico, uma pequena palavra é muito cara e, por vezes, polêmica²⁶. Essa pequena palavra é “hiato”, pois como diz Benveniste:

O semiótico deve ser RECONHECIDO; o semântico deve ser COMPREENDIDO. (...) O mundo do signo (semiótico) é fechado. Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem de qualquer outro modo. Um hiato os separa. (PLG II: 66).

Interessante é que Koselleck (e aqui é necessário confiar na tradução para o português do texto de Koselleck) utiliza a mesma palavra – “hiato” – para distinguir, logo na sequência, “evento” de “estrutura”:

Permanece, contudo, um resquício irresolúvel, uma aporia metodológica que não permite amalgamar eventos e estruturas. **Existe um hiato entre os dois elementos** porque suas extensões temporais não podem ser obrigadas à congruência, nem na experiência, nem na reflexão científica. A distinção e delimitação entre evento e estrutura não deve conduzir a que se eliminem suas diferenças, de modo a conservar sua finalidade cognitiva: nos ajudar a decifrar as múltiplas camadas de toda história (...). (KOSELLECK, 2006a, p. 139) [grifo nosso].

Contrapondo, ou melhor, colocando lado a lado essas duas distinções e esses dois “hiatos”, parece que se pode, sim, aproximar o semiótico da estrutura e, em contrapartida, aproximar o semântico do evento.

2.1.4) A Estrutura performativa de Marshall Sahlins (1930-)

O antropólogo americano Marshall Sahlins coloca que a “questão maior” de seus ensaios reunidos no livro *Ilhas de História* (publicado originalmente em 1985) está “na existência e na interação dual entre a ordem cultural enquanto constituída na sociedade e enquanto vivenciada pelas pessoas”. (SAHLINS, 2011, p. 9). O principal problema abordado pelo autor é aquele que “está centrado nas relações entre as formas sociais e os

²⁶ Lembre-se, por exemplo, a posição de Giorgio Agamben (2005) que coloca a *infância* do homem exatamente entre esses dois “mundos”, no “hiato” entre semiótico e semântico.

atos apropriados”. (SAHLINS, 2011, p. 12). Sahlins sugere, então, a possibilidade de que “tais relações sejam reversíveis: que tipos de ações usuais podem precipitar formas sociais ou vice-versa”, pois, segundo ele, “nas ciências sociais, geralmente damos prioridade às formas sobre as práticas a elas associadas”. (SAHLINS, 2011, p. 12). O autor visa, sobretudo, demonstrar que, em determinadas sociedades, as práticas formam constantemente relações. Sahlins pretende também desenvolver a ideia de que a noção de estrutura é um objeto histórico.

Em relação à noção de estrutura especificamente, Sahlins propõe três conceitos principais: “Estrutura da conjuntura”, que, para o autor, é um conceito ligado à forma como as culturas reagem a um determinado evento; seria, então, “a realidade prática das categorias culturais em um contexto histórico específico” (SAHLINS, 2011, p. 15); “Estrutura prescritiva”, isto é, a ordem que tende “a assimilar as circunstâncias a elas mesmas, por um tipo de negação de seu caráter contingente e eventual”. (SAHLINS, 2011, p. 13). Assim, seriam “regras obrigatórias, que prescrevem anteriormente (...) a maneira pela qual as pessoas devem agir e interagir” (SAHLINS, 2011, p. 47); e “Estrutura performativa”, que, no caso, é a principal noção trazida pelo autor. Esse tipo de estrutura é definido como sendo aquele que tende a “assimilar-se às circunstâncias contingentes”. (SAHLINS, 2011, p. 13). Seria, então, a ordem que “forma constantemente relações a partir das práticas”. (SAHLINS, 2011, p. 47). Sahlins, aliás, reiteradamente aborda a questão de se “colocar em risco” as estruturas através da prática.

Ao desenvolver a ideia de que estrutura é um objeto histórico, Sahlins argumenta que “a cultura é historicamente reproduzida na ação”, pois “as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural”. Desse modo também, “a cultura é alterada historicamente na ação”. (SAHLINS, 2011, p. 7).

Especificamente sobre a sociedade das ilhas do Havaí – tema do primeiro ensaio de seu livro – o autor conclui que ela “não era um mundo formado por grupos de parentesco determinados e relações prescritas (...) como na velha e boa tradição antropológica (...). Era performativo, literalmente uma ‘conjuntura’, criada pelas mesmas ações que lhe davam significado”. (SAHLINS, 2011, p. 39).

Interessante notar como Sahlins trabalha e incorpora noções linguísticas (principalmente quando fala em performatividade) dentro de sua obra. Porém, não fica claro exatamente de onde o autor parte para fazer suas considerações sobre a questão da

relação entre estrutura e história. Ele não se detém, aparentemente, em se situar em relação ao debate em torno dessa questão, travado, sobretudo, por Braudel e Lévi-Strauss. Por exemplo, ele se limita em dizer que sua noção de “estrutura da conjuntura” é diferente da noção apresentada por Braudel (SAHLINS, 2011, p. 15); porém, ele não desenvolve seu argumento no sentido de indicar no que essas noções seriam diferentes.

2.2) A distinção entre *semiótico* e *semântico* revisitada

Vemos, então, Edmund Leach disposto a fugir da noção de uma “estrutura social” que traz consigo a ideia de “equilíbrio estrutural”. Victor Turner, de modo explícito, fala de uma “antiestrutura”. Marshall Sahlins, por sua vez, propõe a noção de “estrutura performativa”. Reinhart Koselleck propõe a noção de “estrutura diacrônica”, noção semelhante, aliás, que se encontra em Fernand Braudel, que, ao se negar a falar em “história estrutural”, propõe a noção de “estrutura dinâmica”. E vemos, por fim, Benveniste dizendo que o semântico já não pertence aquilo que caracteriza a estrutura; e colocando a questão se o semântico seria ou não realmente um sistema.

Se, a propósito do semântico, podemos dizer que seria a língua em ação, a língua viva, Benveniste formula, então, não apenas um novo modo de ser da língua, mas também algo que se insere em um debate mais amplo dentro das Ciências Humanas. Dizer que Benveniste foi crítico em relação à postura que certos linguistas tinham em sua época está longe de ser algo novo. Não há nenhuma novidade nisso, pois basta lembrar suas críticas à percepção da linguagem como mero instrumento; ou mesmo sua reiterada crítica a não consideração do sentido nas análises linguísticas.

A posição tomada por Benveniste, a partir do momento em que percebeu que o Estruturalismo só se preocupava com a forma – ou, de acordo com suas palavras já citadas “o estruturalismo é um sistema formal. Ele não diz absolutamente nada sobre o que denominamos a significação” (PLG II: 34) –, pode ser considerada como uma crítica a esta linguística que percebia a língua como uma estrutura fechada e acabada.

Existe uma língua sem estrutura? Não, pois não há uma língua sem semiótico. Porém, o que Benveniste parece querer mostrar também é que há uma maneira de olhar para a língua que não seja meramente estrutural.

Os autores que trouxemos aqui, como mera ilustração, servem apenas para tentar mostrar que, se a noção de estrutura se colocava no centro do debate, cada um possuía seu próprio entendimento sobre essa noção. Mais do que isso, cada um desses autores tinha seu modo próprio de fazer uma crítica a essa noção. Assim como, no âmbito da própria Linguística, a noção de estrutura estava longe de ter apenas um único entendimento.

Para encerrarmos este capítulo da dissertação, gostaríamos de colocar que, mais do que para uma conclusão, o que queremos, aqui, é apontar para um caminho ainda a ser trilhado que precisaria inserir Benveniste definitivamente em torno de toda uma gama de discussões que se travava em sua época, sobretudo, em relação à fuga que muitos parecem ter empreendido da noção de estrutura, que, em grande parte do século XX, foi hegemônica. Benveniste não problematiza a questão de a sociedade ser ou não uma estrutura. Porém, isso não impede que vejamos, na teoria benvenistiana, uma grande contribuição para o entendimento de como a língua deve ser, necessariamente, percebida como o interpretante da sociedade.

Um artigo fundamental de Benveniste para tratar da noção de estrutura é “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, de 1963. Porém, se a sociedade é uma estrutura, essa estrutura é diferente da que encontramos na língua. Ao se perguntar, então, como é possível supor a relação da língua e da sociedade, para esclarecer, pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade), Benveniste responde:

Esta relação não será uma correlação estrutural, já que vimos que a organização dos homens não é comparável à da língua. Ela não será tipológica, pois o tipo da língua (...) não influi absolutamente sobre a natureza específica da sociedade. Ela também não será histórica ou genética, porque não fazemos depender o nascimento de uma do nascimento da outra. (...). Para este fim nós tomaremos língua e sociedade em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado. E formularemos estas duas proposições conjuntas: em primeiro lugar, a **língua é o interpretante da sociedade**; em segundo lugar, a língua contém a sociedade. (PLG II: 97) [grifo nosso].

Vemos, assim, que neste artigo Benveniste, sobretudo, constrói a noção de interpretância. Há neste artigo também, talvez a única passagem em que podemos, pensando na distinção que o autor faz entre semiótico e semântico, ver Benveniste falando em duas “estruturas particulares”. Este talvez seja o único lugar em que vemos o semântico sendo caracterizado como organizado em estruturas, ainda que isso não esteja colocado explicitamente.

Há portanto duas propriedades inerentes à língua, em seu nível mais profundo. Há a propriedade que é constitutiva de sua natureza de ser formada de unidades

significantes, e há a propriedade que é constitutiva de seu emprego de poder arranjar esses signos de maneira significativa. Estão aí as duas propriedades que é preciso manter distintas, que comandam duas análises diferentes e que se organizam em duas estruturas particulares. (PLG II: 99-100).

Na entrevista concedida para Guy Dumur, em 1968, é o próprio Benveniste que, mais do que sugerir, propõe uma relação direta entre “sociedade” e “estrutura”, ainda que diga que é assim que o problema se coloca “teoricamente”:

A sociedade é uma estrutura: encontramos nela os elementos em um certo agenciamento; temos homens e mulheres de diferentes idades, em diferentes situações, em diferentes classes; conseqüentemente temos aí já as identidades e as diferenças que permitem constituir um jogo, e a primeira característica de um jogo é que as peças sejam em número limitado; em seguida, é necessário que cada elemento seja outra coisa que o outro: que padre seja outra coisa que trabalhador e trabalhador outra coisa que soldado e assim por diante. Pode-se procurar constituir uma espécie de combinatória *com* estes elementos. Eis como o problema se põe teoricamente. (PLG II: 33).

E se a noção de estrutura perdeu seu fôlego e se Benveniste nunca se permitiu ser um estruturalista *stricto sensu*, parece que com a elaboração da distinção semiótico/semântico, ele quis também fugir dessa concepção de língua como uma mera estrutura. Obviamente que Benveniste não nega, ou melhor, até defende que há, sim, uma estrutura da língua; porém, em contrapartida, conforme ele coloca, em sua entrevista a Pierre Daix:

(...) todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção. Com muito mais razão, quando se trata de frases, não são mais os elementos constitutivos que contam, é a organização do conjunto completo, o arranjo original, então, cujo modelo não pode ter sido dado diretamente, que o indivíduo fabrica. Cada locutor fabrica sua língua, como ele a fabrica? Esta é uma pergunta essencial, já que ela domina o problema da aquisição da linguagem. (PLG II: 18-19).

Essa “pergunta essencial” não pode ser considerada como um problema restrito; ela diz respeito a tudo. Dizer que “todo homem inventa sua língua” é um enorme problema colocado a várias áreas.

Em “Saussure após meio século”, texto de 1963, Benveniste resume, em certa medida, o ambiente intelectual das Ciências Humanas da época. E, aqui, ele parece apontar para uma “correlação estrutural” entre língua e sociedade:

(...) desejamos acentuar aqui o alcance desse princípio do signo instaurado como unidade da língua (...) vemos agora propagar-se esse princípio para fora das disciplinas linguísticas e penetrar nas ciências do homem, que tomam

consciência de sua própria semiótica. Não é a língua que se dilui na sociedade, é a sociedade que começa a reconhecer-se como “língua”. Analistas da sociedade perguntam-se se determinadas estruturas sociais (...) não deveriam considerar-se como significantes cujos significados seria preciso procurar. Essas investigações inovadoras levam a crer que o caráter natural da língua, de ser composta de signos, poderia ser comum ao conjunto dos fenômenos sociais que constituem a *cultura*. (PLG I: 47).

Um primeiro momento, que podemos vislumbrar a partir dessa citação de Benveniste, parece, então, ter sido este em que várias “ciências do homem” tomaram “consciência de sua própria semiótica”; em que a sociedade começou a ser reconhecida como “língua”.

Se, nesse momento, as “ciências do homem” buscaram, através da Linguística – e, principalmente, da utilização da noção de signo saussuriano – reconhecer sua semiótica, agora, a partir de Benveniste, mais do que nunca, é preciso que todas tomem consciência de sua semântica; tomem cada vez mais consciência de como constroem o sentido de suas coisas.

Cabe, então, nos questionarmos sobre qual seria a implicação disso tudo para a escrita da história. Essa reflexão nos conduz a levarmos em consideração o que está dito no final do artigo “Semiologia da língua”:

Que se trata claramente de duas ordens distintas de noções e de dois universos conceptuais, pode-se mostrar ainda pela diferença quanto ao critério de validade que é requerido por um e por outro. O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO. A diferença entre reconhecer e compreender envia a duas faculdades distintas do espírito: a de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, e a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra. (PLG II: 66).

Tendo em mente essa distinção entre semiótico e semântico, podemos dizer que não se *reconhece* um fato histórico; sempre será necessário *compreendê-lo*. Por mais que a natureza sistêmica da língua seja destacada (pois não há dúvidas de que a língua forme um sistema), ela não pode ser entendida como sistematizada. Estamos apontando uma diferença entre ser sistêmica e ser sistematizada. Uma característica está na natureza da língua, outra estaria em seu funcionamento. E uma palavra dita por Benveniste, em sua entrevista a Pierre Daix, nos leva a dizer que a língua, em seu funcionamento, não pode ser considerada como sistematizada. Essa palavra é “imprevisível”. A propósito do modo semântico, diz Benveniste:

A semântica é o “sentido” resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente **imprevisível**. É a abertura para o mundo. Enquanto que o

semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo. (PLG II: 21) [grifo nosso].

E isso tudo nos leva a dizer que a História é como a língua porque ontem não é igual a hoje; porque os eventos – assim como a enunciação – são únicos e não se repetem. Porém, há dois modos de ser língua (semiótico e semântico) e há apenas um modo de ser História: semanticamente. Pois não há uma História não-histórica ou a-histórica. Além disso, a História se semantiza na e pela linguagem. Aqui esperamos que fique claro o que queremos dizer quando mencionamos que não há modo semiótico na História. Não há como pensar em um sentido que não seja construído semanticamente. Não nos parece possível apenas reconhecer um sentido “semiótico” nos fatos históricos. Assim, quando se quer construir o sentido de um fato histórico, acreditamos ser fundamental levarmos em consideração a distinção que Benveniste faz entre semiótico e semântico, porque, ainda que se diga que ela não pode ser aplicada, essa distinção fica ali implicada.

TERCEIRA PARTE

Émile Benveniste: anunciador de uma poética da linguística

On pourrait en effet penser que Benveniste, avec ambition certainement, a cherché à écrire une poétique – « La théorie de la langue poétique est encore à venir <n'existe pas encore> Le présent essai a pour but d'en hâter un peu l'avènement » – (...). Ce projet de poétique non seulement ne peut pas être séparé du projet global, mené toute sa vie par Benveniste, mais d'autre part en constitue une avancée très importante. (LAPLANTINE, 2012, p. 71).²⁷

Haverá alguém que dirá que existe em Émile Benveniste uma linguística da poética. Mais do que isso: dirá que existe uma poética da linguística. E, enfim, após todos ficarem convencidos disso, Benveniste deixará de ser um comparatista, de ser o pai da linguística da enunciação, e se tornará (o que tudo indica) o pai de uma poética. A poética de Aristóteles, que provavelmente Benveniste conhecia do início ao fim em grego, dará lugar a poética benvenistiana. Isso tudo significa uma única coisa: o fecundo pensamento de Benveniste – bem antes de servir para dar vida a qualquer trabalho ou estudo – vive.

Uma das maiores evidências de que o pensamento de Benveniste está mais vivo do que nunca é o fato de que – no momento em que esta dissertação está sendo escrita – outras duas importantes obras, vinculadas ao nome de Benveniste, são publicadas: *Émile Benveniste: vers une poétique générale* (livro organizado por Sandrine Bédouret e Chloé Laplantine) e *Émile Benveniste. Langues, cultures, religions* (que, a exemplo dos PLG, trata-se de uma nova reunião de artigos escritos por Benveniste, organizados por Chloé Laplantine e Georges-Jean Pinault). Vemos que a primeira obra avança para o próximo Benveniste (o Benveniste anunciador de uma poética da linguagem) e que a segunda obra vai em direção ao passado; resgata muitos dos textos do Benveniste comparatista, sobretudo, aquele dedicado à língua iraniana. O que significa dizer que nada impede que o “próximo Benveniste” seja o Benveniste comparatista, através de uma nova onda de publicação de seus textos mais antigos.

²⁷ “Poderíamos, na verdade, pensar que Benveniste, com ambição certamente, tentou escrever uma poética – ‘A teoria da língua poética está ainda por vir < não existe ainda > Este ensaio tem como objetivo acelerar um pouco o advento disso’ – (...). Este projeto de poética, por um lado, não pode ser separado do projeto global, desenvolvido durante toda sua vida por Benveniste, e, por outro lado, também constitui um avanço muito importante em relação a isso”. (LAPLANTINE, 2012, p. 71) [tradução nossa].

Porém, isso tudo comprova que, antes que se diga algo sobre Benveniste, é o próprio Benveniste que nos diz ainda. Não resta dúvida de que o fecundo pensamento de Benveniste sobre a linguagem viverá enquanto houver linguagem.

Hoje já sabemos – através da publicação do livro *Baudelaire* – que há um Benveniste que tenta entender o discurso poético. Seus manuscritos sobre a linguagem poética apresentam uma novidade, ainda que já fosse possível ver Benveniste refletindo sobre questões de literatura. Há nesses manuscritos sobre Baudelaire uma inquietação, pois se a Linguística não dá conta de explicar a linguagem poética, isso não é culpa da linguagem poética, mas da própria Linguística. Hoje, então, já sabemos que essa “falha” da Linguística, em um determinado momento, era o que inquietava, sobremaneira, Benveniste.

Se pensarmos que a distinção entre semiótico e semântico surge para mostrar que há uma maneira de olhar para a língua que não seja meramente estrutural; se pensarmos que o semântico surge para dar conta dessa “manifestação da língua na comunicação viva” (PLG I: 139), ainda assim é um pensamento pouco avançado se comparado com a ideia de que a linguagem poética se coloca como um barreira para que se pense a língua dentro de algo estruturado, dentro de um padrão, dentro de um “normal da língua”. Chloé Laplantine, em sua entrevista para a revista *Calidoscópio*, coloca que: “É a literatura enquanto experiência (inter)subjativante e atividade crítica da linguagem que interessa Benveniste. É isso que reaparece nas notas sobre Baudelaire”. (LAPLANTINE, 2013, p. 223).

Em “Semiologia da língua” – artigo escrito praticamente no mesmo período em que são escritas as notas que servem de base para o livro *Baudelaire* – vemos Benveniste dizendo que:

A arte não é jamais aqui senão uma obra de arte particular (...). A significância da arte não remete então jamais a uma convenção identicamente recebida entre parceiros. É necessário descobrir a cada vez os termos, que são ilimitados em número, imprevisíveis por natureza, logo reinventados a cada obra, em suma, que não podem ser fixados em uma instituição. (PLG II: 60).

As palavras de Benveniste dizendo que “todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida” (PLG II: 18) ainda ecoam quando levamos em consideração que a linguagem poética se coloca como uma crítica da linguagem; quando somos levados a admitir que, assim como a arte, a apropriação que o locutor faz da língua é algo particular.

Laplantine, na mesma entrevista, coloca ainda que: “com Baudelaire, Benveniste atinge o ponto máximo de sua teoria: o poema requer uma linguística nova: ‘a análise da língua poética requer, em *toda* a extensão do domínio linguístico, categorias distintas’ (Baudelaire, 22, fº 67 / fº 319)”. (LAPLANTINE, 2013, p. 224).

Como vemos, a linguagem poética se coloca para Benveniste como algo que serve para reinventar não uma parte da língua apenas (como no caso da distinção que faz entre semiótico e semântico), mas “*toda* a extensão do domínio linguístico”.

Porém, para fazermos justiça a quem disse, antes de Chloé Laplantine, que havia uma poética do discurso em Benveniste – e que essa poética seria totalmente diferente de uma linguística descritiva, implicando questões da história nas de linguagem –, devemos citar o nome do linguista Henri Meschonnic.

Conforme Meschonnic, “as condições de uma teoria do sentido não são mais as mesmas após o fim do estruturalismo (...) e da passagem da gramática gerativa (...). Trata-se agora da teoria da linguagem, do sujeito, da história – da reciprocidade do poético e do político” (MESCHONNIC, 1982, p. 18) [tradução nossa]. Meschonnic já proclamava, naquele momento, que a semântica era a de Benveniste.

Então, a partir dessa percepção de que há dois mundos; de que teoria da linguagem se funda em dois mundos diferentes – um semiótico e outro semântico, sendo o primeiro fundado sobre a primazia do signo e da língua; e o segundo fundado sobre a primazia do discurso – Meschonnic coloca que isso dá origem a duas ordens: por um lado, a de um *pensamento histórico da linguagem*; por outro, a de um *pensamento ahistórico da linguagem*.

A partir disso, Meschonnic destaca o lado histórico da linguagem ao dizer que: “nenhum discurso sobre a linguagem e sobre as línguas, mesmo quando ele se dá por científico (...) escapa a sua historicidade, a sua situação ideológica”. (MESCHONNIC, 1982, p. 25) [tradução nossa]. Ou ao afirmar que “todo discurso, toda expressão é histórica” (...) “historicidade é uma variável da escrita da história”. (MESCHONNIC, 1982, p. 27-28) [tradução nossa].

Para Meschonnic, Benveniste não formulou a teoria do ritmo, porém foi quem a tornou possível. Após então dizer que a relação da linguagem com a história permanece ainda não teorizada, o autor faz uma distinção, que acreditamos ser bastante fecunda, entre *historicidade* e *historicismo*. Nosso objetivo, aqui, obviamente não é o de explicar a teoria de Meschonnic em seus pormenores, até porque não teríamos condições de fazê-lo. Com

um objetivo mais modesto, queremos apenas apresentar como está formulada essa distinção.

O *historicismo* se caracteriza por ser a redução do sentido às condições sociais e históricas. Conforme Meschonnic trata-se do “esquecimento de que nada, da linguagem e da história, é descrito sem observador, e que a observação é sempre uma relação, que modifica o que se observa”. A *historicidade*, por sua vez, é “transformadora e transformada, o valor faz o que um discurso tem de trans-subjetivo, de trans-histórico. (...) é a solidariedade da linguagem e da história”. (MESCHONNIC, 1982, p. 32) [tradução nossa]. A *historicidade*, segundo o autor, seria uma *crítica política da linguagem* e um retorno sobre a história das poéticas.

A partir dessa crítica, há dois tipos de poéticas possíveis: a) uma poética da língua; b) uma poética do discurso. A primeira seria uma poética encerrada no formalismo e no estruturalismo. Tomada a partir da teoria do signo, ela se funda no primado da língua, quando o “estilo” é considerado como um “descarte”. Segundo Meschonnic, trata-se de uma poética intolerante, didática, dogmática, em que se busca um “acabamento teórico”. Por outro lado, uma poética histórica do discurso e dos sujeitos seria, conforme o autor, uma “ética da escrita”, “ela própria um engajamento”. Uma teoria do discurso (ou uma ética dos discursos) seria uma “poética da história e do político”. Neste caso, trata-se de uma poética que contempla o “inacabamento teórico”, demonstrando uma “solidariedade da aventura entre poesia e teoria”. (MESCHONNIC, 1982, p. 32) [tradução nossa].

Para concluirmos podemos dizer, então, que Benveniste foi quem, não apenas permitiu a Meschonnic formular sua teoria do ritmo, mas também foi aquele que permitiu que se começasse a pensar em uma aventura que envolva poesia e teoria; ou melhor, que as coloque tão intimamente ligadas que não seja mais possível diferenciá-las.

3) A POSSIBILIDADE UMA SEMIOLOGIA DA HISTÓRIA

*Nada pode ser compreendido – é preciso se convencer disto
– que não tenha sido reduzido à língua. (PLG II: 99).*

Um historiador é aquele que estuda e investiga o passado, que, grosso modo, pode ser considerado como aquilo que já ocorreu. Assim, o passado possui uma característica

ontológica: *ter ocorrido*. Se partimos do princípio de que o passado deve ser compreendido e não reconhecido, a questão que se coloca é: o que ocorreu? Por mais que tenha ocorrido, a explicação histórica desse passado se dará no presente, compreendido por meio das perguntas que o historiador se coloca na tentativa de esclarecer o que ocorreu.

Quando falamos na possibilidade de uma *semiologia da história*, estamos referindo, com essa noção, simplesmente a possibilidade do estudo do sentido da história, ressaltando que esse sentido se produz na e pela língua. Entendemos, neste trabalho, semiologia como o estudo do sentido. Acreditamos que seja necessário marcamos essa posição pois, aparentemente, houve, dentro da teoria benvenistiana, um deslocamento conceitual. Semiologia deixou de ser o *estudo dos signos* e se transformou no *estudo do sentido*. Em suas *Últimas Aulas*, Benveniste coloca que “a noção de ‘signo’ (...) começa a emergir como uma das noções mais novas e mais importantes da ciência. Não a própria noção de signo, que é antiga (...), mas a ideia de que os signos (...) propiciam o aparecimento de uma nova ciência, a ciência dos signos, a *semiologia*”. (BENVENISTE, 2014, p. 91). Coloca ainda, reforçando essa ideia, que: “o estudo dos signos resulta na criação de uma disciplina particular: a *semiologia*”. (BENVENISTE, 2014, p. 92). Como se percebe, *semiologia*, em primeiro momento, é definida explicitamente como sendo a ciência dos signos. Sabemos que essa definição encontra suas raízes em Ferdinand de Saussure. Conforme Benveniste:

Saussure (...) dedicou sua reflexão ao funcionamento da língua. Ele fundamentou toda a linguística sobre uma teoria do signo linguístico. Ele também formulou esta noção fundamental de uma teoria geral dos signos, a semiologia, da qual a linguística seria um dos ramos. (BENVENISTE, 2014, p. 93).

Normand (2009)²⁸ diz, com mais propriedade, que “Benveniste se refere explicitamente a Saussure para retomar *semiologia* no sentido de ciência geral dos sistemas de signos; no entanto, fica difícil (...) fixar o que ele entende por *semiologia*, termo que parece designar duas perspectivas e dois objetivos bastante distintos”. (NORMAND, 2009, p. 178). Normand coloca, então, que *semiologia* teria em Benveniste dois empregos: 1º) a semiologia; que retoma o programa saussuriano de “ciência geral dos sistemas de signos”; 2º) uma semiologia; que “parece designar o conjunto constituído pelas duas análises,

²⁸ No artigo “Semiologia, Semiótica, Semântica: observações sobre o emprego desses termos por Émile Benveniste”.

semiótica e semântica, aplicadas a um determinado domínio (por exemplo, *a semiologia da língua*). (NORMAND, 2009, p. 179).

Normand, chamando atenção para o caráter mais geral da *semiologia* enquanto “ciência dos signos”, coloca que Benveniste “realmente vai mais longe do que a afirmação (...) do papel da linguística de ciência piloto; ele formula uma espécie de teoria (...) ‘panlinguística’ das ciências humanas e, portanto, da semiologia que as engloba: *a língua é a passagem obrigatória para compreender os outros sistemas de signos*”. (NORMAND, 2009, p. 179-180). Normand recupera, então, expressões que sustentariam o que ela chama de “projeto totalizante” da semiologia em Benveniste: “semiologia geral”, “verdadeira ciência da cultura”, “semiologia de segunda geração”, “ciência geral do homem”. (NORMAND, 2009, p. 180).

O termo *semiologia*, segundo Normand, constitui a base dos últimos estudos de Benveniste, “representando o ponto de fuga do programa propriamente linguístico que aí se formula e que se chama ‘teoria da enunciação’. Esse programa se funda, ele próprio, sobre a distinção do *semiótico* e do *semântico*, e eis aí também, ao mesmo tempo, o segundo emprego de *semiologia*, um estudo que distingue e integra esses dois componentes”. (NORMAND, 2009, p. 180). Ainda conforme Normand, “a partir do momento em que se dedica ao ‘problema do sentido’, ele (Benveniste) especifica o emprego de semiótico; o termo (...) não designa uma disciplina (...), mas um componente desse saber que se define em sua diferença com o semântico”. (NORMAND, 2009, p. 180).

Acreditamos, então, que é possível ver aí, nesse segundo emprego de semiologia, uma referência, como já dissemos, apenas ao estudo do sentido, tomado em seu conjunto e de maneira ampla. Benveniste, em suas *Últimas Aulas* – mais exatamente no final de sua derradeira lição –, diz que:

Na realidade, o problema do sentido é o problema da própria língua, e, como a língua aparece para mim como uma paisagem que se move (ela é o lugar de *transformações*) e como se compõe de elementos diferentes (verbos, nomes, etc.), o sentido se resume a procurar o modo de significar próprio a cada um dos elementos em questão. O estudo de conjunto seria a semiologia. (BENVENISTE, 2014, p. 194).

Colocando lado a lado a busca pelo sentido na língua e pelo sentido na história (a busca por esse modo como os elementos significam), poderíamos começar tratando de uma questão que nos parece essencial e da qual não se pode escapar: o que seria um “dado” de

pesquisa em Linguística, principalmente, em Linguística da Enunciação. E o que seria um “fato histórico”. Acreditamos que é possível ver aproximações nisso.

3.1) O dado linguístico e o fato histórico

Como sabemos, na perspectiva oferecida pela Linguística da Enunciação (cf. FLORES & TEIXEIRA, 2005), admite-se que a organização do sistema da língua só se realiza na enunciação, única e irrepitível, pois, cada vez que a língua é enunciada, têm-se condições de pessoa, tempo e espaço singulares. As professoras Carmem Luci da Costa Silva e Magali Endruweit, sobre a questão do dado em uma análise enunciativa, falam que:

Estamos considerando *corpus* uma dada manifestação da linguagem dentro da qual são recortados *atos enunciativos*, ou seja, o fenômeno propriamente analisado. Nesse sentido, os *atos*, produtos de recorte que são, podem sempre variar, na medida em que cada análise, em função dos objetivos que tem, pode priorizar diferentes recortes. (...)

A delimitação do que pode ser considerado um enunciado se dá, portanto, tendo em vista o *recorte enunciativo*. Trata-se de unidade de extensão variável, pois sua totalidade está submetida ao sentido. Um *recorte enunciativo* esgota-se no limite do sentido do que se quer analisar, que pode ser uma palavra, uma frase, um parágrafo ou todo o texto. (SILVA & ENDRUWEIT, 2011, p. 245 e p. 256).

Vemos, então, que a solução adotada pelas professoras é dizer que o dado a ser observado é o *recorte enunciativo*; algo, ao mesmo tempo, simples e complexo. *Simples* porque parece ser realmente isso e não poderia ser de outra forma: será sempre um recorte, uma escolha; *complexo* porque esse recorte pode recair sobre tudo. Pode ser desde uma mera e corriqueira palavra até um extenso e complicado texto.

Como vimos acima, “um *recorte enunciativo* esgota-se no limite do sentido do que se quer analisar”. Sobre essa definição de *recorte enunciativo*, cabe refletir: para se efetuar uma análise enunciativa precisamos *colocar um limite no sentido*. E precisamos também considerar que *há sempre um sentido* (mesmo onde possa, talvez, não haver sentido). É refletindo, então, sobre essas duas considerações que passamos a uma tentativa de exemplificar a dificuldade de se limitar o sentido ou mesmo de se pensar em um sentido sempre presente em um acontecimento histórico.

Podemos tomar, como exemplo, as grandes manifestações de junho/julho de 2013 ocorridas em todo Brasil. Pretendemos ver esse exemplo – em que a definição de um

objeto de pesquisa estaria ligada às manifestações – a partir de três possíveis perspectivas: linguística, antropológica e histórica.

Um “objeto de pesquisa histórico” poderia ser as “manifestações”; e um “objeto de pesquisa antropológico” terá de ser, necessariamente, “os manifestantes”. Um “objeto de pesquisa linguístico”, relacionado com o tema, talvez possa ser o que dizem os manifestantes (ou que se diz) a respeito das manifestações. Caberia, então, recolher algumas amostras de narrativas, orais ou escritas, no caso, em relação a um evento ainda não propriamente histórico, pois muito mais ligado à “História do tempo presente”. A partir dessas amostras de narrativas, o linguista limitaria um sentido desejado em seu estudo ou, se fosse o caso, daria um sentido ao seu material de pesquisa, caso ele não possuía um.

Dentro de uma perspectiva antropológica, o ideal seria entrevistar uma quantidade relativamente grande de manifestantes para ver as diferenças que há entre as motivações que levaram essas pessoas às ruas. Uma boa pergunta seria exatamente esta: “o que te levou a sair à rua para protestar?”. Obviamente que isso não serviria apenas para ver – e comprovar – que as pessoas teriam respostas diferentes, porque não é preciso perguntar nada para saber de antemão que cada um terá uma resposta diferente. Seria para ver algo que agora não se pode ver, isto é, algo que só depois poderá ser visto, algo que tem a ver com o trabalho de campo como ritual de passagem²⁹.

Henri Meschonnic, já em 1982, dizia que uma Antropologia que não leva em conta a linguagem é tão inócua quanto uma Linguística que dá as costas à Antropologia. Assim, um antropólogo que não leva em conta as sutilezas da linguagem talvez não perceba o que fica claro. Tomar como objeto de pesquisa os “manifestantes” se desfaz no ar como uma bolha de sabão no momento em que um protótipo de “manifestante” (alguém esclarecido, inteligente, consciente da situação), que teria condições de “explicar” quais os motivos das manifestações e qual seu papel enquanto “manifestante pacífico”, confessasse que poderia jogar uma pedra na cabeça de um policial.

O que se quer salientar é algo óbvio: “manifestante” não é uma categoria antropológica, no sentido de que não é um conceito criado por antropólogos. É uma palavra tirada de um dicionário qualquer, que tem como definição simplesmente ser “aquele que se manifesta de algum modo”. (Essa definição é hipotética e não remete a um dicionário específico apenas para não precisar lembrar que, diferentemente do pensamento

²⁹ Sobre isso, ver DA MATTA (1987).

leigo que se tem sobre dicionários, estes refletem um ponto de vista, ou seja, os dicionários também são elaborados por pessoas).

Mas enfim, o que se quer dizer é que a linha que separa um “manifestante” de um “vândalo” – para ficar apenas em duas categorias que aparentemente se destacam quando se aborda o assunto das manifestações – é muito tênue. Digamos que esse manifestante prototípico estivesse com uma pedra em mãos; imaginemos que ele tivesse jogado essa pedra em um policial; a diferença entre continuar sendo um “manifestante pacífico” e se tornar um “vândalo marginal” era agora uma questão de pontaria; tudo agora era uma questão de ver se a pedra acerta ou não o policial. Tomar um “manifestante” – ou a fala de um “manifestante” – como objeto de estudo passa a ser uma questão de mira.

Não estamos querendo, com isso, apontar para a impossibilidade de se tomar os manifestantes (ou, se fosse o caso, a fala desses manifestantes) como objeto de estudo. Apenas queremos mostrar a dificuldade que há em se fazer isso; e, principalmente, mostrar as implicações linguísticas que há ao se fazer essa seleção, esse *recorte*, que sempre estará definido pelo sentido que se queira dar a ele.

Por isso, por exemplo, é necessário prestar muito atenção em uma simples pergunta do tipo: “por que preservamos as ruínas de Roma?”. Merece atenção porque ela já traz em si a resposta e, assim, não teria motivos para ser feita. Se desde já tratamos um determinado objeto como “ruína” é porque ele já traz em si a necessidade de ser preservado. Seria totalmente diferente fazer a pergunta: “por que preservamos os destroços (ou os escombros) de Roma?”. O que queremos mostrar é que já se havia atribuído um sentido para determinado objeto, no caso histórico, em que a noção de “preservação” está presente.

Do ponto de vista da História, outra consideração de caráter linguístico também é possível. O que provavelmente vai entrar para a História, por exemplo, é que “as manifestações geraram mudanças”; e não que “os manifestantes geraram mudanças”. A narrativa histórica acaba – como vimos na primeira parte da dissertação – despersonalizando os acontecimentos.

Vistos de perto, podemos dizer que os próprios “manifestantes” não sabiam muito bem para onde estavam indo, ou se pode dizer também que, aqueles que sabiam para onde eles estavam indo, podiam estar indo para um caminho oposto de um de seus “companheiros” de manifestações. E a reflexão que sempre retorna em um caso desses é a seguinte: “ainda não temos o distanciamento histórico para medir a real importância dessas

manifestações; somente daqui a 30 anos vamos poder dizer com certeza o que se passou e quais foram suas consequências para o país”. Concordamos que, no momento em que se produz, é difícil imaginar quais serão as consequências de episódios como o de “manifestações populares”.

Porém, já não deveríamos saber do que se trata? Ninguém estranha o fato de que, no momento em que ocorreram, as manifestações ainda não possuíam um sentido? Ou não há esse estranhamento porque justamente não se percebe que não existe um sentido ainda definido e estabilizado?

Podemos imaginar que daqui a 10 anos um historiador diga que essas manifestações foram um “movimento de direita” para derrubar um governo de esquerda; que daqui a 20 anos outros dirão que se tratava, na verdade, de um “movimento de extrema esquerda” que queria derrubar esse mesmo governo de esquerda que pendia para direita; que daqui a 30 anos virão outros ainda dizendo que era, de fato, um movimento anarquista que não queria derrubar nada; enfim, podemos imaginar inúmeras situações que serão “verdades” para determinada época.

Dentro desse mesmo raciocínio, podemos citar, como exemplo, também, as manifestações populares ocorridas no Brasil, em 1992, que resultaram no *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Neste caso, podemos dizer que os manifestantes não saíam às ruas em simples “manifestações”, mas, sim, em “passeatas”. Mais do que isso, eles faziam parte de um “movimento”. Movimento, aliás, que, devido a sua especificidade, recebeu o nome de “movimento dos cara-pintadas”; o que pode ser generalizado para “Movimento do Fora Collor”, pois essa era a “palavra de ordem” dos manifestantes (que, neste caso, como se vê, recebem o nome de “cara-pintadas”).

A conclusão que pretendemos tirar disso é que as coisas não têm sentido em si. Dessons (2006) parece concordar com essa nossa afirmação, pois coloca que “se a sociedade é o *interpretado* da língua, os outros sistemas significantes (...) se encontram igualmente, em relação à língua, em uma ‘relação de interpretação’. De fato, os eventos somente têm sentido – isto é, somente são propriamente eventos – quando colocados em discurso, configurados pela enunciação de um sujeito”. (DESSONS, 2006, p. 91) [tradução nossa]. Tudo vai depender de um olhar externo de um sujeito para dar sentido à realidade. Dito de outro modo – e acreditamos que de acordo com Benveniste – nada, sem a linguagem, tem o menor sentido.

Acreditamos que aquilo que aí está em jogo – nos casos que trouxemos como exemplo, em que se tem que decidir se algo será chamado de “manifestante” ou de “carapintada”, se algo será percebido como “manifestação” ou “movimento” – é principalmente o modo como as coisas significam, ou ainda, o modo como se conceitua a realidade.

A seguir, tentaremos contrapor duas perspectivas – uma no âmbito da História e outra no âmbito da Linguística – no que se refere justamente a esse modo como se dá a conceitualização das coisas, dentro e fora dos âmbitos especializados. Pretendemos refletir sobre os preceitos propostos pelo historiador alemão Reinhart Koselleck quando da elaboração de sua denominada História dos Conceitos; apontando, se for o caso, para o possível diálogo que essa proposta de Koselleck possa ter com a Terminologia.

3.2) Contrapondo leituras: a História dos Conceitos e a Terminologia

Um pensamento recorrente, no âmbito da História, é o de que os termos que um historiador usa são, por natureza, polissêmicos. Podemos verificar essa concepção a respeito dos termos em uma abordagem amplamente difundida e, por isso mesmo, já bastante consolidada dentro do campo da Teoria da História: a abordagem proposta pela História dos Conceitos de Reinhart Koselleck (2006a; 2006b).

Acreditamos que nossa experiência de ter integrado uma equipe dedicada à construção de um dicionário especializado – no caso, o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES *et al*, 2009)³⁰ – permitirá ponderarmos com alguma propriedade sobre a questão de como se elaboram os termos de uma área, visto que já percebemos o quanto é árdua a tarefa de realizar um reconhecimento terminológico. Tarefa dificultada principalmente pelo fato de a Linguística da Enunciação ser uma área em que os termos não raro se mostram de uma maneira multifacetada. Afinal, os termos da Linguística, de modo geral, assim como os termos da História, se inscrevem em campos perpassados por diferentes ramos das Ciências Humanas.

Gostaríamos de contrapor nossa experiência com os preceitos propostos por Reinhart Koselleck, ponderando criticamente sobre sua proposta, no que se refere a sua grande empreitada de representar o conhecimento histórico, construindo um dicionário

³⁰ Maiores informações sobre o *Dicionário de Linguística da Enunciação* podem ser obtidas na dissertação de CREMONESE (2007) e na resenha de SILVA & BEVILACQUA (2009).

especializado. Essa grande empreitada de Koselleck para elaborar um dicionário especializado se materializou na grandiosa obra *Geschichtliche Grundbegriffe: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprach in Deutschland*, cujos editores são, além do próprio Reinhart Koselleck, Otto Brunner e Werner Conze. Dessa volumosa obra (foram publicados sete volumes de verbetes entre os anos 1972 e 1992), que contou com a contribuição de inúmeros estudiosos, nós temos traduzido para o português apenas o verbete “*Geschichte, Historie*”, do segundo volume, de 1975. Publicado, então, em forma de livro autônomo, o verbete ganha o título de *O conceito de história*³¹.

Talvez seja necessário, antes de avançarmos para a consideração da História dos Conceitos propriamente dita, fazermos aqui um breve panorama do que venha a ser a Terminologia enquanto disciplina. Desde já, é preciso dizer que fazemos uma distinção entre Terminologia (com T maiúsculo) e terminologia (com t minúsculo). Assim, por um lado, há a Terminologia, que é disciplina linguística que estuda os termos e a organização das linguagens especializadas; e, por outro lado, a terminologia, que seria o conjunto dos termos especializados próprios de uma ciência, arte, técnica, profissão, etc.

O especialista em Terminologia (ou, simplesmente, terminólogo) é o profissional que tem como meta sistematizar estas informações relativas ao uso dos termos especializados, a fim de disponibilizá-las em dicionários ou glossários. E quando falamos nesses tipos de obras, já nos referimos à parte aplicada da Terminologia, a saber, a terminografia, que se preocupa em produzir obras de referência, tais como vocabulários, bancos de dados terminológicos e, como era de se esperar, dicionários e glossários. Isso ocorre da mesma forma com a Lexicologia – ciência que estuda as palavras de um modo geral – e a lexicografia – sua parte aplicada, dedicada a construir obras de referência (sobretudo, os chamados “dicionários de língua”, como Houaiss, Aurélio, etc.).

Ainda que o uso de uma terminologia específica seja bastante antigo (uma vez que desde sempre o homem emprega termos, nos mais variados ramos do conhecimento, seja ele especializado ou não), a área dedicada ao estudo dessas terminologias é relativamente nova, pois se constituiu a partir da segunda metade do século XX. Os fundamentos da Terminologia, enquanto disciplina, são atribuídos ao engenheiro austríaco Eugen Wüster (1898-1977), que, preocupado com a comunicação em nível internacional, pretendia padronizar o uso dos termos, ditos técnicos ou científicos. Com esse propósito, foi

³¹ O verbete/livro possui ainda como autores, além de Koselleck, Christian Meier, Horst Günther e Odilo Engels.

desenvolvida toda uma gama de estudos sobre os termos, dando origem ao que hoje se entende por Teoria Geral da Terminologia. No início da década de 1980, perspectivas terminológicas vinculadas à Linguística começam a surgir. Passa-se, então, para um posicionamento mais descritivo e menos normativo no estudo das linguagens especializadas. Para encerrarmos este nosso brevíssimo panorama da Terminologia enquanto disciplina, resta dizer apenas que ela se caracteriza, acima de tudo, por ser um campo de conhecimento que se relaciona com toda e qualquer área especializada; capaz de construir princípios que permitem a elaboração de glossários, dicionários técnicos, bancos de dados terminológicos e sistemas de reconhecimento automático de terminologias.

Optamos por começar descrevendo a Terminologia, pois acreditamos que é possível considerá-la, de certo modo, como sendo parte desta “disciplina autônoma” pela qual se pergunta Koselleck: “Até que ponto a história dos conceitos constitui uma disciplina autônoma, com métodos próprios, cujo conteúdo e alcance estão definidos paralelamente à história social, mas podem eventualmente competir com ela pelo mesmo espaço?” (KOSELLECK, 2006a, p. 98). Convém lembrar que Koselleck, desde o início, quer marcar, sobretudo, a diferença entre História Social e História dos Conceitos. Segundo o autor: “As abordagens metodológicas mostram que a relação da história dos conceitos e da história social é mais complexa do que a simples possibilidade de redução de uma disciplina à outra”. (KOSELLECK, 2006a, p. 97-98).

Podemos dizer que Koselleck marca também a diferença que há entre Lexicologia e Terminologia. Conforme o autor, “consideraremos preferencialmente conceitos cuja capacidade semântica se estenda para além daquela peculiar às ‘meras’ palavras utilizadas comumente no campo político e social”. (KOSELLECK, 2006a, p. 98). Como se percebe, aqui, Koselleck, já aponta claramente para a diferença que há entre “termos” (no caso, “conceitos”) e “palavras”. Assim, desde já, propomos que a História dos Conceitos, tal como desenvolvida por Koselleck, seja vista como uma espécie de Terminologia, no caso, mais especificamente, uma Terminologia Diacrônica, pois seu objetivo principal é o de tratar de termos ao longo de um determinado período, curto ou longo.

Koselleck, ao apresentar o problema fundamental a ser observado, chama atenção para a importância de se considerar a História dos Conceitos como uma disciplina autônoma em relação à História Social:

No âmbito de uma possível história dos conceitos, a indagação fundamental a respeito dos processos de alteração, transformação e inovação conduz a uma

estrutura profunda de significados que se mantém, recobrem-se e precipitam-se mutuamente, significados que só podem se tornar social e historicamente relevantes se a história dos conceitos for isolada e destacada como disciplina autônoma. (KOSELLECK, 2006a, p. 107)

A História dos Conceitos seria, como dissemos, uma espécie de Terminologia Diacrônica que trata da história dos termos. Porém, ela seria duplamente autônoma, se pensarmos na pergunta de Koselleck, pois autônoma em relação à História Social (pois ao tratar de Conceitos, de fato, ela se afasta da História propriamente dita) e autônoma em relação à Terminologia (pois ao receber o adjetivo Diacrônica, também se afasta de uma Terminologia *strito sensu*, sincrônica por natureza).

Porém, essa expressão – Terminologia diacrônica – não é nova. Há, por exemplo, no livro *Temas de Terminologia* (KRIEGER & MACIEL, 2001), uma seção intitulada justamente “Terminologia diacrônica”. Rapidamente faremos alguns comentários sobre os três textos que fazem parte dessa seção para mostrar o quanto aquilo que, neste livro, se entende por “Terminologia Diacrônica” se diferenciaria dessa mesma noção no âmbito da História dos Conceitos.

Começamos pelo texto da professora Maria José Bocorny Finatto, intitulado “Terminografia brasileira no final do século XIX: contraponto entre domínios emergentes e consolidados”, que difere um pouco dos outros dois. Por exemplo, a professora trabalha a partir da seguinte hipótese que se confirma ao final de seu artigo: “o padrão formal da definição oferecida ao usuário é tanto mais sofisticado quanto mais consolidado for o domínio repertoriado”. (KRIEGER & MACIEL, 2001, p. 198). E esse texto difere dos outros dois principalmente por não se ater a apenas um único domínio. Importante perceber que, no caso, o artigo trata – como o próprio título aponta – da “terminografia brasileira”, isto é, faz um pequeno levantamento das obras dicionarísticas produzidas no período em questão.

Já os outros dois textos da seção “Terminologia Diacrônica” são muito semelhantes em suas propostas: o primeiro, assinado pela professora Maria da Graça Krieger, se intitula “Terminografia médica no Brasil no século XIX”; o segundo, escrito pela professora Anna Maria Becker Maciel, tem como título: “Estrutura e funcionamento dos dicionários jurídicos no Brasil do século XIX”. Como esses dois títulos também já apontam, estamos diante de trabalhos de pesquisa no âmbito da terminografia; e podem ser considerados trabalhos, de certa maneira, simples, se comparados com o que pretende a História dos Conceitos. Constatar que houve uma época em que não se fazia dicionários de

uma área; saber, então, qual seria a primeira obra elaborada para dar conta da terminologia dessa determinada área; e, por fim, fazer uma crítica dessas obras; isso tudo, como dissemos, é algo “simples”. Uma Terminologia Diacrônica, assim, seria aquela que se limita a fazer um levantamento e uma espécie de balanço sobre os dicionários de uma área. Isso poderia até ser entendido como um ponto de partida para o trabalho realizado no âmbito da História dos Conceitos, que, por natureza, se estende para muito além das fontes dicionarísticas.

No livro/verbete *O conceito de História*, Koselleck cita mais de uma dezena de obras, entre dicionários, tesouros e vocabulários. Interessante notar que o próprio autor apresenta – como contrapartida a essas obras dicionarísticas – o que ele chama de “bibliografia histórica”, que é, no caso, a mais importante, pois é aquilo que realmente irá apontar para as mudanças no conceito de “*Historie*”. Em nota de rodapé, Koselleck coloca que:

Essa expansão da “*Historie*” para os próprios acontecimentos ou seu transcurso se mantém ininterrupta, no nível dos dicionários. Em contraposição, na **bibliografia histórica**, começa a se impor, por afinidade com a língua latina culta, a definição que tem sua origem em Cícero. (KOSELLECK, 2013, p. 130) [grifo nosso].

Ou seja, em nenhum momento os autores do livro/verbete *O conceito de História* se furtam de mencionar as obras dicionarísticas. Porém, isso é apenas uma parte pequena de suas pesquisas. Em virtude disso, pode-se dizer que fazer a simples crítica dos dicionários de uma área é algo muito diferente do que propõe a História dos Conceitos, que quer investigar o desenvolvimento da terminologia, tomando como base toda uma “bibliografia histórica” e não apenas o que se vê “no nível dos dicionários”.

Os exemplos, dos três textos do livro *Temas de Terminologia*, são, como se pode ver, muito mais de *terminografia diacrônica* do que propriamente de *terminologia diacrônica*. Isso nos leva a dizer que a História dos Conceitos pode ser tomada como a “verdadeira terminologia diacrônica”. Aliás, é o próprio Koselleck que chama atenção para o caráter diacrônico de sua proposta. Conforme o autor: “Exatamente quando se focaliza a duração ou a transformação dos conceitos sob uma perspectiva rigorosamente diacrônica, a relevância histórica e social dos resultados cresce”. (KOSELLECK, 2006a, p. 105). Koselleck, ao destacar a consideração diacrônica em relação aos termos, isto é, ao propor que se deva sempre buscar a “história” de um conceito, ele reforça a ideia de que os termos são, por natureza, polissêmicos.

Precisamos, então, apontar – depois de havermos aproximado a História dos Conceitos da Terminologia – para o principal ponto de divergência entre essas duas perspectivas. Colocando ambas em contraponto, é possível perceber uma clara diferença em relação ao modo como se define um termo. Koselleck propõe que “não é possível verificar o valor de um termo como ‘conceito’ válido para o complexo social ou para as confrontações políticas sem incluir os conceitos paralelos ou contrários, sem se reportar a uma ou outra noção geral ou particular em que se registra a intersecção entre as duas expressões”. (KOSELLECK, 2006a, p. 113). Já quem trabalha com Terminologia tem uma proposta diferente. Por exemplo, no livro *Introdução à Terminologia: teoria e prática*, Krieger & Finatto (2004) colocam que:

Ao circunscreverem conteúdos específicos, as terminologias auxiliam também a elidir ambiguidades e jogos polissêmicos, frequentes no uso do chamado léxico geral da língua, contribuindo para uma desejada precisão conceitual. Tudo isso está associado à natureza constitutiva dos termos, considerados como signos linguísticos de valor **monossêmico**, caracterizando-se ainda pela **monorreferencialidade**, porque, de modo geral, veiculam apenas o significado específico de cada área, bem como estabelecem uma única referência com o mundo exterior, sempre na ótica da área em que a unidade lexical está inserida. (KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 17-18) [grifo nosso].

Se, por um lado, vemos as professoras de Terminologia falando em monossemia e monorreferencialidade, por outro, vemos o historiador alemão destacando o lado polissêmico do termo. Mais explícito do que no trecho anterior, Koselleck coloca que: “Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre **polissêmicos**”. (KOSELLECK, 2006, p. 108) [grifo nosso]. Assim, percebe-se que há uma diferença clara e fundamental em relação à definição do que seria um termo dentro dessas duas perspectivas.

Essa maneira de definir os termos, no âmbito da História dos Conceitos – em que a polissemia fica intrínseca ao termo – se reflete no livro/verboete *O conceito de história*. Este parece fazer parte muito mais de uma enciclopédia do que propriamente de um dicionário. No início do verboete/livro, vemos uma pequena introdução assinada por Koselleck, em que o autor destaca, sobretudo, a transformação pela qual atravessa o termo “história” ao longo do tempo, ganhando significados, segundo o autor. Apesar de não se referir a então nascente Terminologia enquanto disciplina, poderíamos dizer que Koselleck tem muitas intuições terminológicas. O autor inicia essa pequena introdução da seguinte forma:

O fato de “História” ser um conceito histórico básico parece decorrer da própria palavra. Mas a expressão possui sua própria história, a qual somente ao final do século XVIII lhe permitiu ascender à condição de conceito mestre, político e social. Abrangendo tanto passado quanto futuro a “história” se transformou num conceito regulador para toda a experiência já realizada e ainda a ser realizada. Desde então, a expressão ultrapassa em muito os limites de simples narrativa ou de ciência histórica. (KOSELLECK, 2013, p. 37).

Koselleck ao perceber uma modificação no conceito de “história” ao final do século XVIII, ascendendo “à condição de conceito mestre”, não considera isso como sendo uma especificação maior do termo, uma vez que a História caminhava, como se sabe, rumo a uma maior consolidação de sua disciplina. Porém, já na primeira frase, Koselleck tem uma boa intuição terminológica, pois ele diz que “história” é “um conceito histórico básico”; e isso parece realmente valer para todas as áreas do conhecimento. Nós poderíamos substituir “conceito histórico básico” por “termo dentro da História”. Desse modo, constatamos que “história” é um termo dentro da História, assim como “política” é um termo dentro da Política, “língua” na Linguística, etc. Não estamos dizendo que, ao se instituir uma área de conhecimento, essa área traria junto seus termos já prontos.

Privilegiando o lado polissêmico e “histórico” dos termos, a História dos Conceitos somente poderá colocar para si, como objetivo aplicado, a elaboração de um “Dicionário histórico”. Aqui cabe, então, uma observação que Koselleck parece ignorar: um dicionário (ainda que seja um “dicionário de História”) não precisa necessariamente ser histórico³², isto é, não precisa descrever a história dos termos. Obviamente que as transformações de um termo jamais cessam de ocorrer. A própria Terminologia, ainda que privilegie a monossemia do termo, não deixa de reconhecer isso.

No caso do livro/verbete *O conceito de história*, em que o termo “*Historie*” é descrito desde a Antiguidade Clássica, optou-se por fazer um levantamento histórico desse termo. Talvez Koselleck não percebesse isso como uma opção, uma vez que, para ele, um conceito é sempre polissêmico e deve, por isso, ser tomado em sua diacronia.

Koselleck, em uma resposta aos comentários sobre sua teoria, coloca qual seria a tarefa da História dos Conceitos: “A tarefa da *Begriffsgeschichte* é perguntar que camadas de significado persistem, são traduzíveis e podem ser aplicadas de novo; que linhas de significado são descartáveis; e que camadas novas são acrescentadas”. (KOSELLECK, 2006b, p. 107). Ao tratar da história dos termos, ou seja, ao ver esses termos em sua

³² O *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009), por exemplo, não é um dicionário histórico de linguística; porém, isso não impede de vermos certa diacronia presente na obra. No total, há oito entradas para o termo “enunciado” no Dicionário e quatro dessas entradas são de um mesmo autor, no caso, de Osvald Ducrot, que possui uma definição diferente de enunciado para cada uma das fases de sua teoria.

diacronia, Koselleck, talvez impaciente, perguntasse como pode o termo “enunciação” ser considerado como tendo duas definições totalmente diferentes em Oswald Ducrot e em Émile Benveniste, por exemplo. Como é possível, dentro da área da Linguística da Enunciação não haver “camadas de significado que persistem” em ambas as definições. Isso é uma questão delicada que a História dos Conceitos de Koselleck coloca para a Terminologia e que precisa ser respondida de algum modo.

Como vimos anteriormente, a expressão Terminologia diacrônica não é nova. Porém, talvez, o que a História dos Conceitos provoque é justamente um revigoramento da expressão, pois ela ganha uma nova dimensão, não pensada antes de modo apropriado. E o que a Terminologia coloca como desafio para a História dos Conceitos é a necessidade de responder precisamente pelo conceito de um termo; porque um dicionário (ou qualquer obra de referência) necessita, de alguma forma, dar a ver a definição de um termo, isto é, como aquele termo é visto naquela determinada área. Por exemplo, precisa responder perguntas do tipo: “enfim, o que é História para Cícero? O que é História para os outros autores?”. Sabemos que responder isso é complicado. Se anteriormente colocamos que é árdua a tarefa de fazer um levantamento dos termos de uma área como a Linguística, é apropriado, agora, salientarmos que é ainda mais árdua a tarefa de fazer um levantamento *histórico* desses termos.

Enfim, a partir da comparação entre a proposta de Reinhart Koselleck e a área da Terminologia e, especialmente, a partir do diálogo que tentamos estabelecer entre ambas, parece que podemos ver que há dois modos bem distintos de ver como ocorre a conceitualização na língua.

Por um lado, há a História dos Conceitos, que privilegia o caráter polissêmico do termo, e que acaba por trabalhar com noções de “conceito geral”, “arquilexema”, “conceito mestre”, entre outros; por outro lado, há a Terminologia, que aposta na monossemia e na distinção clara entre os termos, mesmo sabendo que um dicionário – uma obra normativa por natureza – sempre será um recorte de algo que está vivo e em constante disputa e discussão.

Se nossa percepção estiver correta, se realmente existe um pensamento recorrente, no campo da História, que considera seus termos, por natureza, polissêmicos – e a História dos Conceitos de Koselleck serviu mais para mostrar que talvez seja possível que estejamos certos –, isso tem implicações na maneira como o historiador conceitua o

passado. Isso tem implicações no modo como se constrói a terminologia no âmbito da História.

Até aqui estivemos considerando as mudanças que ocorrem nos termos e também as “camadas de significado que persistem” a partir de um ponto de vista puramente terminológico. Em outras palavras, não nos perguntamos pelas razões que provocam as mudanças nos termos ou pelas motivações que estão por trás da preferência por este ou aquele termo. Um tipo de investigação semelhante precisaria considerar uma tão grande quantidade de fatores que seria até difícil enumerá-los.

Poderíamos citar, como exemplo, o próprio Émile Benveniste que, na entrevista a Pierre Daix, busca explicar o numeroso “leque semântico” do conceito de “homem”. Benveniste vê, neste caso, principalmente fatores culturais incidindo sobre as várias ligações que a palavra “homem” pode ter. Assim, “homem honesto” seria uma “concepção que data, que remonta a certa fase do vocabulário, a um aspecto da cultura francesa clássica”. (PLG II: 22). Já a expressão “eu sou seu homem” – conforme Benveniste – se refere à época feudal. Respondendo a Pierre Daix, Benveniste, então, coloca:

Você vê aí uma estratificação da cultura que deixa seu traço nos diferentes empregos possíveis. Estes estão todos compreendidos hoje na definição da palavra, porque são ainda suscetíveis de serem empregados no seu verdadeiro sentido na mesma época. Vemos aqui a contrapartida de uma definição cumulativa das culturas. Em nossa cultura atual integra-se toda a espessura de outras culturas. (PLG II: 22-23).

Vemos que Benveniste opta por explicar essa “espessura” na definição de “homem” através da “estratificação da cultura”; o que significa dizer que cada cultura deixaria marcas nos diferentes empregos possíveis dessa palavra nos dias de hoje. Assim, Benveniste vê cada ligação diferente que a palavra “homem” possui como sendo o traço, isto é, o vestígio, de “outras culturas” do passado que se integrariam em “nossa cultura atual”.

Cada sentido hoje, então, faria referência especificamente a uma dada “cultura de época”, como parece ser a ideia trazida pelas expressões “cultura francesa clássica” e “época feudal”. Como se pode ver, Benveniste explica, ao mesmo tempo, a mudança e a permanência desses diferentes empregos da palavra “homem” através principalmente da noção de “cultura”.

Para finalizar, gostaríamos de oferecer um segundo exemplo. Normand (2002), ao final do texto em que trata de um jogo de palavras de um “açougueiro”, na verdade, de um chefe de cozinha – buscando saber os motivos que o levaram a dizer, sobre seu aprendiz de

cozinheiro, que “*Il ne progresse pas, il dégresse*” (“ele não progride, ele degride”), quando o esperado seria “ele regrida” – coloca que “cada termo é exatamente o centro de uma ‘constelação’ associativa”. (NORMAND, 2002, p. 16) [tradução nossa]. E para explicar essa “constelação associativa” em torno de uma palavra (ou, como no caso, em torno da preposição “de”) Normand diz que havia citado apenas “alguns dos mecanismos que nutrem a significação”; entre esses mecanismos, vemos o “interdiscurso ideológico”, o “inconsciente do locutor” e a “situação de interlocução”. Ou seja, todos esses fatores podem incidir na simples troca de “regride” por “degride”. Encerramos esse nosso longo percurso – em que buscamos ficar atentos à denominação das palavras, à conceitualização dos termos, à definição dos objetos – citando a própria explicação da professora Claudine Normand:

Observaremos, além disso, que o uso da língua assemelha, sem grandes razões etimológicas, palavras como *dejeito, detrito, destruir*. (...) Assim, os adjetivos *decepcionado, degradingado, desapontado, deteriorado, demolido*, etc., que não remetem a nenhum adjetivo simples de sentido positivo, seriam eles consagrados à negação e ao esgotamento tanto quanto os nomes *desfeito* (...), *desordem* (...), etc. Nessa série associativa em que o deserto contamina o desejo, trata-se menos de recuperar uma regra formalizável do que uma potencialidade da língua oferecida aos locutores que, tais como o açougueiro, são mais sensíveis ao sentido e criadores do que sábios em língua. Cada termo é exatamente o centro de uma “constelação” associativa e esta não está esgotada porque pudemos apontar alguns dos mecanismos que nutrem a significação, tomando, nos recursos e potencialidades da língua, o interdiscurso ideológico, o inconsciente do locutor e a situação de interlocução; pois o açougueiro me conhecia como professora, sensível ao progresso, e originária de uma campanha em que, a cada inverno, se “cozinha o porco”, sua graxa e seus dejeitos. (NORMAND, 2002, p. 15-16) [tradução nossa].

3.3) A distinção entre sujeito empírico e sujeito da enunciação

Se até aqui nos contentamos em observar como a língua vai em direção as coisas, conceituando e definindo, é possível agora tomarmos o caminho oposto, isto é, vermos como as coisas vão em direção à língua. Para isso, consideraremos a distinção entre sujeito empírico e sujeito da enunciação. E para ponderarmos sobre essa distinção, que acreditamos seja fundamental para uma *semiologia da história*, gostaríamos de começar

por um possível lapso de Émile Benveniste³³. No final do artigo “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, de 1968, Benveniste conclui que:

Assim podem emergir analogias profundas sob as discordâncias de superfície. É na prática social, comum no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana que os traços comuns de seu funcionamento deverão ser descobertos, pois o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto, na **dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele**. (PLG II: 104) [grifo nosso].

Aqui se quer salientar justamente a última frase do texto: “o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele”. Benveniste está dizendo, então, que a linguagem fundamenta e instaura uma dupla natureza no homem. Em nenhuma parte do artigo, até então, o autor tinha dito (e parece que ele nunca afirmou isso de forma categórica em nenhum outro lugar) que o homem tem uma natureza dupla. Alguém mais afoito poderia dizer que, sim, a natureza do homem é dupla porque ele é metade *cultura* e metade *natureza*. Seria afoito dizer isso, pois, como se sabe, Benveniste nos diz que o homem já nasce na cultura. Como é possível, então, que ele tenha colocado, ao final de seu artigo, que existe uma dupla natureza do homem?

Benveniste, ao longo de todo texto, constrói, de certa forma, argumentos para falar de uma “dupla natureza profundamente paradoxal da língua” e não do homem. Assim, por exemplo, a língua é paradoxal por ser “ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade”. (PLG II: 97). Mais adiante no texto, ao falar das propriedades da língua, Benveniste argumenta que são duas: “ser formada por unidades significantes” e “poder arranjar esses signos de maneira significativa”. (PLG II: 99). Na sequência do artigo fala novamente em uma “situação paradoxal da língua em respeito à sociedade”:

E esta coincidência entre a língua como realidade objetivável, supra-individual, e a produção individual do falar que fundamenta a **situação paradoxal da língua com respeito à sociedade**. Com efeito, a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso. (PLG II: 101) [grifo nosso].

Falar, então, ao final do artigo, em dupla natureza do homem – e não da língua – seria realmente um lapso, já que os argumentos colocados no texto, aparentemente, não

³³ Esse possível lapso de Émile Benveniste nos foi observado pela atenta professora Carmem Luci da Costa Silva. Porém, não localizamos, em sua obra, nenhuma referência ainda a essa questão.

levam a essa conclusão? Seria um mistério, algo enigmático colocado conscientemente para ser respondido em algum outro lugar? Ou seria simplesmente, uma vez mais, a demonstração de um pensamento genial e fecundo?

Creemos que é um pouco de tudo isso: lapso, mistério, genialidade. É um lapso que deixa escapar, que nos mostra não um erro, mas, sim, a genialidade de Benveniste e que se transforma em mistério porque talvez nunca se chegue a compreender sua genialidade, muito menos conseguiremos chegar a um acordo sobre as múltiplas interpretações que poderão aparecer a partir do final do artigo.

Nossa interpretação, a respeito dessa dupla natureza do homem, recupera um trecho do artigo em que Benveniste, sem nomear, fala da correlação de subjetividade, isto é, da interioridade e da transcendência que estariam presentes em “eu” (pessoa subjetiva) e se inverteria em “tu” (pessoa não-subjetiva): “(...) a oposição ‘eu-tu’ é uma estrutura de alocação pessoal que é exclusivamente inter-humana”. (PLG II: 101). Benveniste aqui usa uma palavra que parece chave para entender a natureza dupla do homem: “inter-humana”. O homem deixa de ser apenas homem (de natureza simples) e passa a ser um “inter-homem” (de natureza dupla). Falar, então, em “inter-homem” nos conduz a esta consideração, que, como já dissemos, é fundamental para uma *semiologia da história*: a distinção entre sujeito empírico e sujeito da enunciação.

Antes ainda de abordarmos essa questão, eis uma espécie de epígrafe. O antropólogo Gilberto Velho, em seu texto “Observando o Familiar”, diz que: “sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se inevitavelmente a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder ‘pôr-se no lugar do outro’”. (VELHO, 1978, p. 40).

“Pôr-se no lugar do outro”: aí está uma questão discutida pelo filósofo italiano Giorgio Agamben em seu livro *O que resta de Auschwitz*. Se a Linguística não se interessou por estudar o sujeito empírico, para ficar estudando o sujeito que se constrói na linguagem, Agamben surge para discutir justamente essa questão. Antes de dar a palavra para Agamben, é preciso destacar uma vez mais esta colocação de Benveniste, em “Da subjetividade na linguagem”:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. (PLG I: 285).

Deste muitas vezes citado trecho de Benveniste, composto por três frases (frase aqui entendida como aquilo que se inicia com letra maiúscula e termina no ponto final), geralmente ganha destaque a primeira ou a última frase.

Não por ser belo, muito menos por ser famoso, mas simplesmente por ser claro, acreditamos que não caberia um comentário explicativo em relação a este trecho de Benveniste. Queremos destacar apenas a segunda frase do autor, para relacioná-la com o problema que aqui está sendo considerado. Diz e, agora, repete Benveniste: “não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro”. (PLG I: 285).

Então, para melhor considerarmos essa citação, cabe uma pergunta retórica: o que Benveniste quer dizer com “não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo”? Sem dúvida, acima de tudo, ele quer dizer que opor o homem à linguagem é opô-lo a sua própria natureza, isto é, Benveniste quer dizer que não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo sem a linguagem. Agamben (2008, p. 49-91), ao escrever um capítulo de seu livro sobre a figura do muçulmano, nos mostra que ali está o homem reduzido a si mesmo, sem linguagem. O que não significa que Benveniste estivesse errado, pois o muçulmano, do qual fala Agamben, seria – e é – um caso extremo³⁴.

Também não se pode dizer que Benveniste errou em não considerar o sujeito empírico e em tratar “apenas” do sujeito que se constrói na linguagem, pois ele fez isso explicitamente; e porque Benveniste é um linguista. E dizendo isso acreditamos que é suficiente para saber que ele tinha preocupações linguísticas. Mais do que tudo, é preciso ficar claro que em nenhum momento as colocações de Agamben se chocam com as de Benveniste. Assim como nada, em Benveniste, impede que o filósofo italiano construa sua reflexão. Aliás, como bem lembra a professora Marlene Teixeira, Agamben justamente se apoia “nos estudos de Benveniste sobre as pessoas do discurso para mostrar onde o homem encontra sua *in-fância*. O filósofo destaca o fato de Benveniste ter mostrado a impossibilidade de uma representação imediata de si”. (TEIXEIRA, 2012b, p. 76).

Parece que podemos ter agora duas hipóteses sobre a dupla natureza do homem, considerada anteriormente. A primeira diz respeito mais à intersubjetividade do que

³⁴ Conforme Agamben (2008, p. 49-51): “O intestemunhável tem nome! No jargão dos campos, *der Muselmann*, o muçulmano”. Na terminologia usada nos campos de concentração, os muçulmanos seriam, então, os “homens-múmia, mortos-vivos”, que sofrendo com doenças (como a desnutrição e a desinteira) e com as baixas temperaturas se colocavam encolhidos no chão, em uma posição que se assemelhava à posição dos árabes quando estão em oração. Em virtude disso, criou-se a imagem de “muçulmanos”, que era, assim, a definição usada geralmente em Auschwitz para designar os judeus que estavam morrendo de desnutrição.

propriamente à subjetividade, quando o homem se torna “inter-homem”; pois um *eu* sempre instaura um *tu*; pois a relação dialógica é constitutiva da linguagem; pois só se aprende uma língua através do outro; pois este outro está no início, no meio e no fim de “minha enunciação”. Logo, nem se pode falar em “minha enunciação”, uma vez que toda enunciação é metade do *eu* e metade do *tu*.

A segunda hipótese é a que considera o homem de duas maneiras: enquanto ser linguístico, o que, a partir de Benveniste se pode chamar de sujeito; e enquanto ser empírico, o locutor. Essa natureza dupla parece já estar presente na bastante citada definição de subjetividade: “A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. (PLG I: 286).

Assim, é possível concluir que se, conforme Benveniste, “o homem está na língua”, este homem é o sujeito da enunciação; e, conforme se pode depreender da leitura do livro de Agamben, existiria outro homem que não está na língua, este homem seria o locutor (ou sujeito empírico). A partir disso, precisamos ver que tipo de implicações tem isso para a História; ver como as coisas entram na língua, ver, enfim, como a experiência humana ingressa na linguagem. E se, por um lado, o filósofo Agamben nos lembra que “uma proposição rigorosa do problema da experiência deve, portanto, fatalmente deparar-se com o problema da linguagem” (AGAMBEN, 2005, p. 54); por outro lado, podemos colocar que, na História, a experiência não vira experimento, pois um experimento é repetível e a história é única e irrepetível.

Além disso, Agamben percebe o seguinte paradoxo: o sujeito empírico, aquele que sofre a experiência, que realmente experimenta as sensações, que é a verdadeira testemunha, este não fala. Porém, esse “emudecimento” não se deve a uma incapacidade de falar. O “emudecimento” do sujeito empírico se explica simplesmente pelo fato de que, ao falar, ele já deixa de ser um sujeito empírico e passa a ser um sujeito de linguagem; ao se entrar na língua, já se passa de *locutor a sujeito*.

Acreditamos que toda a problemática do testemunho e da autoria na História, apresentada no texto de Agamben, se resolve nessas suas palavras: “O testemunho é sempre, pois, um ato de ‘autor’, implicando sempre uma dualidade essencial, em que são integradas e passam a valer uma insuficiência ou uma incapacidade”. (AGAMBEN, 2008, p. 150). Logo, não é apenas falando do outro que somos insuficientes; falando de nossa própria experiência – enquanto sujeitos empíricos – somos também insuficientes, pois a língua, por um lado, não pode dizer tudo e, por outro, não pode dizer usando as “palavras”,

isto é, o “relato” do ser empírico. Assim, todo relato, todo testemunho, toda narrativa histórica deve ser vista como um ato de “autor”; uma vez que a experiência que entra na língua já fica marcada por essa insuficiência inerente a passagem de *locutor* a *sujeito*.

Daí porque escrever a História deve ser considerado como um ato de autor em que está implicado um ponto de vista; uma parcialidade da qual não se pode escapar. Daí porque fazer História é um ato de autor em que a subjetividade do sujeito fica implicada. Daí porque, conforme Agamben, ao se terminar com a experiência (do sujeito empírico), se inicia com a História; com a narrativa do sujeito da enunciação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se João sem Terra passasse duas vezes pelo mesmo lugar, o historiador não teria uma dupla amostra da mesma peregrinação, pois não lhe seria indiferente o fato de que esse príncipe, que já sofreu tanto com a metodologia da história, tivesse tido que sofrer a desgraça suplementar de ter que tornar a passar por onde já passara; ao lhe ser anunciada a segunda passagem, o historiador não diria “já a conheço”, como faz o naturalista quando lhe trazem um inseto que já possui. Isso não quer dizer que o historiador não pense mediante conceitos, como todo mundo (ele bem que se refere a “passagem”), nem que a explicação histórica não deva recorrer a modelos, como o “despotismo esclarecido” (já houve quem o sustentasse). Significa, simplesmente, que a alma do historiador é semelhante à do leitor das páginas policiais dos jornais; elas são sempre iguais e interessantes, pois o cachorro esmagado hoje não é o mesmo de ontem, e, de uma maneira mais geral, porque hoje não é ontem. (VEYNE, 1982, p. 15).

Historiador é aquele que, voltado para o passado, está em busca de um dado histórico. Para conhecer esse “dado”, o historiador se vale de toda ajuda possível. A noção de “fonte histórica”, que em um determinado momento se limitava a dados escritos, hoje abrange toda espécie de vestígios e de documentos.

Um historiador quer, em última análise, conhecer um “fato empírico”, mesmo que saiba, de antemão, que jamais atingirá esse fato empírico realmente. Nesta dissertação, buscamos mostrar que esses “fatos empíricos” somente têm realidade na – e pela – linguagem, que lhes confere, no mínimo, inteligibilidade. Acreditamos que esse nosso objetivo se deu em sintonia com o pensamento de Émile Benveniste.

Sabemos que Benveniste não problematizou a questão da “realidade histórica”. Para ele, um texto histórico e um texto literário têm o mesmo estatuto. Para ele, a questão da “verdade histórica” não se coloca, não porque não seja relevante, mas porque ele quer se manter em uma discussão estritamente linguística. Por exemplo, no prefácio de seu *Vocabulário das instituições indo-europeias*, Benveniste deixa claro que ali tratava apenas da significação; a designação – a referência ao mundo (real e concreto) – ficava a cargo de sociólogos e de historiadores. E somos levados a dizer, que, do ponto de vista puramente linguístico, isto é, de como as coisas se processam na e pela língua, realmente não há

diferença entre uma obra histórica e uma obra de ficção. Não há uma língua disponível apenas para “verdades históricas” e outra para “obras ficcionais”. Os fatos, sejam eles verdadeiros ou fictícios, se mostram sempre por intermédio da língua; de uma mesma língua.

É possível ver, entre a “realidade histórica” e o historiador, um mundo de coisas. Acreditamos que todos perceberão aí uma distância temporal; porém, alguns darão maior destaque para as diferenças culturais; haverá quem se prenda apenas nas mudanças conceituais; outros ainda poderão enfatizar o estilo de uma época; por fim, é possível também ressaltar a diferença na concepção da própria história. Acreditamos que aquilo que é comum, a todas essas possíveis perspectivas, é o fato de que tudo isso se imprime e se impregna na língua. Fundamental, então, é perceber que entre a “realidade histórica” e o historiador há um mundo de coisas que se constrói através da linguagem.

Talvez, um dos defeitos mais visíveis de nosso trabalho tenha sido o de darmos uma ênfase muito grande às questões terminológicas, quando outras tantas questões poderiam ser analisadas nessa relação entre “realidade” e linguagem.

Em nosso percurso, começamos vendo uma questão terminológica bem pontual. Iniciamos tentando ver como Benveniste elaborou a distinção entre “Enunciação histórica” e “Enunciação de discurso”. Observamos como a distinção entre essas duas noções poderia ser útil na análise dos discursos históricos. Percebemos que a distinção, entre os planos da história e do discurso, para ser bem entendida e realmente útil, precisaria ser localizada dentro da distinção feita por Benveniste entre pessoa e não-pessoa.

Não-pessoa, aliás, é um termo tão fecundo que, não apenas está no centro do primeiro grande momento da teoria de Benveniste, mas também é o que ilumina o domínio apropriado da narrativa histórica, que, em termos benvenistianos, poderíamos chamar simplesmente de domínio da não-pessoa. Sobre esta primeira parte da dissertação, poderíamos concluir que ficamos satisfeitos em dizer que essa distinção – entre dois planos de enunciação - serve, no mínimo, para que se reconheça uma maior complexidade na narrativa histórica.

Em seguida, na segunda parte dissertação, em uma atitude bastante diferente da primeira, nos focamos no momento da distinção semântico/semiótico; não para explicarmos a construção dessas duas noções, mas, sim, para relacioná-las com outra questão, a discussão em torno das noções de sistema e de estrutura. Assim, nesta segunda parte, não ficamos circunscritos apenas à teoria de Benveniste.

Buscamos também entender qual era a posição de Benveniste em relação à voga estruturalista que marcou a linguística de seu tempo. Acreditamos que Benveniste nunca se permitiu ser um estruturalista *stricto sensu*, assim como nos parece que com a elaboração da distinção semiótico/semântico, ele quis também fugir de uma concepção de língua como mera estrutura. A partir disso, polemicamente, levantamos a hipótese de que, na História, não há modo semiótico; há apenas o modo semântico.

Na terceira parte da dissertação, finalizamos tecendo algumas ponderações sobre a busca pelo sentido na língua e na História; ponderando sobre a possibilidade de se falar em uma *semiologia da História*. Disso conseguimos concluir que fazer História é um ato de autor em que a subjetividade do sujeito fica implicada. Nesta parte, mais do que em qualquer outra, ficou nítida a demasiada ênfase que demos às questões terminológicas, quando nos propomos a ver a relação entre “realidade” e linguagem.

Se isso realmente for um erro, antes de darmos como encerrada esta dissertação, gostaríamos de insistir nesse erro – afinal, “o erro adquire autoridade pela repetição”. (PLG II: 166). Rapidamente, queremos comentar como Émile Benveniste percebia as questões envolvendo a terminologia e, em especial, os termos que ele – na condição de grande linguista que era – tinha que lidar. Queremos apenas mostrar como ele estava atento ao próprio uso que fazia da linguagem.

Podemos ver Benveniste tendo dois sentimentos em relação ao desenvolvimento terminológico produzido no âmbito da linguística. Por um lado, ele lamenta o fato de que cada vez mais se produzem termos circunscritos a somente um domínio. Assim, por exemplo, em 1954, no artigo “Tendências recentes em linguística geral”, ele colocava que: “certas discussões não são inteligíveis para os adeptos de um método a não ser transpostas para a sua própria nomenclatura”. (PLG I: 11). Ao iniciar o artigo “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, ele é ainda mais explícito em relação a esse lamento, pois diz que:

Durante estes últimos anos, sobrevieram, nos estudos que se fazem sobre a linguagem e as línguas, mudanças consideráveis cujo alcance ultrapassa mesmo o horizonte, no entanto vasto, da linguística. Essas mudanças não se compreendem à primeira vista; esquivam-se na sua própria manifestação; com o tempo tornaram muito mais penoso o acesso aos trabalhos originais, que se encrespam de uma **terminologia cada vez mais técnica**. É inegável: encontra-se grande dificuldade para ler os estudos dos linguistas, mas ainda mais para compreender as suas preocupações. (PLG I: 19) [grifo nosso].

Por outro lado, no mesmo artigo, é possível ver que esse desenvolvimento cada vez mais técnico da terminologia também é saudado por Benveniste, sendo, assim, visto como algo positivo: “Daí um **grande desenvolvimento da técnica e da terminologia** da análise, pois todas as operações devem ser explícitas”. (PLG I: 23) [grifo nosso].

Porém, isso não pode ser entendido como uma incoerência ou contradição de Benveniste; trata-se de um sentimento absolutamente comum e natural. Pois é possível, ao mesmo tempo, lamentar e saudar o desenvolvimento da terminologia.

Em toda imensa obra de Benveniste, há, segundo Moïnfar (1997), uma característica constante e notável; pois os estudos de Benveniste se mostram sempre dentro desta postura: “ir ao essencial, evitar o supérfluo, em uma ótica pedagógica da transmissão do saber”. (MOÏNFAR, 1997, p. 373) [tradução nossa]. Realmente, não há nada mais contrário à postura de Benveniste do que uma proliferação desmedida de termos e de neologismos. Como bem conclui Moïnfar, “a terminologia de Benveniste é sempre precisa e límpida”. (MOÏNFAR, 1997, p. 374) [tradução nossa].

Esse cuidado para evitar o supérfluo, dentro de uma ótica pedagógica de transmissão do saber, podemos constatar, por exemplo, no início do artigo “Tendências recentes em linguística geral” (que, como já salientamos, trata-se de um texto bastante didático), quando Benveniste coloca que: “insistiremos, sobretudo, **em termos não técnicos**, sobre os problemas que estão hoje no centro das pesquisas da linguística geral (...)”. (PLG I: 4) [grifo nosso]. Outro exemplo dessa postura aparece no início do artigo “Saussure após meio século”, quando, em nota, Benveniste faz a seguinte observação: “Não se deverá esquecer que esta exposição foi concebida com vistas a um público mais amplo que o dos linguistas e que a circunstância excluía qualquer discussão e mesmo qualquer **enunciado muito técnico**”. (PLG I: 34) [grifo nosso].

Lembremos também o cuidado que Benveniste sempre teve ao criar seus próprios neologismos. Ele inicia, por exemplo, o texto sobre “Os verbos delocutivos” da seguinte maneira: “O termo dado como título a este artigo não é ainda corrente em linguística. Nós o introduzimos aqui para definir uma classe de verbos que se trata precisamente de fazer reconhecer na sua particularidade e na sua generalidade”. (PLG I: 306).

Porém, nada supera o imenso cuidado que Benveniste teve, ao colocar uma nota, para explicar a opção pelos termos semiótico e semântico. Conforme o autor:

Teríamos preferido escolher, para ressaltar esta distinção, termos menos parecidos entre eles que SEMIÓTICO e SEMÂNTICO, uma vez que um e outro

assumem aqui um sentido técnico. É indispensável, entretanto, que um e outro evoquem a noção de *sema* à qual os dois se ligam, ainda que diferentemente. Esta questão terminológica não deveria incomodar àqueles que quiserem considerar adequadamente a perspectiva total de nossa análise. (PLG II: 64).

Se nós fossemos obedecer a essa recomendação de Benveniste, de não nos incomodarmos com suas questões terminológicas e ficarmos somente na consideração da “perspectiva total” de suas análises, acreditamos que esta dissertação não avançaria uma página, ou melhor, uma linha sequer. Foi perseguindo o pensamento de Benveniste – e, principalmente, observando, em seus pormenores, várias de suas questões terminológicas – que este trabalho se construiu.

Ao ser questionado por Guy Dumur, na entrevista de 1968 – se seus estudos prolongavam algo começado há muito tempo ou se, cada vez, seria um recomeço – Émile Benveniste coloca que “há as duas coisas”, pois era chegado o momento de se valer do “desenvolvimento de todas as ciências que seguem a mesma direção”:

Há as duas coisas. Há evidentemente um certo número de interrogações que lhe acompanham durante toda sua existência, mas (...) há o enriquecimento constante do trabalho, da leitura, da estimulação que vem dos outros. Eu me utilizo do desenvolvimento de todas as ciências que seguem a mesma direção. Durante muito tempo a única companhia da linguística era a filologia. Agora vemos todo o conjunto das ciências humanas se desenvolver, formar-se toda uma grande antropologia (no sentido de “ciência geral do homem”). E se percebe que as ciências do homem são, no fundo, muito mais difíceis que as ciências da natureza e não é por acaso que elas são as últimas a terem nascido. É necessário grande capacidade de abstração e de generalização para começar a entrever os desenvolvimentos de que o homem é sede. (PLG II: 38).

Esta dissertação tentou, de alguma forma, se valer também de “toda uma grande antropologia”. E se as noções de enunciação histórica, de semântico e de semiologia podem ser aproximadas de uma “ciência geral do homem”, é mais do que legítimo pensarmos que a teoria de Benveniste contribui com o campo da História. Talvez sejamos otimistas demais, porém acreditamos realmente que, ao relacionarmos a linguagem com as noções de tempo, de experiência, de realidade, de memória – entre tantas outras noções que normalmente ganham atenção dos historiadores –, só temos a ganhar e nunca a perder. Certo é que se precisaria de um imenso esforço – e possivelmente de um trabalho conjunto – para se conseguir descrever todas essas possibilidades de relações.

O trabalho do historiador, paradoxalmente, é sempre atual; o que significa dizer que seu trabalho sempre se dá no presente e que o passado sempre será entendido a partir do presente. Fazer história, a partir de Benveniste, é ver implicada, na descrição do passado, uma subjetividade que nasce na linguagem; *aqui e agora*.

Para finalizarmos só resta dizer que a incursão pela teoria de Émile Benveniste que fizemos nesta dissertação irá se prolongar, assim como também irá começar do zero; para depois, se prolongar mais uma vez e começar do zero de novo. Assim sucessivamente. Insistentemente. Pacientemente.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. *Experimentum linguae* e Infância e história: ensaio sobre a destruição da experiência. In: _____. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Tradução de: Henrique Burigo. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005, p. 9-17; 19-78.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III)**. Tradução de: Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BASTIDE, Roger. Colloque sur le mot « Structure ». **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. Paris, n. 2, p. 351-352, 1959.

BENVENISTE, Émile. **Dernières leçons**. Éditions établie par Jean-Claude Coquet et Irène Fenoglio. Paris: EHESS/Gallimard/SEUIL, 2012.

BENVENISTE, Émile. **O vocabulário das instituições indo-europeias I**. Tradução de: Denise Bottmann. São Paulo: Unicamp, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de: Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France - 1968 e 1969**. Tradução de: Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BEVILACQUA, Cleci Regina; SILVA, Carmem Luci da Costa. Flores, V. *et al.*, Dicionário de Linguística da Enunciação. **Debate terminológico**, nº 6. Rede Ibero-americana de Terminologia, 2009 (Resenha).

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História**. Tradução de Jacó Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 41-78.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. “As incertezas da escrita da história. Ensaio sobre a subjetividade na História geral do Brasil de F. A. de Varnhagen (1854-1857)”. In: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca; CATROGA, Fernando (orgs.). **Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 57-72.

COQUET, Jean-Claude & DERYCKE, Marc. **Lexique d'Émile Benveniste (I e II)**. Centro Internazionale di Semiotica, Università di Urbino, 1971 e 1972.

CREMONESE, Lia Emília. **Bases epistemológicas para a elaboração de um dicionário de linguística da enunciação**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

DA MATTA, Roberto. O Trabalho de Campo na Antropologia Social. In: _____. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 143-173.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: Press, 2006.

DOSSE, François. **História do estruturalismo: I. O campo do signo, 1945/1966**. Tradução de: Álvaro Cabral. Campinas, SP: Ensaio/Ed. da Unicamp, 1993.

FENOGLIO, Irène. Conceitualização e textualização no Manuscrito de “A linguagem e a experiência humana”, de Émile Benveniste. Uma contribuição à genética da escritura em ciências humanas. **Manuscrita**. Revista de crítica genética, n. 17. São Paulo: Humanitas, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. (orgs). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

HARTOG, François. O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história. In: _____. **Evidência da história. O que os historiadores veem**. Tradução de: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 185-202.

KOSELLECK, Reinhart et al. **O conceito de História**. Tradução de: René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos**, vol. 5, n. 10. Tradução de: Manoel Luis Salgado Guimarães. Rio de Janeiro. p. 134-146, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006a.

KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe. In: JASMIN, Marcelo Gantus & FERES Jr, João (orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Tradução de: Janaína Oliveira e Marcelo Gantus Jasmin. Rio de Janeiro, RJ: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006b, p. 97-109.

LAPLANTINE, Chloé. Émile Benveniste: em direção a uma poética do discurso. Tradução de: Daniel Costa da Silva. **Calidoscópico**, Vol. 11, n. 2, p. 222-225, maio/ago., 2013.

LAPLANTINE, Chloé. « La langue de Baudelaire », une culturologie. **Semen** (revista online), 33, 2012, p. 71-90. Disponível em: <http://semen.revues.org/9492>. Consultado em: 12 de junho de 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de: Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEACH, Edmund. Introdução; Gumlao e Gumsa; O mito como justificação da facção e da mudança social e Conclusão. In: _____. **Sistemas Políticos na Alta Birmânia**. Tradução de: Geraldo de Souza et al. São Paulo: EDUSP, 1996 [1954], p. 65-80; 247-260; 307-319; 321-333.

LEJEUNE, Michel; BADER, Françoise; LAZARD, Gilbert. Émile Benveniste (1902-1976). **École pratique des hautes études. 4e section, Sciences historiques et philologiques**. Annuaire 1977-1978, p. 50-77, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Tradução de: Beatriz Perrone Moises. São Paulo: Cosac Naify, 2008 (1958).

Ltr13, Benveniste serait-il aujourd'hui un linguiste de l'énonciation ?, Les Théories de l'énonciation: Benveniste après un demi-siècle, actes du colloque des 24-25 novembre 2011. In: DUFAYE, Lionel & GOURNAY, Lucie. (orgs). **Arts et savoirs**, (revista online), 2012. Disponível em: <http://lisaa.univ-mlv.fr/arts-etsavoirs>. Consultado em: 12 de junho de 2015.

MACIEL, Anna Maria Becker & KRIEGER, Maria da Graça. **Temas de Terminologia**. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade UFRGS/Humanitas, 2001.

MATOS, Júlia. Tendências e debates: da Escola dos Annales à História nova **Historiæ**, Rio Grande, p. 113-130, 2010.

MESCHONNIC, Henri. Benveniste: sémantique sans sémiotique. **Linx: Émile Benveniste vingt ans après**, 1997.

MESCHONNIC, Henri. **Critique du rythme: anthropologie historique du langage**. Lagrasse: Éditions Verdier, 1982.

MOÏNFAR, Mohammad Djafar. Sur la terminologie de Benveniste. **Linx: Émile Benveniste vingt ans après**, 1997.

NORMAND, Claudine. **Bouts, Brins, Bribes: Petite Grammaire du quotidien**. Orléans: Éditions le Pli, 2002.

NORMAND, Claudine. Semiologia, Semiótica, Semântica: observações sobre o emprego desses termos por Émile Benveniste. In: _____. **Convite à linguística**. Tradução de: Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Contexto, 2009.

SAHLINS, Marshall. Introdução; Suplemento à Viagem de Cook ou “Le Calcul Sauvage”. In: _____. **Ilhas de História**. Tradução de: Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 7-58.

SILVA, Carmem Luci da Costa; ENDRUWEIT, Magali Lopes. O oral e o escrito sob o viés enunciativo: reflexões metodológicas. **ReVEL**, v. 9, n. 16, 2011.

TATSUKAWA, Kenji. Sous le signe de Saussure: La correspondance L. Hjelmslev - E. Benveniste (1941-1949). **Linx: Émile Benveniste vingt ans après**, 1997.

TEIXEIRA, Marlene. “A linguagem serve para viver”: contribuição de Benveniste para análises no campo aplicado. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 15, n. 444-2, p. 439-456, jul./dez, 2012a.

TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 8 - n. 1, p. 71-83, jan./jun., 2012b.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura**. Tradução de: Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução de: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Tradução de: Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994, p. 97-116.